



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO MESTRADO**

EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS NEGROS E AÇÕES AFIRMATIVAS NO AMAZONAS

**MANAUS
2018**

ELIZANGELA DE ALMEIDA SILVA

**BOLSISTA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR (CÁPES)**

EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS NEGROS E AÇÕES AFIRMATIVAS NO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de Concentração: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO

**MANAUS-AM
2018**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586e Silva, Elizangela de Almeida
Educação, Movimentos Negros e Ações Afirmativas no Amazonas / Elizangela de Almeida Silva. 2018
112 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Profª Drª Arminda Rachel Botelho Mourão
Dissertação (Mestrado em Educação - Educação e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amazonas.

1. História e cultura africana e afro-brasileira. 2. Discriminação racial. 3. Direito à diversidade. 4. Educação. I. Mourão, Profª Drª Arminda Rachel Botelho II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ELIZANGELA DE ALMEIDA SILVA

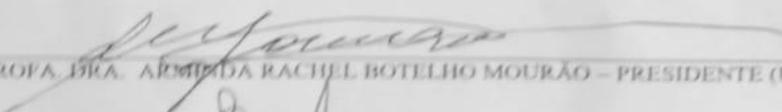
BOLSISTA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR (CÁPES)

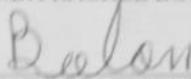
EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS NEGROS E AÇÕES AFIRMATIVAS NO AMAZONAS

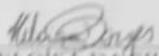
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal do Amazonas, como
parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em
Educação.

Área de Concentração: Educação, Políticas Públicas e
Desenvolvimento Regional.

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA EM 17 DE AGOSTO DE 2018


PROFA. DRA. ARMANDA RACHEL BOTELHO MOURÃO – PRESIDENTE (UFAM)


PROFA. DRA. RENATA BEATRIZ BRANDESPIN ROLON – MEMBRO (UEA)


PROFA. DRA. HELOÍSA DA SILVA BORGES – MEMBRO (UFAM)

MANAUS-AM
2018

DEDICATÓRIA

À minha amada filha Iza Emanuela Silva, à minha linda mãe Dinalva Almeida, ao meu pai Clemilton Silva, aos meus irmãos Elton Almeida e Ediney Almeida, ao meu companheiro e amigo Geraldo Silvio Leite.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Amazonas (Ufam), instituição que ampara minha vida acadêmica desde a graduação e pela qual tenho grande respeito, por ter sido o divisor de águas da minha história.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de pesquisa, a qual subsidiou o processo de investigação.

Agradeço imensamente ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pela orientação e formação política, por todo incentivo dado ao longo dos últimos quinze anos da minha vida e pela oportunidade de poder vivenciar experiências diversas enquanto cidadã, mulher e militante. Agradeço também à União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO), à União Brasileira de Mulheres (UBM), ao Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas (FOPAAM), pelo aprendizado enorme e pelos conhecimentos políticos, humanos e ideológicos socializados ao longo das diversas batalhas enfrentadas cotidianamente pelos movimentos sociais.

Agradeço às professoras Nádia Falcão, Iolete Ribeiro, Pérsida Miki, Selene Baçal, Heloísa Borges e ao Prof^o João Luiz, pelas orientações e conhecimentos partilhados ao longo do processo de mestrado. Agradeço também a Prof^a Arlete Anchieta pela paciência e pelo material doado e emprestado, que foi extremamente importante para a produção. Agradeço à Prof^a Dr^a Selma Suely Baçal, pela orientação dada durante o início da pesquisa e pelo incentivo cotidiano. Agradeço ao Prof^o Msc. Ygor Olinto Cavalcante, fonte de inspiração e uma referência para minhas pesquisas em História e Cultura Africana.

Agradeço profundamente à Prof^a Dr^a Arminda Mourão, minha orientadora, grande referência política e acadêmica desde a época da graduação, por assumir e dar continuidade ao meu processo de pesquisa e formação, sempre ensinando de forma respeitosa, com paciência e corrigindo sempre que necessário os descuidos e imprecisões que servem tanto para o engrandecimento profissional quanto pessoal.

Agradeço às Professoras Renata Rolon, Renilda Costa e Maria Almerinda, por terem feito parte da minha banca de qualificação e pelas observações, indicações e críticas altamente construtivas e que nortearam o decorrer da pesquisa.

Agradeço em especial ao Prof^o Dr^o Antônio Levino, amigo e camarada que estará para sempre em minha memória, assim como meu negão Emmanuel Medeiros, pela paciência em ouvir minhas aflições de cunho político e acadêmico, e que com toda a paciência e sabedoria peculiares aos dois, sempre aliviavam minhas dores, confesso que ainda hoje em pensamento

recorro e tento imaginar o que vocês me diriam quando me deparo com determinadas situações adversas.

Devo dizer muito obrigada à minha família, minha mãe Dinalva, meu pai, Clemilton, meus irmãos, Elton e Ediney (caçula), este em especial por ter sido minha maior companhia durante alguns anos, sempre disposto a me ajudar no que fosse preciso, à minha linda menina Iza Emanuela, filha que as vezes chega a ser mãe, uma amiga singular. Às minhas tias Sônia e Terezinha, aos meus tios Júlio e Bosco (in memoriam) pelo carinho e incentivo desde sempre. À minha Vó Francisca, que vive dentro de mim, sempre foi meu descanso e acalento. À minha prima Jussara Almeida, uma irmã, companheira de labuta, a melhor pedagoga que conheço. Agradeço também ao Geraldo Silvio, amor meu, espero que possamos continuar olhando sempre na mesma direção, e juntos.

Agradeço enormemente aos amigos, amigas, camaradas, aos meus alunos e alunas, companheiros professores e professoras, são muitos e muitas que me ensinam e servem de inspiração para minhas pesquisas e projetos diversos. Agradeço ao Grupo de Amigos Para Sempre (GAPS), pelo incentivo, compreensão e pela energia positiva repassada nos nossos encontros. Agradeço aos amigos e camaradas Edson França, Alex Reis, Geiberson Cavalcante e Bosco das Letras, pelas revistas, livros, relatórios e diálogos engrandecedores e significativos para realização da pesquisa.

E por fim quero agradecer em especial, minha amiga Iraci Uchôa com quem compartilhei momentos incríveis no mestrado, somos viciadas em estudar juntas, sei que ainda faremos muitas coisas significativas para a educação, acredito nisso. Minha amiga e irmã Cris Oliveira, com quem posso contar sempre, impulsionadora dos meus ânimos e dos meus potenciais. Meu amigo Márcio Santos, sempre foi um ícone na minha vida, aprendo muito e agradeço por acreditar em mim desde sempre. Agradeço imensamente ao meu ex-companheiro, eterno amigo e camarada Harlen Cunha, pela solidariedade, incentivo e aprendizado compartilhado, minha admiração por você permanecerá viva.

EPÍGRAFE

“Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna escravo.”

K. Marx

“Quando as vidas negras realmente começarem a ter importância, isso significará que todas as vidas têm importância. E podemos também dizer especificamente que, quando as vidas das mulheres negras importam, então o mundo será transformado e teremos a certeza de que todas as vidas importam.”

Ângela Davis

RESUMO

A dissertação corresponde ao resultado da pesquisa intitulada Educação, Movimentos Negros e Ações Afirmativas no Amazonas, cujo campo empírico foi a Comunidade Quilombola Sagrado Coração do Lago de Serpa no município de Itacoatiara. Para tanto, foi conduzida pelo seguinte objetivo geral: Analisar a materialização da política escolar quilombola que incorpora elementos da cultura regional e a relação coexistente com os movimentos negros na implementação de ações afirmativas para educação das relações etnicorraciais. Foi orientada por três objetivos específicos: 1) Identificar elementos da cosmovisão africana, para compreender as particularidades envolvidas nos processos educativos, políticos e culturais, que incorporam elementos da cultura africana e afro-brasileira em nossa região; 2) Pesquisar sobre o processo histórico da luta antirracista e sua interlocução com a educação das relações etnicorraciais em nosso Estado; 3) Fazer um levantamento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PIR), para entender como se dá a luta dos Movimentos Negros e sua atuação nos espaços de participação e tomada de decisão. A investigação apoiou-se nos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental, adotou-se a observação participante, e como método o Materialismo Histórico e Dialético, orientado pelas três leis: Unidade e Luta dos Contrários, Transformação da Quantidade em Qualidade e a Negação da Negação. As categorias estruturantes ficaram definidas com: a) História e cultura africana e afro-brasileira, b) Discriminação racial, c) Direito à diversidade e d) Educação. A pesquisa permitiu concluir que as pautas que permeiam a luta antirracista são em sua maioria convergentes; em alguns momentos as trajetórias individuais apresentam-se acima da luta coletiva; os movimentos negros lutam pela preservação dos valores africanos e afro-brasileiros, mas há resistência de gestores, professores, pedagogos e pessoas da Comunidade em aceitar as metodologias desenvolvidas pelo movimento; as ações nas escolas ainda acontecem pontualmente no mês de novembro; a Comunidade Quilombola do Lago de Serpa possui uma unidade escolar na modalidade EJA, mas não dispõem de PPP par nortear suas ações educativas.

Palavras-chave: História e cultura africana e afro-brasileira; Discriminação racial; Direito à diversidade; Educação.

ABSTRACT

The dissertation corresponds to the result of the research entitled Education, Black Movements and Affirmative Actions in Amazonas, whose empirical field was the Sacred Heart Quilombola Community of Lake Serpa in the municipality of Itacoatiara. To do so, it was guided by the following general objective: To analyze the materialization of the quilombola school policy that incorporates elements of the regional culture, and the coexistent relation with the black movements in the implementation of affirmative actions for the education of the ethno-racial relations. It was guided by three specific objectives: 1) To identify elements of the African worldview to understand the particularities involved in educational, political and cultural processes that incorporate elements of African and Afro-Brazilian culture in our region; 2) Research on the historical process of the anti-racist struggle and its interlocution with the education of the ethno-racial relations in our State; 3) To understand how the struggle of the Black Movements occurs and their action in the spaces of participation and decision making. Based on the methodological procedures of bibliographical and documentary research, participant observation was adopted, and as method, Historical and Dialectical Materialism, guided by the three laws: Unity and Struggle of Contraries, Transformation of Quantity and Quality, and Denial of Denial. Adopted as structural categories a) African and Afro-Brazilian history and culture, b) Racial discrimination and c) Right to diversity. The research allowed to conclude that the guidelines that permeate the antiracist struggle are mostly convergent; the individual trajectories present themselves above the collective struggle; black movements struggle for the preservation of African and Afro-Brazilian values but there is resistance from managers, teachers, educators and community people to accept the methodologies developed by the movement; the actions in the schools still happen punctually in the month of November; the Quilombola Community of Lake Serpa has a school unit in the EJA modality, but they do not have PPP to guide their educational actions.

Keywords: African and Afro-Brazilian history and culture; Racial discrimination; Right to diversity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa do Território do Lago de Serpa.....	99
Figura 2:	Território Quilombola do Lago de Serpa	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Dimensões político –ideológicas de entidades do Amazonas	71
Quadro 2:	Modelo de Plano de Aula – Evento Nacional da Consciência Negra.....	96
Quadro 3:	Atividades desenvolvidas por escolas da Capital	97

LISTA DE ABREVIATURAS

AMONAM	- Associação do Movimento Orgulho Negro do Amazonas
APAFHAM	- Associação dos Portadores de Anemia Falciforme e outras Hemoglobinas do Estado do Amazonas
ARQNAZU	- Associação de Remanescentes Quilombolas de Novo Airão Zona Urbana
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	- Conselho Estadual de Educação do Amazonas
CEPIR	- Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
CIDH	- Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNPIR	- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNPQ	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAPIR	- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
FAC	- Federação Amazonense de Capoeira
FCP	- Fundação Cultural Palmares
FIES	- Financiamento Estudantil
FOPAAM	- Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas
FOQMB	- Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha
FSDB	- Faculdade Salesiana Dom Bosco
FUCABEAM	- Federação de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros do Estado do Amazonas
GAED	- Gerência de Atendimento Educacional à Diversidade
HEMOAM	- Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAM	- Instituto Cultural Afro Mutalembê
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAR	- Plano de Ações Articuladas
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PIBIC-AF	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
PIR	- Políticas de Promoção da Igualdade Racial
PLANAPIR	- Plano Nacional de promoção da Igualdade Racial
PNAD	- Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
PNCT	- Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa e Promoção de Políticas Públicas para as Comunidades Tradicionais de Terreiro
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PROEXT	- Programa de Extensão Universitária
PROUNI	- Programa Universidade Para Todos
SECADI	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade
SEDUC	- Secretaria de Estado de Educação do Amazonas

- SEJUSC** - Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
- SEPPIR** - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- TEN** - Teatro Experimental Negro
- UBM** - União Brasileira de Mulheres
- UNEGRO** - União de Negras e Negros pela Igualdade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – ELEMENTOS DA COSMOVISÃO AFRICANA.....	27
1.1 O quanto de África existe no Brasil.....	27
1.2 Representações coletivas: raízes africanas fundamentais.....	39
1.2.1 Tradição Oral.....	39
1.2.2 Alteridade e resistência.....	43
1.2.3 Quilombo e Comunidades Quilombolas.....	50
CAPÍTULO II – PROCESSO HISTÓRICO DA LUTA ANTERRACISTA	56
2.1 Movimento Social Negra.....	56
2.2 Movimentos Negros no Amazonas e o mito da “não existência de negros”	65
2.3 Educação, raça e classe.....	72
CAPÍTULO III–POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL(PIR).....	85
3.1 Panorama das políticas afirmativas para relações etnicorraciais.....	85
3.2 Panorama das políticas afirmativas para educação das relações etnicorraciais no Amazonas.....	93
3.3 A materialização da Lei 4.887/2003 – o reconhecimento da Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa no município de Itacoatiara.....	98
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	104
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXO.....	113

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é produto da pesquisa intitulada: Educação, Movimentos Negros e Ações Afirmativas no Amazonas. Ela surgiu a partir da observação de que as exigências históricas, sociais e legais da educação das relações etnicorraciais têm instigado uma reflexão mais aprofundada sobre práticas pedagógicas, currículos, concepções de ensino, de sociedade e de ser humano, nesse sentido Rodrigues (2005, p. 63), afirma que:

a Lei 10.639/03 [...] indica a possibilidade de romper com o paradigma eurocêntrico e estimula alteração nas formulações de políticas educacionais, [...] na medida em que pode implicar a ampla modificação curricular inclusive nos cursos de formação de professores e de todos os profissionais da educação”.

O enfrentamento dos conflitos raciais que assolam a sociedade incita determinadas instituições a buscarem contribuições dos movimentos negros, em função das lutas políticas pela afirmação da alteridade desses grupos. Assim, a proposta se deu a partir do propósito de conhecer um pouco sobre como os movimentos culturais e políticos que compõem o Movimento Negro, organizam subsídios para uma intervenção não só política, como pedagógica, para a implantação e implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, as quais versam sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas, tendo em vista que os movimentos negros em sua maioria consideram a educação como pilar principal para superação do racismo.

Um outro aspecto levado em consideração foi observar se o Estado tem democratizado de fato o exercício do poder, incluindo esses segmentos na elaboração de projetos, programas e demais materiais de ensino que contemplem as orientações dadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96).

Atualmente, várias questões relacionadas à diversidade cultural ocupam um considerável espaço em debates, congressos, encontros científicos, fóruns sociais e demais eventos que discutem educação. Discursos veiculados nesses espaços objetivam a valorização de práticas que possibilitem o direito à voz de grupos oprimidos, com a

finalidade de igualar oportunidades para aqueles que são culturalmente diferentes, valorizando a diversidade. Adichie (2015, p.47), exemplifica:

para que serve a cultura? A cultura funciona, afinal de contas, para preservar e dar continuidade a um povo. A cultura está sempre em transformação. A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar a cultura.

Assim, o interesse em pesquisar sobre a temática em questão, nasceu a partir das experimentações vividas no âmbito profissional, no fato de me reconhecer como uma mulher negra que faz parte de um contingente ancestral de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas, na vivência com pessoas que assim como eu não concordam e não aceitam demonstrações de preconceito, racismo, discriminação e toda e qualquer forma de opressão, e por ter tido a compreensão de que seria necessário conhecer histórico e politicamente determinados contextos, para então conseguir subsidiar uma prática que possa intervir na realidade, tomando como ponto de partida o chão das escolas, espaços educativos fora das escolas e os vários lugares onde se constroem novas atitudes políticas e culturais para uma plena humanidade entre homens e mulheres.

Infelizmente, na formação acadêmica ainda nos deparamos com lacunas expressivas quando se trata da falta de discussão a respeito de possíveis intervenções educativas que abordem temáticas sobre a diversidade nas disciplinas dos cursos de licenciaturas, esse fato corrobora exponencialmente para dificultar o tratamento pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem, propiciando assim, uma naturalização de práticas preconceituosas no interior das escolas, que podem ser causadas, inclusive, pela desvalorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, econômica e social, que não podem ser compreendidas como obstáculos entre seres humanos, mas como fatores de integração e respeito ao outro.

Dessa forma, os estudos tiveram como escopo identificar elementos da cosmovisão africana com o intuito de compreender melhor as particularidades envolvidas em processos educacionais, políticos e culturais, que incorporam elementos da cultura africana e afro-brasileira em nossa região. Uma outra finalidade importante da investigação foi pesquisar sobre o processo histórico da luta antirracista e sua interlocução com a educação das relações

etnicorraciais em nosso Estado. Em seguida, fizemos um levantamento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PIR), para entendermos como se dá a luta dos Movimentos Negros e sua atuação nos espaços de participação e tomada de decisão. Assim coube a esse estudo entender a importância desses processos na construção da alteridade negra, e de que forma isso tem mobilizado a sociedade como um todo, na luta por ações afirmativas de promoção da igualdade racial.

Para a formulação dos caminhos da pesquisa, preconizamos a necessidade de uma reflexão crítica que caminhasse para a apreensão da realidade analisada, fundamentada num método que conseguisse responder à problemática apresentada. Então, foi imprescindível contextualizar historicamente a realidade empírica à luz de pressupostos que analisassem a concreticidade desse real. De acordo com Barbosa & Miki (2007, p. 34):

no enfoque crítico-dialético, verifica-se a preocupação de descobrir os conflitos de interesse. [...] segundo este enfoque, é importante conhecer a realidade em sua concreticidade, contextualizando-a historicamente, compreendendo as interações entre os sujeitos em processos de ação-reflexão-ação.

Os estudos sugeriram para materialização dos objetivos propostos, a adoção de uma pesquisa com enfoque crítico, a qual Chizzotti (2002), define como parte da necessidade de se conhecer a realidade, interpretá-la e aí então transformá-la. Tal conceito fundamenta-se na compreensão de que a realidade é construída na interação com o ambiente, nas diferentes relações sociais.

Em vista disso, a proposta de pesquisa investigou procedimentos educativos constituídos em escolas da rede estadual, assim como o processo histórico-cultural da Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, localizada no município de Itacoatiara no Amazonas. Foi possível identificar alguns dos inúmeros elementos da cultura africana e afro-brasileira incorporadas nas ações cotidianas e a relação coexistente com os movimentos negros na implementação de ações afirmativas para as relações etnicorraciais. Gadotti (2012), alega que a pesquisa e a reflexão em educação não podem visar apenas a reconstituição histórica de educação ou a fundamentação

psicossociológica do ato educativo, mas devem servir de instrumentos de luta para superar as contradições da sociedade opressiva.

Partimos de uma busca bibliográfica e documental sobre os principais conceitos apresentados na proposta de pesquisa. O objetivo era trabalhá-los historicamente, para isso seguimos o que Minayo & Gomes (2013, p.20), apontam como significado do conceito quando delimitado

[...] deve ser valorativo, pragmático e comunicativo. *Valorativo*, no sentido de que o pesquisador precisa explicitar a que corrente teórica os conceitos que adotou estão filiados. *Pragmático*, no que se refere a sua capacidade de serem operativos para descrever e interpretar a realidade. *Comunicativo*, ou seja, claros, precisos, abrangentes e ao mesmo tempo específicos para serem entendidos pelos interlocutores da pesquisa.

O estudo sugeriu um levantamento de categorias específicas ao tema escolhido, dentre elas destacamos a história e cultura africana e afro-brasileira como fonte de compreensão da realidade brasileira tão permeada de africanidades, porém, ainda muito pouco estudada, divulgada e conhecida entre nós. A discriminação racial, que motivada pelo preconceito, diferencia e exclui pessoas com base na sua raça, cor, etnia ou religião. O direito à educação e à diversidade étnica e cultural, são intrínsecas à constituição e formação do povo brasileiro, tendo em vista a miscigenação racial marcada pela união de vários povos e a multiplicidade de elementos como costumes, organização familiar, linguagem, política e tradições.

Para explicar os caminhos inerentes à pesquisa em tela, propôs-se como base, o levantamento de informações que nos levaram a observar com mais atenção a temática investigada. Os estudos se deram a partir de fontes bibliográficas e documentais, foram utilizadas e consultadas fontes escritas por pensadores como: Georges Lefebvre, Karl Marx, Friedrich Engels, Clóvis Moura, Kabengele Munanga, Ygor Cavalcante, Nilma Gomes, Moacir Gadotti, dentre outros intelectuais clássicos e contemporâneos, os quais serviram como referências para esta produção.

Quanto aos documentos oficiais primários buscamos censos estatísticos do IBGE e da ONU, a Constituição Federal do Brasil, as principais Leis, Decretos, Diretrizes e Planos

que norteiam as políticas para promoção da igualdade racial, em especial as relacionadas à educação das relações etnicorraciais. Também foram apreciados documentos internos de entidades como: atas de fundações, carta de princípios e estatuto, tanto do Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas (Fopaam), quanto da União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro), as quais fazem parte dos movimentos negros amazonenses.

Verificamos também alguns manuais de procedimentos, relatórios, informações públicas da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc) e da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), tendo em vista que são estes órgãos que hoje respondem pelas ações afirmativas no nosso Estado.

Entraram também no cerne da pesquisa bibliográfica: ensaios, dissertações, teses, artigos e documentos secundários como: fotografias, mapas, filmes, documentários, os quais serviram como embasamento para comparar fatos sociais. Ressaltamos também, que a tradição oral afro-brasileira assegurou a conservação da história dos costumes de um povo, portanto, não foi desconsiderada no processo da investigação, pois como elucida Barbosa & Miki (2014), o trabalho com documentos não é fácil e a pesquisa documental centra-se fundamentalmente em documentos escritos, ou não, como fonte de informação.

Foi importante considerar os aspectos geográficos, econômicos e históricos do contexto no qual a investigação foi aplicada, no caso a Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, pois entendemos que apesar da proposta ter sido apoiada numa pesquisa bibliográfica e documental, houve a necessidade de caracterizar a vida habitual do universo em questão, partindo do princípio de que o cotidiano é um processo histórico, assim como constitui um campo de construção histórica (MONTANO & DURIGUETTO, 2011).

No primeiro momento, a proposta foi se apropriar de alguns conhecimentos fundamentais sobre a história geral da África. É importante ressaltar que não se tratou de uma pesquisa aprofundada, como seria no caso de um historiador ou uma historiadora, mas de um levantamento de aspectos socioculturais e históricos mais gerais, afim de identificar elementos da cosmovisão africana, para poder então compreender as particularidades envolvidas nos processos políticos e educativos que pudessem evidenciar a ancestralidade negra e a resistência histórica na comunidade quilombola em questão, nos movimentos negros e como isso vem interferindo nas ações afirmativas em nosso Estado.

Foi possível destacar como fonte bibliográfica básica para esse momento da pesquisa, a Síntese da Coleção História Geral da África da pré-história ao século XX, editada por Valter Roberto Silvério e História e Cultura Afro-Brasileiras de Regiane Mattos. A leitura e análise serviram para retratar marcadores históricos dos modos de pensar, sentir e agir de nações ocidentais, principalmente no Brasil, já reconhecido por muitos estudiosos como uma extensão da África.

Marx (1848), afirma que “ser radical é ir às raízes dos problemas e a raiz do homem é o próprio homem”, apesar do novo paradigma em torno do termo “radical”, a compreensão que tivemos foi a de que precisaríamos ir às raízes do problema. Então, analisamos como tem se dado a atuação das entidades a partir de uma perspectiva histórica, na qual fosse possível enxergar nessa trajetória dos movimentos as seguintes dimensões: grau de organicidade, capacidade de mobilização e de proposição e parceira com o Estado, número de entidades e/ou militantes filiados, como se dá a formação política e até que ponto dialogam com a educação, e a ela confiam o papel transformador.

Tentamos compreender a concepção que se tem do processo de luta, as possíveis contradições entre os projetos políticos dessas entidades e as perspectivas fomentadas pela população negra. O estudo se pautou numa análise a luz do materialismo histórico e dialético, como parte da concepção geral marxista. De acordo com Tckeskiss (2017, p. 13):

o marxismo é o modo de encarar a vida, do ponto de vista do proletariado e que permite esboçar a concepção que terá a sociedade a qual está destinada a criar. O materialismo histórico, como parte do marxismo, estuda as leis da vida social e a tendência do seu desenvolvimento. O materialismo histórico estuda fenômenos sociais e a história, do ponto de vista marxista, ele tem a missão de estudar cientificamente e pelo método materialista, a história e a sociedade (dois conceitos intimamente ligados entre si). Não é, entretanto, a ciência da sociedade em si, indica somente o método e o processo no estudo das leis da vida social e do seu desenvolvimento.

Para a compreensão da realidade, é preciso entender que quando se trata de ações humanas, sempre encontraremos sentidos de cunho social. O fenômeno social pode apresentar também sentido histórico, pode ter caráter individual ou coletivo e é por isso que a luta entre vários grupos sociais modificam a forma da vida social. Mourão (2016, p. 129),

diz que o movimento é decorrente das contradições, da luta dos contrários, que é interna, mas também é externa, pois não se isola a realidade do seu contexto. Então, para darmos conta das análises e garantir a coerência epistemológica da pesquisa, nos pautamos no que alega Gadotti (2012), o método dialético não pode ser compreendido fora do conjunto do pensamento marxista.

Para Borges (2015, p.41), a lei da Unidade e Luta dos Contrários é quando os elementos estão em luta, negam-se, mas não se separam por haver uma dependência mútua. A contradição é o princípio elementar da dialética, os elementos contraditórios existem simultaneamente. A exemplo disso, é possível considerar que, se o conjunto das lutas que se transformaram em leis e programas para reparação do abismo racial presente em nossa sociedade, como a Lei 11.645/2008 que garante a obrigatoriedade do ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, o qual regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombo, não forem implantados e implementados pelos órgãos e instituições responsáveis e não forem acompanhados pelos segmentos políticos comprometidos com a transformação da realidade, fica visível o princípio da dialética que de acordo com Gadotti (2012, p.27), evidencia a luta dos contrários, tendo em vista que a transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição.

Assim, a luta dos contrários tem como consequência o desaparecimento do objeto com determinada unidade contrária e o surgimento de um novo objeto com uma nova unidade de contrários que lhe é nova.

O estudo nos levou a verificar a participação dos movimentos negros nos espaços de poder, sua relação com o Estado, como se dão as parcerias e se há ampliação dos direitos à educação do/sobre o povo negro no Amazonas. Lefebvre (2016, p. 31), argumenta que é fundamental na pesquisa não se isolar o objeto considerado, e sim, buscar suas ligações e suas relações constantes e regulares com outros fenômenos. Ou seja, Cada objeto, cada fenômeno é uma unidade de contrários e as contradições internas são uma propriedade essencial da estrutura de qualquer objeto e processo.

A evolução prepara a revolução e a revolução prepara a evolução interior, isto é, à luz da dialética as transformações na sociedade são quantitativas, evolucionais e qualitativas,

revolucionárias. Por isso, é preciso considerar que o povo negro foi responsável pela produção da riqueza deste país, paralelo a esse processo, os negros se organizaram e travaram lutas em busca de igualdade e liberdade.

As senzalas e os quilombos são marcos da resistência africana e de seus descendentes no Brasil. Atualmente o processo de resistência ganhou outras características, o Movimento Social Negro é resultado de uma série de contestações e manifestações decorrentes de um processo histórico, as bandeiras levantadas contra a violência da juventude negra, o feminicídio de mulheres negras, o racismo institucional, o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, as cotas, estão na pauta da luta pela igualdade racial. As políticas afirmativas para reparação das desigualdades raciais conquistadas nos dias de hoje, demonstram que os elementos quantitativos acrescidos e retirados historicamente, fruto da luta e da resistência do povo negro brasileiro foram fundamentais para promover a mudança qualitativa, evidenciando um dos princípios da dialética, que é a lei da transformação da quantidade em qualidade.

De acordo com a lei da negação da negação, na qual a síntese é por sua vez a tese de uma nova antítese, que reproduz indefinidamente o processo. Na sociedade, em geral, no movimento progressivo são possíveis alguns movimentos regressivos em certos períodos históricos. O Brasil tem 518 anos, destes, quase 400 foram de regime escravocrata, a abolição, hoje considerada por parte do movimento negro como inacabada ou incompleta, não deixa de ser à luz da dialética a primeira negação desse processo histórico.

A opressão, o racismo e a degradação são elementos de revolta, fatores essenciais para que a luta e a resistência negra comece a se organizar e se unir cada vez mais, construindo ao longo da história estratégias para superação das mazelas impostas pelo sistema capitalista. As conquistas surgem, lentamente, no contexto atual temos avanços nas políticas públicas para igualdade racial, entretanto, o panorama das conquistas entrou numa conjuntura de desconstrução e retrocessos, sinalizando para a continuidade do movimento. Moura (2014, p.18), argumenta que todo o conjunto de revoltas e lutas dos quilombos e movimentos protagonizados por negros e negras não eram apenas “revoltas pontuais”, mas também sinalizavam para a possibilidade de constituição de projetos políticos alternativos.

Os caminhos da pesquisa demandaram que elegêssemos a observação, com o cuidado de tornar esse instrumento de pesquisa fidedigno a um método científico. Para isso, foi adotado um diário de campo, que ao ser aberto apresenta um planejamento para definir

objetivos, propósitos e o foco da investigação, levando em consideração “o quê”, “porquê”, “como”, “onde” e “pra quê” observar.

Segundo Patton (1997), de acordo com o diário de campo e a observação participante para recolhimento de dados e compreensão do contexto, é importante que, no seu trabalho, o observador possua suficiente capacidade de concentração, paciência, espírito alerta, sensibilidade e, ainda, bastante energia física para concretizar sua tarefa. Graziano & Raulin (2000), corroboram afirmando que a observação é um processo empírico por intermédio do qual usamos a totalidade dos nossos sentidos para reconhecer e registrar eventos fatuais.

Ao adentrar o ambiente natural da Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, tivemos o cuidado de nos prepararmos mentalmente para nos concentrarmos a aspectos relevantes para a coleta de dados. A observação aconteceu no período de cinco dias, a estada no local possibilitou que encontrássemos aspectos novos ao problema apresentado, o qual está relacionado à implementação da política quilombola, como se deu o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP), como está o processo de titularização em relação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tivemos acesso as atas de reuniões e registros da associação de moradores, foi possível observar o dia a dia, como vivem as pessoas, onde trabalham e estudam, como está organizada a questão religiosa.

Ou seja, informação altamente relevantes e que somente passando uns dias na comunidade é que conseguimos compreender como se dão as contradições entre os sujeitos e determinadas situações daquele lugar, talvez não existisse uma forma tão útil para conhecermos o ambiente social ao qual nos propomos a investigar, para isso tentamos nos incorporar à comunidade, do modo mais natural possível para podermos dar conta da observação em campo.

O cuidado ao aplicar o método foi minucioso, para que não houvesse visões desvirtuadas, devido à aproximação com a realidade. No caminho da investigação e na análise dos dados registrados no diário de campo, encontramos elementos que não esperávamos, as ideias que apresentaram-se na preparação para a observação da comunidade quilombola foram modificadas quando o contato com aquela realidade se concretizou, portanto, existe o entendimento de que houve fidedignidade científica durante o período de observação.

Os objetivos nortearam a construção dos três capítulos da dissertação, os quais foram dimensionados da seguinte forma, no primeiro capítulo inicial apresentamos os elementos da cosmovisão africana, o qual traz informações sobre o quanto de África existe no Brasil: suas representações coletivas fundamentais, colocadas aqui como tradição oral, alteridade e resistência, quilombos e comunidades quilombolas.

O capítulo dois discorre sobre o processo histórico da luta antirracista, considerando como principal protagonista o Movimento Social Negro, os movimentos negros no Amazonas, a relação entre educação, raça e classe e a perspectiva ideológica das seguintes entidades: Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas e União de Negras e Negros pela Igualdade.

O capítulo três proporciona uma leitura sobre as Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PIR), por meio de um panorama das principais políticas para as relações etnicorraciais raciais, um outro mais específico com as políticas afirmativas para educação das relações etnicorraciais no Amazonas e finaliza com os processos sociais, políticos e educacionais investigados na Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, no município de Itacoatiara.

Logo, a finalidade desta pesquisa consiste, por um lado, sinalizar o racismo como um dos graves problemas da nossa sociedade e, por outro, em edificar forças da sociedade para combatê-lo. Dentre essas forças, a educação, embora não possa resolver tudo sozinha, sem dúvida ocupa um espaço de destaque.

CAPÍTULO I

ELEMENTOS DA COSMOVISÃO AFRICANA

O Brasil é o resultado do encontro de várias culturas e civilizações provenientes dos vários continentes. Desse encontro, resultam diversas contribuições étnicas que influenciaram a construção de nossa cultura e de nossa identidade. Portanto, para conhecer nosso país é necessário entender um pouco de cada uma dessas culturas formadoras. No caso dos africanos, isso ainda acontece de forma muito pontual, pois raramente encontramos nos livros de história qualquer alusão ao valor da contribuição deles para a História do Brasil, como ocorre com as comunidades europeias, asiáticas e indígenas (MARCOS & SILVA 2008).

1.1 O QUANTO DE ÁFRICA EXISTE NO BRASIL

É imprescindível para a compreensão da formação do povo brasileiro e para a construção de uma sociedade sem racismo, encerrar o longo processo de silenciamento ao qual foi submetido o povo africano e seus descendentes. De modo geral a África é vista como sinônimo de miséria e com uma densa população, isso resulta de pré-noções e desconhecimento sobre o continente africano.

O continente africano de acordo com a ONU, por meio do Suggested citation: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017), World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition, possui uma diversidade populacional subdividida em 54 países, abriga em torno de 1,256 bilhão de habitantes aproximadamente, cerca de 17,47% do total do planeta. Do total do continente africano, 33,6% está no Leste da África, 13% está na Região Central da África, 18,6% está no Norte da África, 5,2% está no Sul da África e 29,6% está na África Ocidental. Os cinco países mais populosos são Nigéria com 182,1 milhões de habitantes, Etiópia com 105 milhões, Egito com 97,6 milhões, República Democrática do Congo com 81,3 milhões, República Unida da Tanzânia com 57,3 milhões. Os cinco juntos representam cerca de 31,7% do continente

africano, o qual é constituído por uma heterogeneidade geográfica, além da riqueza cultural e ambiental.

Zerbo (apud SILVÉRIO, 2013, p.17) afirma que:

[...] a África tem uma história. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.

A África é um continente consolidado por diferentes grupos humanos. As civilizações africanas carregam o legado da existência de reinos exuberantes que prosperaram tanto na antiguidade, quanto na idade média e nos séculos seguintes. Existia uma organização avançada dos sistemas econômicos, políticos, de crenças religiosas e linguístico. A chegada dos colonizadores contribuíram para que essas sociedades se degenerassem.

Entre os século XIX e XX o continente africano teve quase que sua totalidade dominada pelos europeus. Mesmo sem serem avisados ou sondados sobre a divisão, o povo africano foi obrigado a se submeter aos critérios impostos pela Conferência de Berlim, realizada em 1885, a qual reuniu os estados Unidos e mais 14 países europeus para definirem medidas para conquistar regiões ainda não colonizadas da África. Na divisão europeia, as colonizações beneficiaram franceses, ingleses, alemães, italianos, belgas, espanhóis e portugueses.

Ao sul do Deserto do Saara localiza-se a África Subsaariana, dividida em três grandes áreas: Ocidental, Centro-Ocidental e Oriental. A África Ocidental compreende os territórios entre os rios Senegal e Cross. A África Centro-Ocidental é entendida como a área que se estende entre o rio Congo e o Rio Cuanza, cujas nascentes estão localizadas no interior de Angola e na floresta equatorial central, lançando suas águas também no Atlântico. E, por fim, a África Oriental que abrange os territórios entre os Rios Limpopo e o Zambeze, que deságuam no oceano Índico (MATTOS, 2012).

Segundo Souza (2009), o primeiro Império da África Subsaariana sobre o qual se tem notícias mais precisas é o Mali, existiam centros de troca e de agrupamento de pessoas, e isso se deve à rede de rios que fertilizava as terras e promovia o transporte na região.

Mattos (2012, p.22):

Mali era considerado um dos mais importantes reinos sudaneses da savana ocidental entre os séculos XIII e XV, a origem desse reino está nos povos de língua Mandê, que viviam nos *kafus*, conjunto de aldeias cercadas por terras cultivadas no vale do Níger, que formavam pequenos estados governados pelos *famas*.

[...] Gana era um outro reino sudanês, consolidado a partir do século IV. [...] As primeiras informações a respeito do reino de Gana foram encontradas na obra do escritor árabe AL-Fazari, no século XVIII. Esse autor relata que, no Marrocos, Gana já era conhecida como “a terra do ouro” desde o século VIII.

[...] Benin era um dos povos edos que habitavam há milhares de anos, a região de florestas a oeste do rio Níger. [...] No Benin, os mais velhos possuíam o poder de legislar sobre as terras e os costumes das aldeias agrícolas e orientavam o trabalho dos outros grupos. Reuniam-se nos santuários em homenagem aos seus ancestrais para resolver os problemas e as disputas da comunidade.

[...] em várias cidades-estado da África Oriental, como Quíloa Mogadixo, Mombaça, Moçambique, Zanzibar, Mafía, Melinde, a organização política concentra-se na figura de um sultão ou xeque, que governava com o apoio de um conselho, aparentemente com base nas leis islâmicas.

[...] Na África Centro-Occidental, existia o reino do Congo, que no século XV, considerava que tudo o que não era natural, como a infelicidade, as doenças e a infertilidade, poderia ser provocado por feitiçarias, e seus praticantes eram perseguidos. [...] Na região as terras eram férteis, plantavam-se coco, banana, dendê, sorgo, inhame, cola. Também se extraía o sal, pescava-se, caçava-se, criavam-se porcos, cabras, galinhas e cães. Os homens trabalhavam como escultores, feitores de cestarias, ferreiros e tecelões. A especialização também era empregada na indústria têxtil.

É possível compreender a partir das informações, o quanto as civilizações africanas eram desenvolvidas e organizadas, mesmo antes da chegada dos europeus, tanto quanto as dos gregos, dos árabes, dos romanos, dos reinos medievais e das nações europeias do século XIX. Mas, a questão é, por que a África não é tão poderosa e rica quanto as nações citadas?

A estratégia de silenciar a história da África, ou contá-la de outra forma, foi parte do projeto de subjugar os povos africanos e submetê-los à servidão. O sistema colonial adotou o trabalho escravo, pois pretendia acumular capital e transferir renda a partir de bens explorados do meio natural, que foram comercializados nos mercados americano e europeu.

O tráfico negreiro era uma outra fonte que também proporcionava acumulação de capital. Foram quase 400 anos de trabalho escravo forçado para a constituição da base

material do nosso país. Moura (2014, p.78), explica que um dos aspectos mais importantes, se não fundamental foi a transformação do tráfico de simples atividade de pirataria em atividade mercantil. O autor acrescenta que o tráfico de escravos contribuiu enormemente para a acumulação capitalista.

A iniciativa de colonização no Brasil se sustentou na força de trabalho dos negros escravizados trazidos da África. Desde o século XVII, os africanos já formavam a força que operacionalizava a esfera mais ativa da economia colonial, a cultura agroexportadora do açúcar, no Nordeste.

Para além do trabalho braçal produtivo, os africanos eram empregados também em tarefas domésticas e muitos dos serviços urbanos. Chegaram mesmo a desempenhar as funções de controle da produção — como capatazes — ou mesmo de repressão — eram negros, muitos dos capitães do mato que caçavam escravos foragidos. Desse modo, ao longo de mais de três séculos, passando pelo ciclo do ouro e atingindo a sociedade cafeeira, os africanos e seus descendentes crioulos garantiram, de forma decisiva, a atividade produtiva do país, participando de quase todas as esferas da vida social; não alcançando, porém, os postos e benefícios de uma cidadania, tão restrita e discricionária (LUCCHESI, BAXTER & RIBEIRO, 2009).

O povo africano percorreu o Atlântico e trouxe sua cultura, sua forma de pensar o mundo, seus costumes, sua criatividade e principalmente sua força, não somente àquela utilizada, no trabalho escravizado, mas a da superação, da luta, da persistência em manter viva suas matrizes africanas por meio da fé e da ancestralidade. Nesse sentido, podemos afirmar que o Brasil tem muito mais de África do que se possa imaginar.

Segundo Rüsen (2006, p.16), a aprendizagem histórica é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica, articulada ao modo como a experiência do passado é vivenciada de modo a fornecer uma compreensão do presente e a construir projetos de futuro.

[...] Mediante a narrativa histórica, são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas como determinação de sentido no quadro de orientação da vida prática humana. [...] A narrativa histórica torna presente o passado, sempre em uma consciência de tempo na qual passado, presente e futuro formam uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica. (RÜSEN, 2001, p. 57, 65, 66, 67)

Por conseguinte, analisar determinados períodos históricos com o auxílio de fontes variadas, ajuda a rememorar o passado e entender como ele pode intervir no presente. Tal observação vem complementar que não se pode negar as atrocidades transcorridas no processo de escravidão, e o quanto elas estão presentes ainda nos dias de hoje, refletidas no racismo e, conseqüentemente, nas desigualdades sociais e raciais deste país. Apesar disso, é imprescindível apreender quais foram as ações para superação dessas atrocidades que os africanos e seus descendentes brasileiros fizeram, quais sabedorias carregam? Como compreendem a vida? De que forma se organizaram? Ou seja, quais são os conhecimentos historicamente construídos e de que forma influenciaram a formação do povo brasileiro.

Ao repensar o continente africano é preciso atentar para a historicidade e o intercâmbio entre as Áfricas, ressaltar a alteridade das sociedades subsaarianas, ou seja, compreender essa concepção como pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende do outro, a existência do “eu-individual” só é permitida mediante o contato com o outro. Portanto, é importante analisar o continente africano a partir da complexidade, em graus diferenciados, de suas organizações sociais e políticas, conhecer uma história da “África descolonizada”, não apenas a ideia da “África negra” com seus estereótipos raciais. (HERNANDEZ, 2008).

Para conseguirmos combater os preconceitos aprofundados na nossa sociedade, é preciso assimilar as informações trazidas no corpo, como o sangue que corre nas veias, as cores da pele e a textura do cabelo. Existe uma memória viva intrínseca nesses elementos, uma carga histórica significativa e silenciada há séculos. Para Inocêncio na coleção Saberes e fazeres (v.1, 2006), tornou-se um exercício imprescindível compreender as condições em que os indivíduos aqui focados pensam de si próprios ou são pensados a partir dos estereótipos produzidos pela cultura hegemônica ocidental. Mesmo diante de uma variação conceitual que engloba pessoas denominadas de mulatas, crioulas, pretas, quilombolas, afro-brasileiras, negras, é fundamental sabermos que as identidades desses sujeitos resultam não apenas das possibilidades, mas também dos limites para eles estabelecidos.

A despeito disso, faz parte da nossa história um processo conhecido como ideologia do branqueamento, a qual pregava a integração dos negros via assimilação dos valores brancos e teve como objetivo difundir que não existiam diferenças raciais no Brasil e que

todos aqui vivem de forma harmoniosa, sem conflitos. A isto damos o nome de democracia racial. Seyferth (1998, p.43), diz que:

A miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro após 1850, vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população.

Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Paulo Prado e Sílvio Romero foram intelectuais e pensadores influentes que compartilharam nas suas obras a ideologia do branqueamento. Ou seja, ainda que no Brasil o racismo não seja evidenciado como foi na África do Sul por meio do Apartheid, um sistema político que exigia a segregação racial, nem por via regulatória, isto é por meio de uma legislação discriminatória como aconteceu nos EUA, o ideal do branqueamento serviu como ponto principal de análise para interpretação do povo e das relações sociais do nosso país de escritores, políticos e intelectuais da época.

A nossa sociedade naturalizou o processo de embranquecimento, cultura pela qual a supremacia branca dita as regras para a aparência, o comportamento e o modo de pensar em detrimento das heranças negra e indígena. Os descendentes dos povos tradicionais carregam nas suas histórias de vida situações em que seu corpo se tornou um verdadeiro peso, afinal nossa sociedade em sua maioria se idealiza branca.

A alusão problemática ao corpo dos indivíduos em questão, ou a partes de seus corpos, como o cabelo, a boca, o nariz, a pele, os músculos, o sexo, nos obriga a considerar os efeitos perversos da violência simbólica e nos leva a perceber em que medida essa violência simbólica acaba fomentando a violência física. (INOCÊNCIO, Saberes e fazeres, A Cor da Cultura v.1, 2006)

Ainda referindo-se à heranças culturais, memória e corporeidade, o corpo que serviu como máquina, como objeto de trabalho para sustentar o sistema econômico, é também identificado pela sua historicidade. A corporeidade é uma significação que remete à reverência ao corpo, como um todo inteiro, aquele que se comunica com outros corpos, por

meio da dança, da fala, da teatralidade, das brincadeiras, rejeitando a imprescindível perspectiva lógica em detrimento da perspectiva corpórea.

Diante disso, estudos e pesquisas tem demonstrado que a corporeidade africana é diversificada e ao mesmo tempo integrada com os sentidos que dela fazem parte. A expressão corporal, por exemplo, é o contato da própria vida com a natureza. O africano canta e dança nos diversos eventos da comunidade a que pertence, a intenção maior é sempre celebrar a vida por meio da espiritualidade e da imaginação.

Sobre esse aspecto, podemos destacar algumas expressões culturais que constituíram fundamentos do movimento corporal afro-brasileiro, dentre eles a religiosidade, o carnaval, o semba e o samba, a capoeira, e a influência africana ao português do Brasil. Mas, os tambores da África trouxeram também muitas outras danças e cantos, que vão desde o maracatu à congada, cavahada e moçambique. Sons e ritmos que percorrem e conquistam o povo brasileiro em todas as regiões.

Os africanos, quando chegaram ao Brasil, passaram a conviver com diversos grupos sociais – portugueses, crioulos, indígenas e africanos originários de diferentes partes da África. Nesse caldeirão social tentaram garantir a sobrevivência, estabelecendo relações com seus companheiros de cor e de origem, construindo espaços para a prática de solidariedade e recriando sua cultura e suas visões de mundo. Dessa maneira, integraram as irmandades católicas, praticaram o islamismo e o candomblé e reuniram-se em batuques e capoeiras. As primeiras referências ao candomblé, culto mais conhecido no Brasil, datam do século XIX. Resume-se à prática de oferendas aos ancestrais e no processo de iniciação dos participantes no ritual de possessão. Esses ancestrais, relacionados à fundação das principais linhagens africanas, são denominados orixás e voduns e se comunicam com os devotos por meio da possessão¹ (MATTOS, 2012)

Não existem pesquisas que afirmem onde e quando nasceu o carnaval, mas alguns estudos sugerem que sua origem foi na Grécia por volta do ano 520 a.C. Era uma festa em que o vinho era fundamental e as pessoas se reuniam em nome do deus Dionísio com a única intenção de se divertirem, celebrarem a fertilidade e a chegada da primavera. A comemoração tornou-se popular em Roma durante os primeiros séculos da era cristã, foi

¹Apoderamento do espírito de uma pessoa por outro espírito que actua como agente interno e unido à mesma, expressão ou circunstância em que alguém está sob o efeito de forças sobre-humanas ou em estado de transe.

reconhecida pela igreja e incluída no calendário cristão depois de muitos séculos, ainda hoje é celebrada no mundo inteiro. Possui características diferentes em cada país que o festeja.

A antropóloga Simson (2007, p. 488-490), em suas pesquisas alega que:

Os negros exerceram o que denominei de resistência inteligente, isto é, realizar no campo da cultura e não no embate físico uma maneira de impor suas visões de mundo e realizar suas denúncias. Assim, o primeiro folguedo carnavalesco negro da cidade de São Paulo veio direto das procissões coloniais. Era a dança dos Caiapós, uma dança dramática realizada pelos negros da cidade à frente das procissões coloniais. Nessa dança os negros, vestidos de índios, encenavam, sem palavras, a morte do pequeno curumim, futuro cacique da tribo Caiapó, pelo invasor branco, o desespero dos membros da tribo, a chegada do Pajé que através de cantos, passes e infusões de plantas, trazia de volta à vida, o pequeno índio e o regozijo da tribo ao ver seu futuro chefe ressuscitado. Nessa dança eles denunciavam o domínio branco sobre as etnias de cor da cidade e apostavam na sua cultura. [...] seus instrumentos faziam muito alvoroço e anunciavam a procissão, com a proibição vinda de Portugal de danças de negros nas procissões católicas, eles levaram sua dança dramática para o período carnavalesco.

A comemoração também passou por transformações devido a influência do folclore indígena e da cultura africana, trazida pelos escravos. Todos esses fatores culturais construíram um carnaval diverso em cada parte do Brasil. O Rio de Janeiro é famoso pelos desfiles das escolas de samba, na Bahia os trios elétricos atraem foliões todos os anos e em outros estados, como Pernambuco e Minas Gerais, o carnaval de rua é o mais popular.

Segundo Albuquerque & Filho (2006, p. 226):

no Brasil das três últimas décadas do século XIX, sempre que o mês de fevereiro se aproximava, a expectativa pelo Carnaval dividia espaço com as críticas ao Entrudo. Entrudo era a brincadeira com água, farinha e máscaras que desde o tempo da colônia garantia a diversão dos foliões. Primitivo, inconveniente, pernicioso e selvagem eram alguns dos adjetivos usados pela imprensa, por políticos e intelectuais para defini-lo. Tal incômodo com o jogo da molhação se explicava pelo risco de que os “moleques”, a “ralé”, o “zé-povinho”, termos que designavam negros e pobres, extrapassem os limites da brincadeira e se julgassem em pé de igualdade com os senhores, damas e senhoritas brancas.

A interpretação é de que os Pândegos da África promoviam nas ruas um verdadeiro candomblé. Tematizando a África, o clube desfilava com carros alegóricos que conduziam foliões vestidos de reis, ministros e feiticeiros africanos. A multidão negra tomava as ruas, cantando canções em língua ioruba ao som de atabaques, os mesmos tambores usados nos cultos afro-brasileiros. O desfile era a reprodução de festejos que ainda aconteciam na África. É importante assinalar a predisposição em reafirmar os vínculos culturais entre a Brasil e o continente africano, apesar da divulgação das teorias racistas que colocavam o continente africano como o último na escala da evolução.

Em 1880 houve uma exaustiva campanha contra o Entrudo, para reprimir a brincadeira, foram criadas medidas por meio de decretos administrativos e punições, como multas e prisões, para convencer os festeiros a abandonar aquela forma de diversão. A elite branca almejava substituir pelo Carnaval nos moldes do que se via em Paris e Veneza. Mais uma vez o discurso civilizador era velado para o racismo que permeava as relações sociais no Brasil.

Segundo Meneses em seu artigo publicado na revista eletrônica Maiskizomba (2013),

Designa-se por “**Semba**” uma das danças e géneros musicais mais populares de Angola, que surgiu no país durante os anos 50 e 60, começando tradicionalmente com danças de salão urbanas. Há quem defenda que este produto cultural, genuinamente angolano, tenha sido conduzido durante o século XVI, pelos escravizados, para se fixar no Brasil e nas Caraíbas. Etimologicamente, “Semba” significa “umbigada” em quimbundo - língua de Angola, no entanto, tem vários outros significados adjacentes ao mesmo, como: batuque, dança de roda, lundu, chula, maxixe, batucada e partido alto, entre outros, muitos deles convivendo simultaneamente. Sendo considerado como a língua de Angola, o “Semba” deu origem a vários outros estilos como o samba brasileiro, a kizomba, e até o kuduro. É tocado em praticamente todos os eventos sociais em Angola, desde óbitos, festas, discotecas, e é versátil na forma como pode abordar uma história, uma anedota ou mesmo um lamento.

O samba recebeu grande influência de danças originárias da África Centro-Ocidental, mais especificamente da região Congo–Angola. A palavra samba (*semba*) entre o quicocos de Angola quer dizer brincar, divertir-se. Na língua quimbundo *di-semba* quer dizer umbigada, que no Brasil é encontrada no batuque, lundu, baiano, coco, calango, samba-rural.

Na segunda metade do século XIX muitos africanos e seus descendentes nascidos na Bahia migraram para a região sudeste para trabalharem nas lavouras de café. No rio de Janeiro essa população afro-baiana constituiu uma área conhecida como “Pequena África”, nas reuniões dessa comunidade o chamado samba-rural acontecia nos quintais das casas. Na década de 1920, nasceu uma nova geração nas rodas de samba e de batuque nos botequins do bairro do Estácio e no morro da Mangueira, despontaram como sambistas Angenor de Oliveira e Cartola. O samba feito nos morros foi apresentado à classe média carioca por músicos como Noel Rosa, que frequentava as favelas do Estácio e da Mangueira, passando a ser muito apreciado (MATTOS, 2012).

Soares (2004), em seu livro “A Capoeira Escrava” elucida que a história da capoeira começa no século XVI, na época em que o Brasil era colônia de Portugal. A mão-de-obra escrava africana foi muito utilizada no Brasil, principalmente nos engenhos do nordeste brasileiro. Muitos destes escravos vinham da região de Angola, também colônia portuguesa. Os angolanos, na África, faziam muitas danças ao som de músicas. Ao chegaram ao Brasil, os africanos perceberam a necessidade de desenvolver formas de proteção contra a violência e repressão dos colonizadores brasileiros. Eram constantemente alvos de práticas violentas e castigos dos senhores de engenho.

Quando fugiam das fazendas, eram perseguidos pelos capitães-do-mato, que tinham uma maneira de captura muito violenta. Os senhores de engenho proibiam os escravos de praticar qualquer tipo de luta. Logo, os escravos utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando a um tipo de luta. Surgia assim a capoeira, uma arte marcial disfarçada de dança. Foi um instrumento importante da resistência cultural e física dos escravos brasileiros. A prática da capoeira ocorria em terreiros próximos às senzalas e tinha como funções principais à manutenção da cultura, o alívio do estresse do trabalho e a manutenção da saúde física.

Muitas vezes, as lutas ocorriam em campos com pequenos arbustos, chamados na época de capoeira ou capoeirão. Do nome deste lugar surgiu o nome desta luta. Até o ano de 1930, a prática da capoeira ficou proibida no Brasil, pois era vista como uma prática violenta e subversiva. A polícia recebia orientações para prender os capoeiristas que praticavam esta luta, já em 1930, um importante capoeirista brasileiro, mestre Bimba, apresentou a luta para o então presidente Getúlio Vargas, foi nesse período que arte transformou-se em esporte nacional brasileiro.

A capoeira possui três estilos que se diferenciam nos movimentos e no ritmo musical de acompanhamento. O estilo mais antigo, criado na época da escravidão, é a capoeira angola. As principais características deste estilo são: ritmo musical lento, golpes jogados mais baixos (próximos ao solo) e muita malícia. O estilo regional, criado por Mestre Bimba, caracteriza-se pela mistura da malícia da capoeira angola com o jogo rápido de movimentos, ao som do berimbau. Os golpes são rápidos e secos, sendo que as acrobacias não são utilizadas. Já o terceiro tipo de capoeira é o contemporâneo, que une um pouco dos dois primeiros estilos. Este último estilo de capoeira é o mais praticado na atualidade. Porém é importante ressaltar que capoeira é uma só, a Capoeira de Angola, considerada a mãe dos outros estilos e mais próxima da capoeira jogada pelos escravos africanos (SOARES, 2004).

Sem dúvida a capoeira é uma arte marginal que imprime mais uma forma de resistência e herança do continente africano ao Brasil, além de se transformar em patrimônio cultural do Brasil. A roda de capoeira é transformada num espaço sagrado, mas que também carrega muita corporeidade, como a dança, a expressividade dos movimentos cheios de muita ginga, um verdadeiro jogo que tem o corpo como o principal meio de reflexão e comunicação.

A influência africana ao português brasileiro é um outro fator marcante na cultura afro-brasileira. O desenvolvimento histórico do português brasileiro deu-se em um contexto complexo de relação entre línguas.

Contudo, a escrita da história linguística deste que é o mais expressivo segmento formador da população brasileira era tarefa que se colocava no plano de uma reconstrução quase que exclusivamente a partir de ‘indícios’, uma tarefa não para historiadores, mas para arqueólogos da língua portuguesa (MATTOS E SILVA, 2002).

No ano de 2000, Oliveira (2003 e 2006) localizou na Sociedade Protetora dos Desvalidos – irmandade negra fundada tardiamente em Salvador no ano de 1832 – um expressivo e raro acervo de documentos escritos por africanos e negros brasileiros forros. Tais documentos são de fundamental importância para a reconstrução da história linguística brasileira por, pelo menos, dois aspectos: 1. São fontes que, se supõe, devam permitir uma reconstrução significativamente mais aproximada das chamadas normas vernáculas do português brasileiro. 2. Desvelam, nas investigações sobre a história da cultura escrita no Brasil, um campo de estudos ainda quase por explorar: o dos caminhos trilhados por negros livres ou libertos, integrantes de grupos sociais subalternos, para aprenderem a ler e escrever.

Os estudos de Lucchesi, Baxter & Ribeiro (2009, p.57) afirmam que,

os estudiosos que se dedicaram ao tema do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil são quase unânimes em afirmar que o elemento africano desempenhou um papel bem mais relevante no processo de constituição de nossa realidade linguística atual do que o elemento indígena. Desde os primeiros contatos, as comunidades autóctones brasileiras sentiram o violento impacto da transplantação da civilização cristã ocidental para o Brasil. Com efeito, ao longo desses cinco séculos, perpetraram-se um verdadeiro genocídio dos povos indígenas. Quando não eram chacinados pelas “expedições punitivas”, eram dizimados por moléstias adventícias contra as quais não haviam desenvolvido qualquer imunidade — uma simples virose dizimava tribos inteiras. Expulsos de suas terras, buscavam refúgios nas regiões mais recônditas e mais inacessíveis, onde encontravam abrigo da sanha “civilizatória”. Quando escravizados, não se adaptavam aos trabalhos forçados, sobretudo aos trabalhos agrícolas, em razão de suas características culturais intrínsecas. Sua adaptação à vida urbana era ainda mais remota.

Foi nesse contexto que se constituiu a sociedade patriarcal definida na obra de Casa-grande & Senzala de Gilberto Freyre (1935, p. XV):

A casa grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social e político; de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo).

Com a presença indígena reduzida, os escravos tinham contato mais direto com o português, dividiam-se entre ladinos e boçais, os primeiros falavam português, com algumas dificuldades e os outros que não se comunicavam de forma alguma na língua portuguesa. Nem sempre o contato linguístico acontece em condições de igualdade. Quando é resultado de uma relação de dominação, seja econômica ou política, como no caso dos povos conquistados ou grupos escravizados.

Com a abolição da escravatura em 1888, transcorreu uma baixa sucessiva e conseqüentemente a extinção das línguas africanas, desarticuladas pelo uso estendido do

português. A nova condição aboliu com a intercalação de códigos entre a língua portuguesa e as antigas línguas veiculares como mina, ioruba e quimbundo.

Essas línguas assumiram outras funções, e começaram a ser utilizadas em cultos e rituais ou clandestinas. Por volta dos anos 1970, desenvolveu-se um processo chamado de “reafricanização”, que consistiu na hiper-valorização da língua ioruba. Esse processo foi favorecido por um aumento do turismo para a Nigéria e transmissões televisivas de cultos afro-brasileiros e nigerianos. Convencidos de que usar o ioruba como língua nos cultos era mais autenticamente africano, vários “pais-de-santo” alinharam seus rituais ao modelo nigeriano. Ignoravam que a realidade histórica brasileira era mais complexa e que as línguas cultuais não se reduziam ao ioruba. A conclusão é que ainda está por ser feito o estudo sistemático da maneira como os negros brasileiros escravos falavam o português (FIORIN & PETER, 2008).

Um outro aspecto que deve ser lembrado, e aponta lacunas a serem pesquisadas, diz respeito ao fato de estarmos ligados culturalmente ao continente africano, e ainda assim prevalece certo distanciamento entre as manifestações literárias. Com efeito, a produção literária africana e afro-brasileira revela experiências sociais que sem dúvida podem contribuir muito para o despertar do senso crítico, para o conhecimento e o reconhecimento das raízes africanas arraigadas na nossa cultura e a promoção de mudanças.

O objetivo até aqui foi retratar sem muito aprofundamento, alguns dos diversos elementos da tradição africana que povoam o cotidiano brasileiro, dentre eles: sons, movimentos, cores, religiosidade, código de comunicação etc. As expressões artísticas, visões de mundo, formas de organização familiar, bem como as estruturas políticas e econômicas das sociedades africanas acompanhadas da tradição oral, nos ajudam a compreender o quanto de África geográfica e culturalmente existe no Brasil.

1. 2 REPRESENTAÇÕES COLETIVAS: RAÍZES AFRICANAS FUNDAMENTAIS

Os escravos africanos tiveram suas ligações antecedentes todas rompidas. Na longa travessia do Atlântico até chegarem em diversos lugares do Brasil, precisaram buscar pontos de referência que norteassem seus hábitos e costumes, pessoas que pudessem ajudá-los e partilhassem com eles o seu cotidiano. Assim, começaram a tecer novas relações para se

localizarem no mundo. Diante da necessidade de se relacionar com seus senhores e outros escravos, advindos de reinos e comunidades diferentes, os negros precisaram encontrar formas para se inserir e resistir à sociedade escravista.

Nesse sentido, a tradição oral, a alteridade, o pertencimento e a resistência são marcas dos povos afro-brasileiros. Suas raízes, seus valores suas maneiras de pensar, suas sensibilidades foram ressignificadas e reconstituídas dentro de comunidades que integravam-se por meio da irmandade, a partir de uma mesma herança cultural e histórica.

1.2.1 TRADIÇÃO ORAL

As sociedades africanas, no Saara e ao sul do deserto, eram em grande parte civilizações da palavra falada, percebe-se então a nítida a grande importância dada à oralidade por essas civilizações. Por meio dela o conhecimento é transmitido de geração para geração, afirmando a dignidade dos negros africanos, ainda que o processo de escravidão e a situação em que se encontravam fosse atroz, a tradição oral africana e afro-brasileira não desapareceu, mas ainda precisa ser mais difundida. De acordo com Mattos (2012, p.19):

É por meio das palavras proferidas com cuidado pelos tradicionalistas – os guardiões da tradição oral, que conhecem e transmitem as ideias sobre a origem do mundo, as ciências da natureza, a astronomia e os fatos históricos. Nessas sociedades de tradição oral, a relação entre o homem e a palavra é mais intensa. A palavra tem um valor sagrado, sua origem é divina. A fala é um dom, não podendo ser utilizada de forma imprudente, leviana. Ela tem o poder de criar, mas também o de conservar e destruir. Uma única palavra pode causar uma guerra ou proporcionar a paz. Alguns ofícios existentes nas sociedades africanas estão relacionados à tradição oral, a um conhecimento sagrado, a ser revelado e transmitido para as futuras gerações; é o caso dos ferreiros, carpinteiros, tecelões, caçadores e agricultores. Os mestres que realizam essas atividades fazem-no ao mesmo tempo em que entoam cantos ou palavras ritmadas e gestos que representam o ato da criação.

A tradição oral apresenta elementos que admitem apreender como as pessoas rememoram e edificam suas memórias, assim como tece a identidade dos sujeitos étnicos. Enquanto método, a história oral constitui seus próprios documentos, que se definem por meio de diálogos explícitos sobre experiências do passado, do contexto presente e da cultura que se recorda, isso faz com que as fontes orais sejam resultantes de um trabalho da memória.

Bonvini (1981), registra o aforismo de um dos propulsores do movimento historiográfico da década de 1960, o estudioso e escritor malinês chamado A. Hampâte Bâ que diz: “Na África, quando um velho morre, é uma biblioteca que queima!” e cita trechos de um artigo, no qual o literato registra:

Nós nos encontramos atualmente, em tudo que tange à tradição oral, diante da última geração de grandes depositários. É por isso que o esforço da coleta deve se intensificar nos próximos dez ou quinze anos; depois disso os grandes monumentos vivos da cultura africana terão desaparecido, e com eles, os tesouros insubstituíveis de um ensinamento particular, ao mesmo tempo material, psicológico e espiritual, fundado no sentimento de unidade da vida, cuja fonte se perde na noite dos tempos. Ao contrário do que alguns poderiam pensar, a tradição oral africana não se limita, de fato, a contos e lendas, ou mesmo a narrativas místicas e históricas, e os griots estão longe de ser os únicos conservadores e transmissores qualificados. A tradição oral é a grande escola da vida, cobrindo e envolvendo todos os aspectos. Ela é, ao mesmo tempo, religião, conhecimento, ciência da natureza, iniciação à profissão, história, divertimento e recreação, sendo que qualquer detalhe pode permitir a unidade primordial. Fundada com base na iniciação e na experiência, ela engaja o homem em sua totalidade, e, neste sentido, podemos dizer que ela contribuiu para criar um tipo de homem particular e para moldar a alma africana (A. HMPÂTE BÂ, 1980, p. 193 e 229).

A oralidade e suas relações com a produção e transmissão de saberes é algo presente em todas as culturas, ainda que com diferente intensidade em cada momento histórico. Em sociedades africanas, contudo, possui contornos especiais e permanece elemento fundamental nas práticas sociais e culturais.

Em África, a palavra oral era a portadora da história, poucas pessoas sabiam ler e escrever, devido a isso, a escrita estava relegada a um nível secundário em relação às inquietações efetivas das sociedades. Logo, é um erro reduzir a civilização da palavra falada a uma simples “ausência do escrever” (VANSINA, 2010).

A figura dos griots possui destaque enquanto transmissor de conhecimentos através da contação de histórias. Reserva de memória da comunidade, é o griot responsável por multiplicar os saberes tradicionais. Segundo Mattos (2012, p.19):

Os *griots* ou animadores públicos também são tradicionalistas responsáveis pela história, música, poesia e contos. Existem os *griots* músicos, tocadores de instrumentos, compositores e cantores, os *griots* embaixadores mediadores em caso de desentendimento entre famílias, e os *griots* historiadores, poetas e

genealogistas, estes são os contadores de história. Em todos, os griots têm compromisso com a verdade como os demais tradicionalistas. A eles é permitido inventar e embelezar as histórias.

Os *griots* também recebiam outros nomes de acordo com a região, esses narradores de contos da África, também eram conhecidos como *dialis*, personagens semelhantes aos trovadores medievais. Segundo Arroyo (2009), Nina Rodrigues, que pesquisou durante muito tempo entre os últimos sobreviventes do tráfico negreiro da Bahia, acrescenta que o *akpalô* era “personagem muito estimado e de grande procura para as reuniões da sociedade” e cita a pesquisa de A. Ellis sobre os *akpalô kpatita* “aquele que faz vida ou negócio de contar fábulas. Carneiro (1937, p. 125), sinaliza em seus textos sobre mitos africanos no Brasil, a existência de especialistas da tradição oral:

Aquele que entra em contato com um *acalô* – *akpalô* em *yoruba* – é obrigado a conhecer nele uma enciclopédia viva: ele descreve a história de seu povo e relata sempre com as mesmas palavras, os mesmos gestos, a mesma voz, a mesma música e as mesmas cadências aquilo que lhe foi transmitido pelos mais velhos e outros *acalôs*. Nos *candomblés* (cultos afro-brasileiros) encontramos esses homens de memória prodigiosa... educados desde a infância como se eles tivessem nascido na África, falando a língua patema, conhecendo os mistérios do Feiticismo, iniciados... mas raros hoje em dia...

É preciso ressaltar que em África a oralidade precede a escrita, conseqüentemente, não é possível corroborar um relato narrado por um tradicionalista por que ele é detentor da palavra e tão pouco o mesmo deve ser interrogado. A oralidade, nas sociedades africanas, do mesmo modo, é um capital para o reconhecimento da herança cultural, ratificando os fatores que colaboraram para uma ideia de unidade do continente atrelado a memória e a história. Mas, é necessário que se possa coletar mais textos orais, de forma sistemática, para que não corramos o risco de uma perda irreparável para a tradição oral afro-brasileira.

Para justificar a superioridade europeia e a dominação colonial entre os séculos XIX e XX, foi fomentada a ideia de que o continente africano é um ambiente hostil, ligado somente à flora e à fauna, associado à pobreza, ausência de conhecimento em relação aos letrados do ocidente, e toda esse imaginário foi e é reforçado pelos livros didáticos.

Nas palavras de J. Ki-Zerbo:

A oralidade não é apenas uma fonte que se aceita por falta de outra melhor e à qual nos resignamos por desespero de causa. É uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida e que se confere à história do continente africano uma notável originalidade (J. KI-ZERBO, 2010, p. 35).

A tradição oral aparece como condutor fundamental da criação sociocultural acumulada pelos povos apontados como não-detentores de escrita. Os estudos sobre o tema apontam que muito ainda deve ser redescoberto por historiadores e pesquisadores que se interessam sobre história e cultura em África.

A formação cultural e histórica brasileira tem seu sustentáculo nas tradições indígenas, na literatura portuguesa trazida pelos marinheiros e engrandecida pelas memórias e conhecimentos africanos. No que tange a corrente cultural negra trazida para o nosso país, Arroyo (1952, p. 316), já evidenciava a presença de velhas negras contadoras de estórias, que supriam outrora a insuficiência de livros para crianças com suas narrativas, e explicita:

Os africanos têm suas castas de “contadores”... Tem o *akpalô* que narra os alô ou contos; tem o *arokin*, que narra as crônicas do passado. O *akpalô* é uma instituição africana que floresceu no Brasil na pessoa das velhas negras que passavam o seu tempo contando histórias. Velhas negras que iam de engenho em engenho contando histórias a outras pretas, amas-de-leite de outros bebês brancos, (como) nos engenhos da Paraíba: elas contavam histórias, e depois iam embora. Elas viviam disto... Por intermédio destas velhas negras e destas amas-de-leite, histórias africanas, sobretudo de animais – animais vivendo com as pessoas, falando, casando-se ou comendo com elas -, somaram-se à lista daquelas das portuguesas, que as avós coloniais contavam a seus netos...

As tradições orais asseguram a conservação dos costumes, da história e preservam a identidade dos povos africanos. Apesar de permanecerem ainda desconhecidas, são a partir delas que preserva-se a transmissão dos saberes, o intercâmbio, a coletividade, as experiências dos grupos e suas particularidades. É por isso, que não obstante de serem idealizados no anonimato, os textos orais apresentam-se sempre como palavras carregadas de significados, que dizem respeito à vida do grupo, aquela de ontem, de hoje, de amanhã.

A palavra “tradição”, por conseguinte, só adquiri o seu significado pleno quando se refere a essa dimensão espaço-temporal da experiência do grupo: ela se enraíza no passado para permitir ao vivido de hoje orientar-se, sem descanso e por meio de um mesmo impulso, para o amanhã. A tradição só pode ser um ato de comunidade. Ela faz ser de novo aquilo que ela foi e aquilo que ela quer ser. Assim nos parece ser a profunda dinâmica da tradição oral na África negra. Entretanto, no Brasil, o negro surrado, acorrentado e condenado à escravidão concentrava toda sua força e energia para sobreviver como indivíduo e resgatar-se como ser humano, nesse sentido, se existia uma “tradição oral”, ela só podia ser, de certa maneira “desviada” de seu objetivo africano inicial, dirigida para uma “vida” e uma “sobrevivência” novas e diferentes no seu conteúdo BONVINI (1981).

1.2.2 ALTERIDADE E RESISTÊNCIA

Quando tratamos da formação do sujeito, no contexto das comunidades negras, temos que considerar de maneira inevitável as conexões entre relações de gênero, pertencimento racial e condição social. Nessa perspectiva, na medida em que diversas das representações apontadas pelo segmento em tese são consequências da junção entre as identidades de raça, gênero e classe, é imperioso um olhar mais profundo a respeito do que vem a ser o outro, o distinto, o diverso. Sobre esse aspecto é necessário compreender alteridade como a concepção que parte do pressuposto básico de que todo homem social interage e interdepende de outros indivíduos sociais.

Para compreendermos um pouco mais sobre o conceito de alteridade, recorreremos a algumas categorias como cultura, etnocentrismo, preconceito, discriminação, racismo e intolerância.

O homem é um ser cultural, a cultura faz parte do processo de hominização, ou seja o homem é produto e produtor da cultura. A cultura é objeto de estudo de diferentes ciências humanas como História, Sociologia, Filosofia e Antropologia. Ela pode ser matéria e imaterial, traz uma compreensão plural, com multisignificados, sendo assim, cultura é toda produção humana, todo conhecimento produzido pelo homem na sua relação com outros homens e com o mundo. Japiassú & Marcondes (2006, p.63), conceituam cultura como:

Tesouro coletivo de saberes possuído pela humanidade ou por certas civilizações: a cultura helênica, a cultura ocidental etc.

(...) em oposição à *natura* (natureza), a cultura possui um duplo sentido antropológico: a) é o conjunto das representações e dos comportamentos adquiridos pelo homem enquanto ser social. Em outras palavras, a) é o conjunto histórico e geograficamente definido das instituições características de determinada sociedade, designando “não somente as tradições artísticas, científicas, religiosas e filosóficas de uma sociedade, mas também suas técnicas próprias, seus costumes políticos e os mil usos que caracterizam a vida cotidiana; b) é o processo dinâmico de sociabilização pelo qual todos esses fatos de cultura se comunicam e se impõem em determinada sociedade, seja pelos processos educacionais propriamente ditos, seja pela difusão das informações em grande escala, a todas as estruturas sociais, mediante os meios de comunicação de massa.

(...) num sentido mais filosófico a cultura pode ser considerada como um feixe de representações, de símbolos, de imaginário, de atitudes e referências suscetível de irrigar, de modo bastante desigual, mas globalmente, o corpo social.

A cultura pode ser vista então como um conjunto de significados criados e partilhados pelos homens para explicar o mundo. Então é preciso compreender que a diversidade faz parte da condição humana, o homem é um ser plural, múltiplo, temos então uma questão a ser analisada, se os homens provém da mesma espécie, por que existem culturas tão diferentes no mundo?

Ao final do século XIX e início do século XX tentaram explicar a diversidade cultural com base nos determinismos: geográfico e biológico. Entretanto, essas teorias foram perdendo força diante do crescimento de pensamentos relativistas, isto é, deixar julgamentos de lado, afastar-se da sua própria cultura afim de entender melhor a cultura do outro. É evidente que a cor da pele, cor dos olhos, formato do rosto, clima, relevo e temperatura, não determinam uma cultura, qualquer criança, por exemplo, pode aprender qualquer cultura.

À concepção que parte da ideia de que existem culturas melhores e piores, superiores e inferiores, dá-se o nome de etnocentrismo, o qual consiste em colocar um grupo como referência e julgar outros grupos, com base no critério de superioridade e inferioridade. Segundo Japiassú & Marcondes (2006, p.97):

Na antropologia contemporânea, atitude de um indivíduo ou grupo repudiando as formas culturais (morais, religiosas, sociais ou estéticas) que lhe pareçam distantes ou estranhas. Revela-se perigosa quando nega o direito do outro à diferença, correndo o risco de levar ao racismo, genocídio ou etnocídio.

O etnocentrismo promove uma hierarquia entre culturas, e normalmente vem carregado de racismo, preconceito e discriminação. No sentido oposto existe uma perspectiva antropológica denominada relativismo cultural, esta rejeita a hierarquia de culturas, ou melhor, parte do entendimento de que não existem culturas superiores ou inferiores, melhores ou piores, existem culturas diferentes.

Em Kabenguele Munanga (2006, p.179), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como a cor da pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão dos negros e a discriminação racial.

O preconceito racial é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido a qualquer custo, sem levar em conta os fatos que o contestem.

Discriminação racial – a palavra “discriminar” significa distinguir, diferenciar, discernir. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. (...) A diferença entre preconceito e discriminação é exatamente essa: a discriminação implica em uma ação, a base para ela foi o preconceito.

Trata-se de três conceitos importantes para a compreensão das relações étnico-raciais no Brasil. Em outros termos, o preconceito é o pré-julgamento, opinião ou pensamento sobre determinada pessoa ou grupo social, sem a construção do conhecimento sobre esse grupo ou pessoa. O racismo é uma crença de que existem diferentes raças e etnias dentro da sociedade e que umas são superiores às outras. Essa teoria de supremacia de raças ou etnias foi criada para justificar um sistema de poder e hierarquia dentro da sociedade, e no Brasil do século XVI, essa supremacia de raças, foi criada como justificativa para escravizar os negros, ou seja, não eram pessoas iguais às outras, e sim seres inferiores à raça que estava escravizando. A discriminação é a segregação, a distinção, tratamento diferenciado e a negação de direitos a indivíduos por aspectos ligados à etnia, ao estilo de vida, à orientação sexual, à religião etc.

A despeito de raça, trata-se de indivíduos que tem determinadas características físicas e biológicas marcantes dentro daquele grupo e que são passadas de geração para geração. Enquanto, etnia refere-se a um determinado grupo que compartilha da mesma língua, origem, costume, hábito, cultura, comportamento ou religião.

Dessa forma, uma atividade humana deve ser interpretada nos termos de sua própria cultura. Valores e regras são relativos à cultura da qual fazem parte, na relação entre o “eu” e o “outro”, existem dois olhares, duas visões. Sobre esse aspecto deve-se observar, por exemplo, quando essa discussão é levada para o campo religioso e torna-se bem complexa.

Alteridade é a concepção genérica que compreende a figura do “outro”, que percebe o “outro”, que coloca-se na condição do “outro”, ou melhor, “eu” existo devido a existência do “outro”, a existência do “outro” dá sentido e consciência ao “eu”.

A alteridade deve ser analisada a partir do pressuposto de que os seres humanos são conhecidos por arriscarem-se, por serem inovadores e pelas suas experiências de vida. Para além disso, assimilam e reconhecem no diferente um determinado valor. A interação e o confronto entre o indivíduo, com o não familiar, o estranho, moldam o ser humano. Essa interação entre o “eu”, interior e particular a cada um, e o “outro”, o além de mim, é o que denominamos de alteridade. Esse conceito parte do pressuposto de que todo indivíduo social é interdependente dos demais sujeitos de seu contexto social, isto é, o mundo individual só existe diante do contraste com o mundo do outro, dessa forma o “eu interno” e o “eu externo” vivem em constante conflito, e é impossível a existência de um sem o outro (RODRIGUES 2018).

A noção de outro ressalta que a diferença constitui a vida social, à medida que esta efetiva-se através das dinâmicas sociais. Assim sendo a diferença é, simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito. Ou seja, a interação entre a parte íntima e interior do indivíduo e o outro forma o centro da vida social. Ao interagirem, os indivíduos reafirmam o que faz parte de si mesmo e o que faz parte do mundo externo. Então, esse processo de particularização é parte também da constituição da identidade do sujeito, que adequa-se por meio da distinção entre “o que sou” e “o que eu não sou” (VELHO, 2008).

A viabilidade de aceitar e respeitar as diferenças e valorizar a diversidade e a inclusão depende de um trabalhoso processo de aprendizado sobre o que vem a ser de fato, o diferente. Mas, é preciso que a sociedade como um todo, saia decisivamente da zona de conforto e se entrelace ao contingente das expressões humanas e da diversidade. Soma-se a isso reconhecer

as particularidades do racismo no Brasil, em MOURA (2014, p.219), vamos encontrar a seguinte argumentação:

[...] no Brasil o relacionamento interétnico foi conduzido em relação ao índio e ao negro de forma diferenciada, mas com o mesmo conteúdo de destruição da consciência étnico e cultural de ambos. [...] Com o negro as estratégias do racismo foram sofisticadas e eficientes. Em primeiro lugar, o negro é considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos demais. No entanto, o que aconteceu historicamente desmente esse mito. Trazido como escravo, tiraram-lhe de forma definitiva a territorialidade, frustraram completamente sua personalidade, fizeram-no falar outra língua, esquecer as suas linhagens, sua família foi fragmentada e/ou dissolvida, os seus rituais religiosos e iniciáticos tribais se desarticularam, o seu sistema de parentesco completamente impedido de ser exercido, e, com isto, fizeram-no perder, total ou parcialmente, mas de qualquer forma significativamente, a sua ancestralidade.

Os negros africanos trazidos para o Brasil foram submetidos à duríssimas condições de trabalho escravizado, o racismo que os oprimiu existe, e é cruel. As estatísticas sobre a situação do povo brasileiro refletem abertamente a situação de opressão dos negros, que aparecem sempre nas piores situações de emprego, renda, educação, moradia, saúde etc. A abolição não significou o fim de um processo desumano e perverso, a igualdade foi uma lei que não pegou, o resultado disso é uma penalidade histórica, que rompe com o passado e relega os brasileiros de pele escura aos piores lugares, à uma baixa remuneração, à falta de acesso à escola em grande escala, à marginalidade, à miséria e à ignorância.

Reconstruir e repensar momentos que marcaram a luta dos negros contra a escravidão, permite que possamos compreender que a sociedade em que vivemos no presente não é mero fruto do acaso, e que todo o sofrimento e a opressão vivida no passado impossibilitaram uma luta justa pela liberdade.

Ianni (2004, p.130), ressalta:

o empenho de autores como Sílvio Romero, Florestan Fernandes e Clóvis Moura em compreender a relevância do negro na estrutura da população, nas diversas formas de organização do trabalho, na produção cultural, na expressão religiosa, nos movimentos sociais, na formação do povo. [...] Querem compreender as condições sob as quais as diversidades raciais se

revelam nas diversidades e desigualdades sociais que caracterizam a presença do negro nos movimentos da sociedade nacional.

No campo da literatura, os estudos realizados por Raymond S. Sayers, Gregory Rabassa, David Brookshaw, Oswaldo de Camargo, Zilá Bernd e Benedita Gouveia Damasceno, entre outros, mostram a presença do negro no imaginário sobre a cultura, a sociedade, a história, as lutas sociais, o povo, às vezes mais do que nos estudos das ciências sociais. Na literatura revelam-se aspectos novos e surpreendentes sobre as condições e os impasses sob os quais o negro entra na formação do povo.

A resistência negra exigia estratégias inusitadas, dentre elas as fugas, que significavam uma forma de lutar pela liberdade e sair da situação de negação a qual foram submetidos ao longo de quase 400 anos. Cavalcante (2015, p. 85 e 86), enuncia que:

Em todos os lugares onde a escravidão se instituiu, qualquer que tenha sido a sua força estruturante ou forma social, a fuga se revelou como a modalidade mais característica de resistência ao cativo.

[...] a fuga se tornava um ato político bastante previsível nas relações entre senhores e escravos. A frágil estabilidade da ordem escravista ficava exposta cada vez que um escravo fugia, pois o ato de rebeldia revelava a impossibilidade de os escravos tornarem-se meras extensões da vontade senhorial: seres coisificados

[...] Ao fugirem, os escravos afrontavam o “sagrado direito de propriedade”, conferiam a si próprios outras identidades e representações que escapavam às representações senhoriais, demarcavam os limites da dominação senhorial e contestavam o projeto de uma sociedade escravocrata. Com efeito, é preciso admitir que “ninguém conheceu a escravidão melhor que o escravo, e poucos teriam pensado mais sobre o que a liberdade podia significar”

[...] Além de motivações, exigia estratégias de sobrevivência, ânimo ante às adversidades, rotas eficientes para garantir a vida em liberdade e, principalmente, solidariedades, tanto para fugir quanto para manter-se sob proteção.

As fugas foram incansáveis formas de oposição à escravidão, a partir delas o servo se libertava das enlaças que o prendiam ao escravizador. Fiabani (2012) salienta que fugiam trabalhadores escravizados, de ambos os sexos, crianças, jovens, adultos ou já idosos; fugiam cativos das cidades, das residências, das embarcações, das chácaras, das fazendas, das olarias,

das charqueadas, cativos crioulos, africano que a pouco chegava ao Brasil, cativo doméstico. Ou seja, a busca pela liberdade foi incessante, fosse em grupo, pares ou sozinhos, contando com apoio dos que acoitavam escravos foragidos, a vontade de viver livre e de manter essa liberdade ainda que pela força e correndo muitos riscos foi sem dúvida resistência marcante e histórica no período em que dominava a oposição entre escravizador e escravizado.

Em África, no passado, a vida civil e social era inseparável da vida religiosa, e apesar da intolerância e do racismo, os cultos de origem africana são também formas marcantes de resistência e trazem valores que se reportam à família, à fé e ao conhecimento. Isso só foi possível, principalmente, pela determinação dos negros que serviram de meio para preservar sua tradição afro-brasileira e portanto, sua identidade.

Os escritos orais são fortemente coadunados às atividades dos “terreiros”. Os seus princípios também, pois fazem parte das “ciências de iniciação”, das quais o objetivo final é criar afinidade com as energias que amparam o mundo visível e que podem ser colocadas a serviço da vida. O preceito da tradição oral, apesar de se efetuar de uma maneira não sistemática, faz parte dos conhecimentos que se revelam imperativos aos iniciados, e que após obtidos, podem sempre ter utilizações efetivas.

Arruda (2012, p.47), enuncia que:

As religiões afro-brasileiras são expressões do esforço conjunto que homens e mulheres negras, profundamente conhecedores de suas tradições, fizeram para manter vivas as suas culturas. Nem mesmo a “árvore do esquecimento”, o batismo cristão acompanhado da troca do nome e seguido da demonização das práticas africanas, foi capaz de apagar da sua memória elementos essenciais que mais tarde deram origem a rituais religiosos de origem africana no Brasil. Esses homens e mulheres, a partir de suas matrizes culturais, foram aos poucos reconstruindo os universos simbólicos fragmentados e incorporaram outros referenciais.

Um dos universos que precisaram ser reconstruídos foi o da família, muitos africanos conseguiram recriar vínculos familiares interrompidos no período da escravidão, as confrarias eram verdadeiros espaços que funcionavam como microssociedades de amparo e ajuda mútua. As religiões afro-brasileiras giram em torno da noção de natureza. Os orixás dos nagôs, os nikis dos bantus e os voduns dos daomeanos, que ao lado de ancestrais indígenas, têm a terra como grande referência. Acredita-se que os ancestrais moram na terra ao lado de outros que são a própria terra. Ao lado da terra, as árvores possuem significado especial. A expressão que

aparece em alguns mitos “*No tempo em que o mundo era habitado pelas árvores*” ilustra o período considerado primordial. Alguns orixás e nikise são cultuados em algumas árvores. Elas são, todavia, lugar por excelência de alguns ancestrais (ARRUDA 2012).

Sobre representações coletivas, é sempre imprescindível enfatizar sua importância enquanto zeladora de valores herdados de sociedades africanas. Quando nos referimos, por exemplo, ao contexto das comunidades de terreiro, que se estabelecem nos templos de religiões de matrizes africanas, ou ao contexto das comunidades quilombolas, poderemos constatar a preservação e a ressignificação de elementos culturais que auxiliam na elucidação do que vem a ser resistência negra.

1.2.3 QUILOMBOS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Kilombo era um acampamento de guerra dos Jagas, um povo africano que vivia onde hoje fica Angola. Muitos desses guerreiros vieram para o Brasil para serem escravizados

De origem *bantu* a palavra quilombo (quilombo significa “acampamento guerreiro na floresta”. No entanto, no período colonial a palavra ganha uma outra conotação segundo a definição do Rei de Portugal em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. O quilombo deve ser compreendido como um fenômeno próprio e específico da luta de classes sob o escravismo. Uma forma de resistência que requer determinadas condições geográficas, demográficas etc. o quilombo foi objetiva e subjetivamente o mais fácil caminho para que o escravo permanecesse livre (MAESTRI 1988).

Diante disso, como forma de protesto do negro ao escravismo moderno, esses ajuntamentos serviam de refúgio para os escravos, para isso se constituíam em lugares inacessíveis, nas matas, montanhas, grutas. Nos quilombos, os negros se reuniam e conseguiam levar uma vida livre, longe das condições subumanas e alienadas a que estavam sujeitos.

Moura (2014, 163 e 164), afirmava que:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada

área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se revoltava o próprio sujeito que a sustentava. [...] O quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente.

Foram inúmeras as formas de levante contra a condição de exploração e pela luta por liberdade ao sistema escravocrata. Cavalcante, (2015, p. 21), enfatiza que

no tocante ao protesto escravo, as análises enfatizaram as mais variadas formas de rebeldia, centralizando o quilombo como forma de resistência ideal. Com o intuito de recuperar a fibra e a dignidade do escravo, que heroicamente lutava contra um sistema opressor, os quilombos assumiram lugar central.

A escravidão dos negros no Brasil começou no início do século XV, durante o governo Mem de Sá, foram mais de 300 anos trabalhando nas lavouras brasileiras, os primeiros escravos que conseguiram fugir das fazendas fundaram os quilombos. Quilombo é o nome dado aos locais e comunidades de refúgio dos escravos fugidos de engenhos e fazendas durante o período colonial e imperial. A existência de um quilombo nas proximidades das fazendas estimulava as fugas na região, já que os escravos não tinham para onde ir, e a chance de sobreviver nesses lugares era maior. Os quilombos foram a forma de resistência mais combatida pela Coroa Portuguesa, que não economizou recursos para repressão.

Na visão de Fiabani (2012, P. 25):

A sociedade escravista jamais aceitou o fenômeno do quilombo. Procurou de todas as formas destruí-lo. Um exemplo dessa fúria foi a luta contra os palmarinos, quando foram enviados exércitos com a finalidade de aniquilar qualquer tentativa de formação de uma sociedade de produtores livres. Foram significativos os gastos com a destruição das comunidades quilombolas.

No final do século XVI um grupo de escravos fugiu para a Serra da Barriga, no interior do atual estado de Alagoas. Nasce então um dos maiores símbolos da resistência à escravidão, o Quilombo dos Palmares era formado por um conjunto de mocambos (aldeias) organizados de acordo com a nacionalidade dos escravos, sua estrutura obedecia ao padrão que tinha na África. O poder era exercido pelo rei do Mocambo do Macaco, que foi a maior aldeia de Palmares e possuía aproximadamente 1.500 casas, resistiu por mais de sessenta anos e chegou a contar com uma população de 20.000 habitantes Além de escravos e brancos pobres, indígenas também viviam no quilombo.

Os quilombolas plantavam, pescavam, caçavam e criavam animais. A produção artesanal com artigos feitos de ferro e madeira eram vendidos nas comunidades vizinhas, que alertavam e informavam sobre as expedições das tropas portuguesas.

Segundo Silva (2008, p.42):

As lutas entre os senhores brancos e os quilombolas se arrastaram por muitos anos, até que o governo de Pernambuco resolveu contratar o bandeirante Domingos Jorge Velho, experiente na arte da guerra no Sertão. Os combates e a resistência dos quilombos se estenderam por mais três anos. A derrota do Quilombo dos Palmares não encerrou a história de resistência dos escravizados no Brasil. O quilombo se desfez, mas muitos negros ainda conseguiram fugir pelo sertão e estabelecer novas comunidades.

Toda e qualquer ação individual ou coletiva, excessiva ou negociada, à margem ou fora do sistema, perpetrada pelo escravo contra a escravidão, é um ato político, ou seja, um aspecto central da luta de classes. As raízes do movimento negro estão na reação contra a escravidão, e tem um fundamento intrinsecamente político: a busca da liberdade.

De acordo com França (2007, p. 17):

A forma mais politizada e radicalizada de resistência do negro escravizado foi o quilombo, presente em todo território nacional, durante os 388 anos da escravidão; hoje, conhecemos aproximadamente duas mil comunidades de remanescentes de quilombolas. Para os senhores de escravos e autoridades da época da escravidão, quilombo significava reduto de escravos fugidos. Para os africanos quilombolas, ao contrário, significava comunidade em solidariedade, em convivência e comunhão existencial, um significado derivado da língua Kimbundo da África Austral. Por isso os quilombos agregavam todas as raças, credos e etnias, acolhendo aqueles que não

encontravam espaço na sociedade proposta pelos portugueses, independente da cor de sua pele.

Mesmo que o Quilombo dos Palmares e tantos outros quilombos tenham sido aniquilados, seus ideários de liberdade resistem no movimento negro. Reconhece-se que as experiências coletivas, organizadas e representativas do período da escravidão, protagonizadas por negros e negras, foram as dos quilombos, estas experiências marcam a gênese do movimento negro brasileiro.

Em 1850 o governo imperial brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queiroz, essa lei proibia o tráfico negreiro, a entrada de escravos africanos no Brasil e a importação de escravos africanos, todavia, não proibiu o comércio de escravos dentro do Brasil, ou melhor, proibia o comércio na rota atlântica. O processo abolicionista brasileiro foi lento, entre a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei Aurea que aboliu a escravidão foram trinta e oito anos, o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. O processo abolicionista brasileiro foi lento e obedeceu etapas, a Lei do Ventre Livre que é a Lei Rio Branco e a Lei dos Sexagenários também conhecida como Saraiva Cotejipe, foram etapas do processo abolicionista, não devem ser encaradas como leis revolucionárias, porém, deram continuidade ao processo e traziam uma mensagem velada, a qual informava aos senhores de escravos que a abolição se aproximava.

A abolição dos escravos no Brasil deve-se a fatores externos, como a pressão da comunidade internacional, pautadas em discursos humanitários e a expansão da sociedade industrial, ou seja, o desenvolvimento capitalista, o que tornava o trabalho escravo incompatível. E quanto aos fatores internos que contribuíram para a abolição, podemos citar a ação dos Caifazes, que eram abolicionistas radicais e auxiliavam fugas em massa, as pressões de associações, clubes e jornais abolicionistas, além da atuação de lideranças com destaque por Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.

Os Caifazes revelaram-se como a esfera mais avançada do movimento abolicionista, amparando o fomento das aflições e conflitos entre senhores e escravos, nas fazendas e cidades. A união entre o abolicionismo popular e as ações executadas pelos escravos em busca de sua liberdade constituiu o fator fundamental para o encerramento da escravidão no Brasil, rompendo por dentro uma estrutura social que já durava há quase quatro séculos.

A Lei Aurea determinava uma abolição sem o pagamento de indenizações das elites escravistas, nesse caso, é preciso entender que essa lei não foi um gesto maternal, um ato de

bondade, foi a conclusão de um processo que se arrastava a anos no Brasil. Esse processo abolicionista rendeu popularidade a Dom Pedro II, no entanto o acolhimento popular não foi o suficiente para impedir a implantação da república no Brasil, a abolição não foi acompanhada por reformas, nem agrária e muito menos educacional, os ex-escravos foram simplesmente jogados na sociedade, a exclusão e a marginalização eram uma questão de tempo.

Após a abolição da escravidão em nosso país, os quilombos passaram a ser denominados de comunidades remanescentes dos quilombos ou comunidades quilombolas, que são constituídas por descendentes de escravos fugidos, mas com outras pessoas que foram chegando no decorrer do tempo, mais de um século se passou para que as terras de pretos começassem a ser reconhecidas e regularizadas, porém o processo ainda é considerado lento, burocrático e trava uma luta contínua com fazendeiros, grileiros e empresários.

Mesmo após o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais de 1988 o qual reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos, e o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68, o processo de demarcação das áreas não é fácil. Existem dois estágios, certificação e titulação que estão a cargo, respectivamente, da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

De acordo com Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no que diz respeito às políticas públicas formuladas, articuladas e organizadas para proteção dos direitos de grupos etnicorraciais, as comunidades quilombolas são grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação e monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca de prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. Em todos os casos, o território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade.

Até agosto de 2012, a Fundação Cultural Palmares certificou 1834 comunidades quilombolas, presentes nas cinco regiões do país. No Amazonas são oito as comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pela Palmares, são elas: o Quilombo do Tambor situado no município de Novo Airão, no Parque Nacional do Jaú, a Comunidade Quilombola Sagrado Coração de

Jesus do Lago de Serpa, no município de Itacoatiara, o Quilombo do Barranco, segundo quilombo urbano reconhecido no Brasil, localizado no Bairro da Praça 14 de Janeiro em Manaus, e as comunidades Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Mutupuri e Trindade, situadas à margem do rio Andirá, na região do baixo rio Amazonas.

De acordo com Ranciaro (2016):

Resultantes de situações objetivas, tais circunstâncias impuseram-me reflexões acerca da trajetória de agentes sociais em permanente processo de construção que, ao se reinventarem, produzem e reproduzem-se socialmente. Não obstante, voltar-se para aquela realidade e perceber sua caracterização como ribeirão, posteriormente, do identificar-se quilombola; de compreender o processo de construção identitária politicamente encapsulado no projeto de etnicidade; bem como no desdobramento intrínseco a essa questão, quanto à conquista de um território resultante de uma política de territorialidade, constituíam-se num repertório de questionamentos que me foram colocados. Seria necessário identificar e enveredar por um esquema científico-investigativo para proceder à análise dessas construções e, assim, interpretá-las com a profundidade que o assunto requer.

A constituição brasileira promulgada em 1988 reconhece o direito definitivo dos remanescentes dos quilombolas às terras que ocupam, cabendo ao Estado providenciar os títulos de propriedade. O artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais transitórias estabeleceu esse princípio após anos de luta em tribunais pelo país. Deve-se ressaltar que os artigos 215 e 216 fazem também menção ao direito de preservação e manifestação cultural, de natureza material ou imaterial (SILVA, 2008).

Entretanto, o momento atual requer muita cautela tendo em vista que o atual governo por meio da Medida Provisória nº 726 e a reestruturação e fusão dos ministérios, retira do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária, a atribuição de reconhecer os territórios de quilombos e dá ao Ministério da Educação e Cultura. A situação é grave por colocar em risco os direitos quilombolas conquistados a partir da Constituição de 1988 e regulamentados pelo Decreto 4887 de 2003.

CAPÍTULO II

PROCESSO HISTÓRICO DA LUTA ANTIRRACISTA

O presente capítulo propõe-se a apresentar em linhas gerais a trajetória do movimento do movimento social negro e sua relação com a educação brasileira. Um percurso que exigiu da população negra a utilização de múltiplos saberes para salvaguardar sua humanidade e sua cultura. Foi na ação política, nas rodas de candomblé, no samba, na capoeira, nos grêmios e entidades, que se constituiu a trajetória do movimento negro. Esses sustentáculos lançaram mão a um projeto nacional de superação do racismo e oportunidade de expressar a diversidade cultural afro-brasileira.

1. 1. MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

A existência do racismo no Brasil é inegável, some-se a isto, as características peculiares que o distinguem do racismo em outras partes do mundo. Embora não exista raça do ponto de vista biológico, seu conceito a luz do movimento negro, está relacionado a uma natureza social e ideológica, e sua manifestação combina os traços de dominação de classe e de raça. Munanga (2006, p. 175), utiliza a seguinte argumentação:

Já o movimento negro e vários estudiosos, atualmente, quando usam o termo “raça”, não fazem alicerçados na ideologia nazista. Ao contrário, eles rejeitam a ideia de que existam raças superiores e inferiores. Os grupos políticos lançam mão do conceito, dando-lhe outro significado, relacionado ao reconhecimento da diferença entre grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas ou negativas, ao reconhecimento da condição, das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles. Esse uso tem um sentido social e político, que diz respeito à história da população negra no Brasil e à complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação racial.

No pós-abolição a população negra se deparou com uma dura realidade, foi colocada à margem de uma sociedade que iniciava seu processo de industrialização, desamparado o negro saiu das senzalas para cortiços e favelas. Na verdade o Brasil ainda vive nesse momento o ranço

da escravidão, e por mais que os negros estivessem “libertados” pela força da lei, não lhe eram garantidos os direitos e as oportunidades dadas aos brancos, e a realidade demonstra que passaram de escravos a trabalhadores mal remunerados e impetuosamente explorados, ocupavam-se em atividade degradantes e informais, livrou-se, em termos, da violência do senhor e se deparou a prisão, a violência policial e a morte.

No capítulo anterior mencionamos quilombos, comunidades quilombolas, fugas, tradição oral e algumas manifestações culturais, como formas de resistência. Alguns processos históricos serão abordadas, bem como algumas experiências, personalidade e trajetórias de luta, para compreendermos essa cultura de resistência cultural e social, na luta pela construção da cidadania brasileira.

De acordo com Pereira (2008, p. 27):

A soberania é um desafio para todos os povos, em todas as épocas. Para aqueles que a perdem são terríveis as opções que darão a medida da diversidade humana de seus membros. Há os que se desesperam, não admitem a subjugação – o seu caminho será o suicídio ou a luta até a morte. Há os que se sujeitam passivamente. A maioria, no entanto, opta pela vida como instância visceral de resistência. Esta parece ser a tônica da trajetória dos africanos trazidos para o Brasil e assimilada pelo povo negro brasileiro, que, hoje, já não luta por sua soberania, mas pela soberania do povo que ajuda a construir.

Ao longo da construção do estado brasileiro enquanto nação, muitos mecanismos produziram desigualdades sociais, marginalizações e opressões. A ideia de raça foi eixo norteador para a produção da exploração econômica e da desigualdade desde o Brasil colonial. As desigualdades raciais são marcadas pelo preconceito racial e pelo racismo, produzidos historicamente. Para melhor compreensão devemos compreender que as pessoas nascem seres humanos e tornam-se negros, brancos, amarelos, indígenas; ricos, pobres, miseráveis etc. Não se trata da diversidade ou da diferença entre as pessoas, mas a forma como são encaradas e que leva à promoção de desafetos e afetos. Ou seja, é todo o aparato discursivo, político, ideológico, cultural, que oferece as representações sociais a partir do que é dito e do que não é dito ao longo da história.

As diferenças fenotípicas foram usadas para hierarquizar a espécie humana, associando-as às diferenças morais e intelectuais, elas também são utilizadas para justificar as atribuições negativas impetradas ao povo negro, que passa a ser “visto” como indolente, feio, preguiçoso, incapaz de raciocinar, enquanto o branco torna-se o inteligente, civilizado, disciplinado e empreendedor. A partir do século XX, um conjunto de institutos iniciaram pesquisas para compreender as relações sociais racializadas brasileiras, para produzir indicadores sociais que denotam um grande foço, uma grande trincheira entre a qualidade de vida da população branca e da população não branca, a segunda que inclui negros e indígenas. É possível a partir desses indicadores avaliar as desigualdades em alguns âmbitos como a moradia, saúde, educação etc. Os indicadores demonstram a necessidade de manter as políticas que garantam as curvas ascendentes para os brancos, mas exige uma política específica que possa fortalecer a ascensão da população negra, para que branco e negros possam usufruir das mesmas condições e apresentar os mesmos indicadores sociais.

Para viabilizar historicamente políticas que reconheçam o negro como indivíduo humano e cidadão de direito, são necessárias estratégias que impulsionem a luta antirracista. É nesse ínterim que o movimento negro protagoniza ações, sistemáticas e organizadas para a construção de uma consciência negra que concretize ações que reivindiquem direito, oportunidade, respeito e reparação pelos quase 400 anos em que os negros foram colocados em situações cruéis de extrema desigualdade.

Dentre as tantas resistências e lutas travadas ao longo da história da nossa sociedade, iremos abordar a contribuição da Imprensa Negra, da Frente Negra Brasileira, do Teatro Experimental Negro e do Movimento das Mulheres Negras.

Sob a ingerência da imprensa operária, organizada desde o século XIX em São Paulo, dentre trabalhadores imigrantes, os negros instituíram seus jornais, logo no início do século XX. Ao final da primeira década, na capital paulista, emergiu *O Propugnador*, o qual circulava com o apoio da *Sociedade Propugnadora* 13 de Maio – associação negra do início do século passado. Pereira (2008, p. 31), informa que:

Na segunda década, surgem os primeiros periódicos de uma imprensa negra (agora, naturalmente, com sentido diferente dos jornais do século passado), que expressou, desde então, o desenvolvimento do nível de consciência no meio negro. “O Alfinete”, “A redenção”, “A sentinela”, “A Liberdade”, “o Menelick”, “O Kosmos”, entre outros, foram anteriores a 1920. Sempre com

pequenas tiragens e interrupções, geralmente por problemas financeiros, falavam do cotidiano do seu público, noticiavam datas e eventos festivos, teciam comentários maliciosos e críticas aos homens e mulheres que “saíam da linha”, publicavam poemas e faziam referências, em caráter educativo, à necessidade do “alevramento da raça”. A mudança para um tom mais combativo em relação à discriminação racial e aos “prejuízos do negro”, só ocorrerá com o “Clarim da Alvorada”, após 1925.

Os jornais foram o meio pelo qual os negros divulgavam suas atividades sociais e para denunciar os problemas que enfrentavam em seus cotidianos. Eles também tinham um papel disciplinador, de elevação da auto-estima e do nível de instrução, sempre prezando pela consonância com o pensamento coletivo do movimento negro.

Criada em 16 de setembro de 1931, seus fundadores foram Francisco Costa dos Santos e Isaltino Veiga dos Santos, e seu primeiro presidente foi Arlindo Veiga dos Santos, somados a um grupo de negros do extinto Centro Cívico Palmares e membros do *Clarim da Alvorada*. A Frente Negra Brasileira foi um movimento de repercussão nacional, tendo sede nos principais estados do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo, Maranhão e Sergipe. Sua proposta fundamenta-se em uma filosofia educacional, acreditando que o negro venceria à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis da ciência, das artes e da literatura. Nesse sentido, os fretenegrinos davam um grande valor à educação. (MUNANGA 2006).

A burguesia industrial e comercial emergia, e apesar da luta por espaço no mundo do trabalho, a Frente Negra conduziu a sua luta política por terrenos nacionalista e anticomunista. Na opinião de França (2007, p. 31):

A Frente Negra Brasileira fez uma opção conservadora, e as ideias mais progressistas foram suplantadas ou expedidas de sua retórica política; seu presidente era membro importante do pensamento patrianovista, mesmo negando que a FNB tivesse laços com esse movimento. Mas são abundantes os elementos – na estrutura e no discurso político da Frente – que a aproximavam do ultraconservadorismo. Os embates políticos intramovimento negro, capitaneado pela Frente Negra Brasileira e *O Clarim da Alvorada*, representaram a derrota do pensamento socialista no interior da Frente.

Em 1936, a Frente Negra Brasileira torna-se um partido político e lança candidatos negros em algumas cidades do país, em 1937 é fechada, quando o Estado Novo proibiu todos os partidos e agremiações políticas, instaura-se assim, a ditadura.

Abdias do Nascimento foi o propagador da importância do Pan-africanismo no Brasil. Foi apontado como um dos maiores defensores da cultura e igualdade para as populações afrodescendentes. Pan-africanismo vem do grego, *pan* (toda) e africanismo (referindo-se a elementos africanos). A origem do termo é inserido na corrente filosófica-política historicista do século XIX sobre o destino dos povos. E a necessidade de a unidade de grandes conjuntos culturais ou “nações naturais” a partir do expansionismo imperialista ocidental. É discutido se a autoria da expressão pertence a William Edward Burghardt Du Bois ou Henry Sylvester Williams. Segundo Santos (2008, p. 187):

Du Bois foi o líder na fundação do movimento pan-africano, que tinha entre os principais objetivos a união dos africanos e descendentes da diáspora e a criação de diretrizes autônomas para os povos africanos. Em 1919, organizou o Primeiro Congresso Pan-Africano em Paris, cujo documento final reivindicava o reconhecimento, pelas potências coloniais, da emergência do movimento de emancipação africana.

As origens da doutrina Pan-africanista estão em intelectuais negros da África e também afro-americanos, da América do Norte, do Caribe, essencialmente. Esses pensadores começam a elaborar essa doutrina como uma reação ao racismo, que dividiu a humanidade e que recaiu sobre os africanos, como já vimos ao longo do texto. As ideias do Pan-africanismo são baseadas na ilegitimidade das fronteiras africanas, ou seja, eles concluem que as fronteiras africanas não são legítimas porque não foram estabelecidas por africanos e sim por colonizadores europeus, além de denunciar a fragmentação geopolítica do continente, devido a divisão em blocos para franceses, portugueses, ingleses, também conhecida como balcanização, termo originalmente utilizado para descrever o violento processo de fragmentação ou divisão de uma região.

O Pan-africanismo propõe a união dos povos africanos, dessa forma chega a construir uma ideia de que o africano é um povo único, que chega a ser meio mítico, pois o povo africano é constituído de uma grande diversidade étnico, religiosa e cultural. O Pan africanismo estimula a descolonização da África, ou seja, passa a ser um movimento político que luta pelas independências africanas. Esse movimento também defendia a criação dos estados unidos da

África, era um modelo que se inspirava na ideia de grandes estados, como os EUA e a URSS naquele momento, pensava-se num grande estado que unia os povos africanos com a ideia de um destino comum, ou seja, a de caminhar com os próprios pés e não mais seguindo os passos dos colonizadores europeus.

O Pan-africanismo, segundo Hernandez (2008, p. 157):

O pan-africanismo foi um movimento de contribuição fundamental para o processo de tomada de consciência das elites culturais africanas em relação às questões econômicas, sociais, políticas e culturais do continente. As ideias centrais contidas no conjunto das escrituras pan-africanas sistematizaram questionamentos, formularam projetos e informaram uma práxis que combateu a opressão e a injustiça, propondo a conquista das independências em âmbito continental.

O Governo Brasileiro influenciado pelas lutas pan-africanistas, vem trabalhando possibilidades políticas para melhoria da qualidade de vida da população afro-brasileira, o desafio maior ainda é o racismo, portanto é necessário superar obstáculos e garantir o desenvolvimento democrático.

O Teatro Experimental Negro (TEN) foi fundado por Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro em 1944. O TEN foi um movimento comprometido com o resgate dos valores culturais e humanos dos negros africanos por meio das artes cênicas e de uma linguagem clássica. Negados por uma sociedade dominante, os negros que, desde a colonização traziam consigo uma experiência mental de concepção europeia, carregada de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra, dispunham do TEN como uma nova forma de trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.

Em França (2007, p. 32), vamos encontrar a seguinte argumentação:

O TEN caracterizou uma nova locução e um novo *modus operandi* do movimento negro, mantendo o objetivo de contribuir para sua elevação e integração social, princípio fundante das organizações negras das gerações anteriores; renovou aspectos políticos, teóricos e organizativos; mudou o perfil das lideranças antirracistas. Através da educação, cultura e arte passou a atingir parcela da população negra e da massa crítica nacional. Em

consequência dessas alterações percebe-se um grau de elitização das lideranças e dos novos adeptos do movimento negro. Se antes os dirigentes do movimento negro eram proletários – cozinheiros, contínuos, operários, semianalfabetos –, com o advento do TEN o protagonismo passou a ser exercido por negros de classe média, como advogados, sociólogos, artistas, professores, economistas, negros letrados que antes resistiam a participar da discussão racial e da organização política dos negros.

Dessa forma, o TEN não era apenas um grupo de atrizes e atores negros que se propunham apenas a encenar, pelo contrário, o movimento ia além disso, era um núcleo cultural e político que daria uma nova leitura, a qual denunciava a forma equivocada que se davam os estudos afro-brasileiros, bem como almejava melhores condições para que os negros tivessem mais acesso ao mercado de trabalho.

Não se pode falar do TEN, sem citar o poeta Solano Trindade (1908-1974), fundador do Teatro Popular Brasileiro. Trindade também dirigia, atuava e era pintor, tão respeitável quanto Abdias do Nascimento, tinha características marcantes e percorreu um caminho diferente, representava um posicionamento minoritário na formulação teórica antirracista nas décadas de 50 e 60, pois partia de uma proposição marxista, comunista orgânico, mas sempre teve como propósito principal utilizar-se da arte na defesa da democracia e da luta antirracista. França (2007, p. 36) declara que:

Solano contribui para o surgimento da ótica marxista no movimento negro, corrente que se desenvolveu e enraizou nas reflexões políticas na luta antirracista. Há que se levar em conta que o marxismo dos líderes da luta anticolonial na África inspirou a luta contra o racismo no Brasil. A maturidade da elaboração que defendia, de que a luta contra o racismo deve ser conjugada com a luta de classes, consolidou (e atingiu a maioria dos movimentos negros) no início dos anos 90, no processo preparatório e no resultado do I Encontro Nacional de Entidades Negras – I ENEN.

Sem dúvida o TEN, conduzido por Abdias do Nascimento trouxe uma ótica diferenciada ao movimento negro, resistiu à opressão cultural europeia, mostrou que a mitologia e a filosofia africana tinham fundamentos dignos serem pesquisados e partilhados como o mundo, propôs novos caminhos para a população negra, além de denunciar e combater as mais variadas formas de racismo, preconceito e discriminação racial.

A mulher numa visão mais geral, sempre foi criada para o espaço privado e não para o público, o que exemplifica bem isso são as dificuldades enfrentadas por mulheres acadêmicas, militantes, dentre outras, que ocupam espaços públicos, nos quais exigem uma exposição maior de suas opiniões, concepções e análises, no entanto, são os homens que mais expõem suas ideias e se destacam, o que demonstra que eles sim foram criados para atuarem no espaço público.

Quando se trata das particularidades referentes à mulher negra, nos deparamos com situações bem complexas. Primeiro, que as mulheres negras africanas já chegaram no Brasil como escravas, no pós-abolição ocuparam funções como empregadas domésticas, trabalhos braçais, pesados e insalubres. Mas, ainda nos dias atuais, ainda são muitas as mulheres negras que cuidam da casa e dos filhos das mulheres brancas para que elas cumpram suas jornadas fora do âmbito privado.

As construções históricas fazem com que a sociedade enxergue a mulher negra como um ser subalterno, inferior, que não produz conhecimento, que carrega imagem de objeto sexual, a “mulata” (origem da palavra mula: mistura de égua com jumento, ou cavalo com jumenta), estereótipos que retiram a humanidade e desrespeitam as mulheres.

A luta da mulher negra deve ser compreendida pela sociedade como uma questão legítima. Porém, nem sempre existe sensibilidade por parte do próprio movimento negro e do movimento feminista com as especificidades históricas que colocam por exemplo a mulher negra na base da pirâmide social, a pobreza em nosso país tem cor, tem gênero e tem classe, e quando se analisa essa realidade a partir desses parâmetros nos deparamos com a mulher negra.

A autora nigeriana Adichie (2017 p. 42) utiliza-se da seguinte argumentação:

Algumas pessoas me perguntam: “Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?” Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma expressão vaga como “direitos humanos” é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato.

Diante disso, as mulheres negras se organizam para que suas demandas sejam contempladas, lutam para serem reconhecidas como sujeitos políticos, para saírem da invisibilidade e do silenciamento, fruto de uma sociedade machista e patriarcal na qual estamos inseridas.

Apesar de existirem oposições entre movimento feminista e o movimento de feministas negras, os dois convergem nas pautas pela redemocratização pós ditadura militar. Alguns estudos e discussões dentro do movimento de mulheres negras avaliam que não é possível pensar na emancipação humana, tratando determinadas questões como universais, até porque a diversidade e as diferenças estão postas. Então, não se pode pensar que tudo se resolve somente com a superação da questão racial, como militantes do movimento negro pensam, assim como também não se trata apenas de resolver problemáticas sociais referentes à questão de gênero, como entendem muitas das mulheres do movimento feminista, para mulheres feministas negras trata-se de demandas sociais relacionadas às questões de gênero, raça e classe, ou seja, não se pode pensar essas categorias de forma isolada, elas se entrecruzam.

Davis (2016, p. 137), traz a seguinte reflexão:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. [...]

Assim, fica perceptível que não é mais possível ignorar a opressão da mulher ao longo da história. As reivindicações por uma sociedade que reconheça as mulheres negras enquanto iguais em termos de direitos à cidadania, são legítimas, dessa forma, é necessário pensar de que forma estamos tratando as relações de gênero, raça e classe. A tarefa do Estado e dos movimentos sociais, é encarar os problemas sérios que atingem as mulheres, dentre eles, a baixa escolaridade, a violência doméstica, o feminicídio, o racismo institucional dentre outros. As relações desiguais de gênero se dão em todas as esferas da sociedade, as questões específicas dessa opressão necessitam de um olhar solidário e responsável, que possa levar em consideração

que entre tantas demandas da população negra brasileira, ela é a que ainda permanece majoritariamente fora dos espaços de poder.

2.2 MOVIMENTOS NEGROS NO AMAZONAS E O MITO DA “NÃO EXISTÊNCIA DE NEGROS”

Os estudos sobre a contribuição histórica do negro no Amazonas vem progredindo nos últimos anos. Algumas produções têm se dedicado à historiografia dos afrodescendentes, suas heranças culturais, às comunidades remanescentes quilombolas, dentre outras temáticas extremamente importantes e necessárias para a compreensão das relações etnicorraciais na região e para o fortalecimento do combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito em nossa sociedade. Mas, apesar dos avanços, as lacunas ainda são muitas, a invisibilidade e o silenciamento são fatores que interferem negativamente para o avanço das políticas efetivas de promoção da igualdade racial.

Na visão de Sampaio (2011, p.8):

Em se tratando de Amazônia e, mais particularmente, do Amazonas, estamos diante de um tema muito pouco frequentado pelos estudiosos. Um silêncio persistente que insiste em apagar memórias, histórias e trajetórias de populações muito diversificadas que fizeram dessa região seu espaço de luta e de sobrevivência. Esta é uma dívida de muitas gerações que ainda reclama sua paga.

Sampaio aponta a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas sobre o Amazonas, e tem se empenhado tanto em investigar e escrever sobre a historiografia dos afrodescendentes, quanto fomentar e orientar grupos de estudiosos, professores e o próprio movimento negro, à indagações, reflexões e produções acadêmicas comprometidas em revelar a presença negra na Amazônia.

Cavalcante (2015, p.18), concorda com Sampaio e argumenta:

Diferentemente do Pará, que conta com importantes estudos sobre a escravidão negra, o Amazonas ainda convive com esta memória que silencia a trajetória dos escravos e das populações de origem africana. Por outro lado, essas narrativas silenciam sobre as tensões no processo de abolição dos escravos, tratando-o como um correr de águas tranquilas sem qualquer refrega

ou descontentamento. [...] A profundidade desse silêncio é tão grande que falar em escravidão negra no Amazonas causa estranheza para os ouvidos do senso comum e certa contrariedade entre os acadêmicos.

Observa-se que existe uma certa concordância de que existe um silêncio, e ele traz prejuízos à sociedade. O Amazonas foi o segundo estado a abolir a escravidão, antes mesmo da Lei Áurea de 1888, Theodoro Souto no dia 10 de julho 1884, anunciou o fim da prática na região. Esse fato histórico contradiz o mito da não existência de negros no Amazonas, tendo em vista que não é possível que haja abolição sem escravos. O Amazonas teve aporte de escravos oriundos do Pará e Maranhão, verificável em documentos e relatos de época, bem como em consequências culturais no estado como o tambor de mina e o boi-bumbá. Após uma campanha abolicionista de 16 anos largamente documentada, teve a African House e no pós-abolição conhecidos “bairros negros” como a Vila São José, o Seringal mirim, a tradicional praça 14 de Janeiro, o Zumbi dos Palmares, o primeiro governador Afro-descendente do Brasil, Eduardo Ribeiro e ao final do século XIX da presença histórica de negros barbadianos e seus descendentes (SILVA 2006).

Moura, (2014, p.55), enfatiza:

Assim como a escravidão foi uma instituição nacional, a luta dos escravos contra ela também se espalhou por todo o nosso território. Do Rio Grande do Sul até o Amazonas, eles lutaram contra o instituto que os oprimia. Os quilombos, as insurreições, guerrilhas, assassinatos de feitores, de capitães do mato, e de senhores, o bandoleirismo, incêndios de canaviais, roubos e colheitas e rapto de escravas, quando não o suicídio, tudo isto era um fenômeno sociologicamente normal porque correspondia à contrapartida de negação ao modo de produção escravista.

A dinâmica da escravidão no Amazonas não foi diferente do que aconteceu em outros lugares do país, houve opressão, violência, mas também muita resistência, tanto de negros, como de indígenas. O resgate dessa historiografia e de registros que evidenciem cada vez mais o legado africano ao nosso estado, é uma tarefa árdua.

Diante disso, a categoria alteridade é sem dúvida imprescindível para a compreensão do que foi a luta e o sofrimento do povo negro escravizado aqui por esses lados. O processo traz particularidades que se apresentam das mais variadas formas, seja na resistência figurada nas

fugas, seja na solidariedade entre etnias: negros, estrangeiros e índios, seja na não concretização da fuga e a baixa expressividade das mulheres nesse decurso, não por fragilidade, mas por cuidado aos rebentos, que poderiam não aguentar as fugas, ou perderem possibilidades que surgiam, ainda que de forma morosa e sem muitas expectativas (CAVALCANTE 2015).

Em vista disso, o movimento negro tem desempenhado papel importante no reconhecimento da existência da etnia africana, na luta pela preservação dos costumes, no combate ao racismo, na desmitificação da ausência de negros no Amazonas, no levantamento de dados para gerar indicadores sobre essa população e suas demandas específicas, com o intuito de garantir políticas de promoção da igualdade racial.

A categoria pensada para elucidar a dinâmica da luta antirracista no estado será movimentos negros, esta justifica-se a partir de uma reflexão sobre a atuação dos grupos, por meio de ações que dialoguem especificamente com seus problemas pontuais. Não há aqui a intenção de desconsiderar particularidades e diferenças, pelo contrário, é obvio que a juventude negra tem suas pautas peculiares, assim como as mulheres negras e outros segmentos, a ressalva se dá, quando esses movimentos se fragmentam e se recolhem às suas questões, ao ponto de não conseguirem encontrar confluências que entrecruzem as lutas, ainda que haja a consciência entre militantes de que a educação é o pilar da luta antirracista, na prática, essa categoria não tem se revelado como ponto de unificação entre os segmentos que atuam no Amazonas, pelo menos não na práxis.

Em seu artigo sobre o debate contemporâneo no seio dos movimentos sociais, Gonh (2010) sinaliza que o movimento social, enquanto um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. Ela concorda com o pensamento de Hobsbawm sobre identidades múltiplas, combinadas e intercambiáveis. Ou seja, não há uma forma homogênea de identidade política, principalmente por que ela irá mudar de acordo com o contexto ou a conjuntura, “os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural.

Um aspecto importante a ser refletido sobre a história dos movimentos negros aqui no Amazonas, é o fato de que ela carece de pesquisas mais aprofundadas sobre essas atuações. A hipótese que se pode levantar é de que assim como a história do Amazonas e principalmente a historiografia negra não dispõem de estudos suficientes, isso deve ser um fator que reflete os hiatos encontrados quando busca-se investigar mais elementos sobre a temática em questão. O

que temos são informações gerais sobre algumas personalidades, algumas entidades e atividades pontuais, nas quais há uma aproximação maior de pessoas sensíveis a causa e militantes, e embora haja um discurso forte de que o racismo deve ser combatido todos os dias e não apenas em datas simbólicas, é em torno do 20 de novembro que os grupos se reencontram e conseguem dialogar e se integrarem mais.

Os movimentos negros, sem dúvida, assumem como princípio o resgate da memória e a luta contra o esquecimento, o silenciamento e a invisibilidade negra no Amazonas. Um dos ícones de combate ao racismo em nosso estado foi Nestor José Soeiro do Nascimento, de acordo com o texto retirado do Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2001, visando conceder-lhe a medalha de ouro “Cidade de Manaus”, temos as seguintes informações: nasceu em Manaus, Amazonas, no dia 11 de dezembro de 1947, filho de Nestor do Nascimento e Sophia Soeiro do Nascimento, família tradicional do bairro da Praça 14 de janeiro, em Manaus, onde viveu e estudou.

Nascimento foi fundador da Associação dos Moradores e Amigos da Praça 14, sócio fundador da Escola de Samba da Vitória Régia. Coursou o ensino fundamental no Grupo Escolar Luizinha Nascimento, ensino médio no Colégio Estadual Rivadávia Corrêa (RJ); foi Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, sendo inclusive um dos fundadores do Centro Acadêmico de Direito da universidade em referência. Exerceu a função de Segurança do Ministro Lira Tavares pelo Ministério do Exército em 1968, escolhido pelo General Costa e Silva no Palácio das Laranjeiras. Atuou como repórter universal de notícias, no Rio de Janeiro, no ano de 1968; exerceu a função de colunista e Repórter no Jornal A Notícia, em Manaus, no período de 1972 à 1975; Diretor Superintendente Cultural do Amazonas em exercício entre os anos de 1984 à 1986, citado como um dos melhores alunos da Universidade do Amazonas, pelo Professor Samuel Benchimol, na Ordem dos Cobras. Foi Vice-Presidente do Clube da Madrugada e membro da Sociedade dos amigos de Portugal de Manaus e ainda foi Presidente do Conselho Estadual de Cultura 92/94. Atuou e fundou o Movimento Alma Negra – MOAN, em Manaus, no final da década de 60, visitou os EUA a convite de Bill Clinton/1997, então presidente dos Estados Unidos, onde manteve contato com várias entidades, visitou o Capitólio, a Casa Branca e na oportunidade concedeu entrevista à voz da América como um dos mais ilustres defensores dos direitos civis no Brasil. Seu currículo é sem dúvida da maior grandeza e relevância na nossa cidade por sua participação e experiência na vida pública e administrativa em todos os seguimentos da sociedade manauense.

O fundador do MOAN foi torturado no período da ditadura, mas, preferiu não recorrer a procedimentos cirúrgicos para apagar as marcas da tortura, mantendo-as para que a opressão jamais fosse esquecida. O Moan foi a primeira entidade política voltada à defesa dos direitos civis da população negra do estado e procurava revelar para a sociedade amazonense, que a presença negra tem seu espaço e ela é também um aspecto determinante para a compreensão da história do Amazonas.

Além do Moan, outras entidades atuam de acordo com suas perspectivas ideológicas, iremos citar alguns desses movimentos, com informações gerais, tendo em vista que um registro mais consistente ainda precisa ser investigado, ou seja, está em aberto um campo importante para pesquisa sobre a negritude no Amazonas.

De acordo com as informações cedidas pelo Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas (Fopaam), o qual é um espaço legítimo e representativo das diversas organizações de Afrodescendentes no estado, em março de 1870 foi fundada a Sociedade Emancipadora Amazonense, destinada a fomentar abolição da escravidão; em 1882, foi criada a Sociedade Libertadora; a partir de 1884 foram criados ainda o Clube Juvenil Emancipador e a Cruzada Libertadora da Escola Normal.

Após esse período os movimentos negros se organizaram em grupos com segmentos diferenciados, o Fopaam, fundado em 2004, é um fórum aglutinador de entidades que atuam na luta antirracista, dentre as que compõem o Fórum estão, grupos de Hip hop formados por Dj, Mc, grafiteiros e dançarinos, em Manaus eles estão concentrados em sua maioria na Zona Leste. Projetos Afro de Capoeiras que atuam nos bairros e em algumas escolas da rede estadual e municipal, além de grupos que compõem a Federação Amazonense de Capoeira (FAC). A Federação de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros do Estado do Amazonas (Fucabeam) que atua na linha da religiosidade, com atendimento as famílias, na cura espiritual a partir de ervas medicinais e desenvolve projetos voltados para superação do racismo e da intolerância religiosa, por conta da grande falta de respeito e de informação de algumas igrejas neopentecostais em relação à religiosidade de matriz africana.

Outras instituições e entidades também compõem o Fopaam, dentre elas a Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) opera na linha da pesquisa, da extensão com acadêmicos e as comunidades carentes da cidade de Manaus; a Cáritas Arquidiocesana de Manaus desenvolve trabalho com diversos grupos de base na capital do Amazonas e no interior do Estado, principalmente com o Movimento Negro e os Afrodescendentes da Sociedade Amazonense; a

Associação dos Portadores de Anemia Falciforme e outras Hemoglobinas do Estado do Amazonas (Apafham), que desenvolve ações com os pacientes e médicos do HEMOAM, no sentido de orientá-los sobre a doença; a Associação de Remanescentes Quilombolas de Novo Airão Zona Urbana (Arqnazu), que luta pelo reconhecimento, valorização e organização de suas comunidades, a fim de terem acesso às políticas de ações afirmativas pelo poder público; a Federação das organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB), a qual luta pelo reconhecimento, valorização e organização de suas comunidades; o Instituto Cultural Afro Mutalembê (Icam) que desenvolve ações na linha da dança africana em algumas escolas da rede municipal e estadual e desenvolvem palestras voltadas para a temática da diversidade étnicorracial para a comunidade onde estão instalados, no bairro Nossa Senhora das Graças, onde fica a sede provisória; a Associação do Movimento Orgulho Negro do Amazonas (Amonam), desenvolve projetos com as escolas da rede municipal e estadual de ensino acerca da temática da superação do racismo na escola; a Associação Cultural Tambor de Crioula, perpetua os valores culturais por meio da dança, característico do Maranhão e presente na capital do Amazonas; a União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro), a qual articula a luta contra o racismo com a luta de classes e contra as desigualdades de gênero e as Dandaras - Mulheres Negras da Florestas, que Promove processos de formação na perspectiva do resgate histórico das mulheres negras do Amazonas, atuando com uma concepção antirracista e feminista.

Para elucidar as dimensões político-ideológicas de entidades do Amazonas, pudemos obter dados mais detalhados do Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas (Fopaam) e da União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro).

Quadro 1: Dimensões político-ideológicas de entidades do Amazonas.

Entidades	Fopaam	Unegro
Grau de organicidade	É um espaço aglutinador de entidades que discutem a situação do negro e de seus descendentes no estado, tendo em vista o preconceito, a discriminação e o racismo que afrontam o povo negra desde sua chegada no Brasil e no Amazonas. Não tem vínculo partidário, porém, dialoga de forma aberta com militantes e possui entre entidades filiadas membros ligados a partidos historicamente sensíveis à causa negra.	Organiza-se em segmentos variados para combater todas as formas de discriminação e opressão: mulheres negras, juventude negra, LGBT, exploração de classe, manifestações culturais e religiosas de matrizes africanas, parceria com outros movimentos sociais e populares do campo progressista
Capacidade de mobilização	Dialoga e articula com as entidades filiadas as metas e processos de mobilização para eventos e campanhas que tratem da temática e para o enfrentamento do mito da não existência de negros no Amazonas.	No seu último congresso nacional, mobilizou cerca de 1.000 pessoas, faz campanhas de filiações nos estados onde se organiza e apresenta metas de delegados para participação em conferências e eventos do movimento negro. Participou, mobilizou e construiu em parceria com outras entidades campanhas como: Dia Internacional de Luta pela Eliminação do Racismo, Dia da Consciência Negra, I Encontro Nacional de Entidades Negras, Marcha de Mulheres Negras 2015
Capacidade de proposição e parceria com o Estado	O Fórum tem assento no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, Conselho Municipal de Direitos Humanos, além do diálogo com parlamentares com o intuito de garantir a aplicabilidade das leis em prol da população negra.	É membro titular do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ocupou cargos na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, se articula para implantar e implementar as Políticas de Igualdade Racial, propondo a criação de órgãos dentro do poder público (gerências, secretarias etc), Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres, dentre outros espaços institucionais, e tem como objetivo a adesão desses espaços ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).
Número de entidades ou Militantes filiadas/filiados	Hoje compõem o Fopaam 21 entidades da capital e do interior do estado.	Nacionalmente está em 24 estados e com um número de 7.000 filiados. No Amazonas, tem em torno de 400 filiados de acordo com o último congresso realizado em 2016.
Como se dá a formação política	A partir da realização seminários internos, palestras e oficinas.	Realiza periodicamente seminários estaduais e nacionais para consolidar a atuação da entidade nos estados em que está presente, além de articular atividades para denúncia e combate das desigualdade de classe, raça e gênero.

Fonte: Documentos internos: FOPAAM e UNEGRO.

Nota: Elaborado pela pesquisadora (2016).

A organicidade, mobilização, capacidade de articulação, proposição e formação política são tarefas imprescindíveis para que os movimentos tornem-se fortes e comprometam-se com a justiça social e a emancipação humana. Ocupar espaços institucionais é extremamente importante para que as políticas de promoção da igualdade racial se consolidem, sociedade civil e poder público devem agir em parceria para o fortalecimento dos processos de combate ao racismo que se apresenta de formas variadas e em espaços diversos. Por outro lado, essa participação não pode ser compreendida como alternativa às ações coletivas desenvolvidas na base da sociedade.

Bauman (2000) esclarece que o período em que vivemos, chamado por ele de *modernidade líquida*, transforma o sujeito-cidadão em sujeito-indivíduo, ou seja, a apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna. Esse individualismo pragmático deve ser refletido e analisado diariamente, pois, ele vem se consolidando no seio dos movimentos sociais. É comum nos depararmos com lideranças que colocam suas trajetórias individuais, acima da luta coletiva, assim como, segmentos dos movimentos sociais que acham suas bandeiras mais legítimas que as demais. A premissa para o entrecruzamento das lutas, sem dúvida, é o respeito às diferenças, este deve ser considerado o ponto em comum e fecundo, para auxiliar pontes de comunicação entre os movimentos que lutam concretamente pela emancipação humana.

2.3 EDUCAÇÃO, RAÇA E CLASSE

Atualmente, várias questões relacionadas à diversidade cultural ocupam um considerável espaço em debates, congressos, encontros científicos, fóruns sociais e demais eventos que discutem educação. Discursos veiculados nesses espaços objetivam a valorização de práticas que possibilitem o direito à voz de grupos oprimidos, com a finalidade de igualar oportunidades para aqueles que são culturalmente diferentes, valorizando a diversidade.

Infelizmente, na formação acadêmica, ainda nos deparamos com lacunas expressivas quando se trata da falta de discussão a respeito de possíveis intervenções educativas, que abordem temáticas sobre a diversidade nas disciplinas dos cursos de licenciaturas, fato que corrobora exponencialmente para dificultar o tratamento pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem, propiciando assim, uma naturalização de práticas preconceituosas no interior

das escolas, que podem ser causadas, inclusive, pela desvalorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, econômica e social, que não podem ser compreendidas como obstáculos entre seres humanos, mas como fatores de integração e respeito ao outro.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 afirma que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim sendo, fica claro que o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania deve ser assegurado, bem como a garantia do direito ao acesso às histórias e culturas que compõem a nação brasileira”.

Então, cabe ao Estado promover e estimular políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, que aponta como seu dever, garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os que se encontram à margem, dificilmente conseguirão romper com o sistema meritocrático, o qual agrava desigualdades, gera injustiças, e quando se trata dos afro-brasileiros as estatísticas não deixam dúvidas do quanto ainda precisamos avançar nas políticas de combate ao racismo.

Com base em dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar) 2014, que compõe o Observatório da População Negra da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal, realizada pelo IBGE, no Brasil, 53% da população é formada por negros. No entanto, as informações levantadas para o banco de dados mostram que, apesar dos avanços, ainda existe um grande abismo social no país. Exemplo disso é que os negros representam apenas 20% dos brasileiros que ganham mais de dez salários mínimos. A população negra também representa apenas 20% dos brasileiros que chegam a fazer pós-graduação no país.

Os dados sobre alfabetização também são preocupantes, pois de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dos 14,4 milhões de analfabetos, 10 milhões são negros ou pardos. Isso faz com que a taxa de analfabetismo entre negros e pardos (14%) seja mais que o dobro daquela entre os brancos (6,5%). Se levado em conta o índice de analfabetismo funcional (além da incapacidade de ler e escrever, a de entender textos), o abismo racial se mostra ainda mais profundo. O analfabetismo funcional atinge 16,4% dos brancos, 27,25% dos negros e 28,6% dos pardos.

O Mapa da Violência de 2014 demonstra que a taxa de homicídios entre a população não jovem é de 14,9 a cada 100 mil habitantes, entre jovens de 15 a 29 anos ela chega a 42,9,

durante o período 1980 a 2011. No mesmo intervalo, homicídios foram responsáveis por 28,5% das mortes de jovens no País, mas foi causa apenas de 2% dos óbitos da população não jovem. Foram mortos, no mesmo período, 20.852 jovens negros, um número três vezes maior que o número de homicídios de jovens brancos.

Os dados indicam a existência de uma profunda desigualdade racial construída ao longo de um processo histórico, político e social do país, desencadeado a partir de uma estrutura racista, somada à desigualdade socioeconômica que atinge a população brasileira, e de modo particular, os negros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996) foi alterada pela Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008. A partir disso, estabelece no Art. 26-A, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. Torna-se obrigatório a inclusão do estudo da História da África e dos Africanos, dos Indígenas, a luta dos negros e índios no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e negros e índios na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição desses povos nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) que expressa legítimas demandas da população negra, convoca os agentes públicos federais, estaduais e municipais para o cumprimento e adoção de medidas indispensáveis às suas práticas administrativas cotidianas, como a promoção de ações que viabilizem e ampliem o acesso da população negra ao ensino gratuito, o apoio à iniciativa de entidades do movimento negro para que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra. Assim como, o desenvolvimento de campanhas educativas, para que a solidariedade e o respeito à população negra faça parte da cultura de toda sociedade.

Para colaborar com o cumprimento das determinações legais por parte dos sistemas de ensino, em especial para efetivação da Lei 10.639/03, instituiu-se o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013). O presente plano aponta intervenção no Estado, na política educacional, no currículo escolar, na prática pedagógica, na construção de projetos pedagógicos interdisciplinares nas escolas e no processo de formação de professores, elegendo-os como indispensáveis para uma educação de qualidade

para todos e todas. Indica que é uma tarefa de todos os educadores e educadoras, independente do seu pertencimento étnico-racial, trabalharem para que a população negra possa ter orgulho de sua origem, assim como, deve buscar despertar entre os brancos, a consciência negra, permitindo que identifiquem a enorme contribuição da cultura negra na sociedade brasileira.

Ainda considerando a necessidade da implementação da Lei 10.639/93, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que tem por objetivo subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira.

É imprescindível ressaltar o avanço nas discussões sobre a responsabilidade legal do Estado quanto à oferta de programas voltados para educação que desenvolvam projetos de justiça, de desenvolvimento social e de proteção das manifestações culturais populares, afro-brasileiras, bem como dos demais grupos participantes de nosso processo civilizatório.

Como passo importante para a instituição da política de reconhecimento das desigualdades e discriminações raciais contra os negros no Brasil, é preciso compreender a migração obrigada dos africanos para o continente americano, o contexto do trabalho escravo e sua gradual amortização. Os territórios rurais negros ou quilombos tiveram sua existência ignorada por muitos anos pela sociedade brasileira, a herança cultural africana, ainda existente nessas comunidades, contribuíram efetivamente para a construção da história do Brasil, porém, nosso passado africano é tão pouco conhecido, quanto menos ainda estudado, inclusive nas universidades públicas do nosso país.

A sociedade brasileira e suas instituições, se constituem em sintonia com o projeto colonial que constitui o racismo e as práticas racistas em suas instituições. Dessa forma, a sociedade em geral e a educação em particular assimilam e reproduzem o imaginário brasileiro a respeito da população negra, como uma população inferior. Durante anos a elite brasileira uniu esforços em busca de mecanismos que negassem nossa condição de país negro. Uma negação que tenta se perpetuar, mesmo na atualidade, quando o Brasil possui o maior contingente da população negra fora do continente africano. Ao longo da historiografia brasileira, o racismo tem se reatualizado e atuado continuamente na produção de desigualdades e subordinação.

A educação escolar e quilombola têm se constituído como um dos eixos básicos na reflexão sobre o combate às desigualdades na sociedade brasileira. As análises que vêm sendo desenvolvidas nas últimas décadas têm tentado direcioná-las para uma ação política, libertadora, democrática que tome como ponto fundamental a constituição de espaços de diálogo entre escola e comunidades remanescentes quilombolas, valorizando a herança africana e afro-brasileira, o desenvolvimento sustentável, a luta pelo direito à terra, considerando as vivências, realidades e histórias dessas comunidades, de forma a considerar suas especificidades étnico-culturais.

Para uma parcela significativa da sociedade, reconhecer a raça como uma característica relevante na estruturação das desigualdades presentes na sociedade e pensar na introdução de políticas raciais afirmativas constitui-se ainda como um projeto inalcançável ou pelo menos muito remoto num país “intoxicado” pelo mito da democracia racial.

No entanto, começa a se esboçar amplamente, um debate sobre a necessidade da adoção de políticas públicas que ao menos amenizem as profundas distâncias entre os segmentos raciais da sociedade, nos mais diversos setores do cotidiano brasileiro. De acordo com Conceição (2002), os movimentos sociais têm reivindicado a adoção de medidas que visem reparar a desigual situação entre os grupos raciais existentes no país, em termos de acesso e permanência à educação, ao mercado de trabalho e à melhoria de condições de vida em geral.

Nesse sentido, a questão social necessita de compreensão não apenas como manifestação da desigualdade social, mas como elemento político e social que redefine as ações das classes sociais no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse entendimento, permite uma leitura mais crítica sobre a política de educação brasileira e como se exibiram as representações da questão social ao longo da história.

Assim sendo, apresentaremos alguns pontos a serem discutidos como: trabalho, educação, raça e classe. Serão feitas, também, algumas considerações em torno da análise feita a partir de um compêndio teórico, que considera o materialismo histórico e dialético como um método importante no processo de aprofundamento dos estudos anunciados no processo de pesquisa sobre desigualdades raciais e educação.

É possível constatar que, hoje, a educação se constitui, verdadeiramente, numa prioridade internacional. Mas, como pensar uma educação que se referencie no ser humano, dentro de uma lógica dominante que a compreende como mercadoria?

Para os que lutam contra uma sociedade meramente mercantil, a educação apresenta-se como instrumento imprescindível à emancipação humana. Longe de se constituir apenas como retórica de boas intenções, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de garantir uma educação adequada ao conjunto das populações.

Saviani (1994) afirma que a educação praticamente coincide com a própria existência humana. Em outros termos, as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. A medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outros termos, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isto podemos dizer que o trabalho define a essência humana. Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho. Isto faz com que a vida do homem seja determinada pelo modo como ele produz sua existência.

Quando ocorre a propriedade privada e os homens se apropriam da terra surge a classe dos proprietários e dos não proprietários. Os primeiros entendem que por serem os donos das terras, não precisam trabalhar, para isso é necessários que os não proprietários trabalhem para assegurar a sobrevivência tanto de si próprios como dos seus senhores. Tanto na sociedade grega quanto na romana, era utilizado o braço escravo para trabalhos manuais, considerados desvalorizados. De acordo com Aranha (2006, p.92), a aristocracia se dedicava ao “ócio digno”, ocupando-se com atividades intelectuais, políticas e culturais. Por consequência, os educadores orientavam-se pelo modelo adequado à elite dirigente a fim de formar o indivíduo racional, capaz de pensar de modo correto e de se expressar de forma correta.

Na Idade Média a educação é intercedida pela fé e no alto da pirâmide estavam o clero e a nobreza. No mundo Feudal, a condição social era determinada pela relação com a terra, portanto, os proprietários tinham poder e liberdade. Num outro extremo, encontravam-se os servos da gleba, os despossuídos, impossibilitados de abandonar as terras do seu senhor, a quem eram obrigados a prestar serviços. Nesse período a sociedade estava convencida de que Deus determinara a cada um o seu lugar (Aranha, 2006).

Para Cambi (1999, p.178):

o povo, durante a idade média, é analfabeto. Seus conhecimentos estão ligados a crenças e tradições ou observações do senso comum: o seu horizonte cultural é muito limitado, mas bem firme na centralidade atribuída à fé cristã e à sua visão do mundo, que chega a ele por muitas vias alternativas à escrita: sobretudo através da palavra oral e da imagem, que são as duas vias de acesso à cultura por parte do povo.

A grande maioria continuava se educando pelo trabalho, no próprio processo de produzir a própria existência e de seus senhores. Nesse contexto, a forma escolar da educação é ainda uma forma secundária que se contrapõe como não-trabalho à forma de educação dominante determinada pelo trabalho (Saviani, 1994).

O mundo capitalista moderno rompe com a ideia de comunidade e traz a ideia de sociedade, esta deixa de se organizar segundo o direito natural e passa a se organizar segundo o direito positivo. A isso está ligada a noção de liberdade como princípio do modo de organização da sociedade moderna, que está caracterizada na ideologia do liberalismo, significa que cada um é livre para dispor de sua propriedade. É importante considerar que a liberdade está estreitamente vinculada à propriedade.

Considera-se o trabalhador como proprietário da força de trabalho e que vende essa força de trabalho mediante contrato celebrado com o capitalista. Isto rompe com o caráter servil da Idade Média. A sociedade moderna arranca o trabalhador do vínculo com a terra e o despoja de todos os seus meios de existência. Ele fica exclusivamente com sua força de trabalho, obrigado, portanto, a operá-la com meios de produção que lhe são alheios.

É nesse sentido que Marx, em *O capital*, faz referência a esta libertação que a sociedade capitalista opera e que o faz em dois sentidos: o trabalhador se converte em trabalhador livre porque desvinculado da terra, livre porque pode vender sua força de trabalho, mas também porque é despojado de todos os seus meios de existência. A liberdade posta num sentido contraditório, duplo, aparentemente positivo - livre para dispor de sua força de trabalho - mas também no sentido negativo na medida em que é desvinculada dos seus meios de existência (SAVIANI, 1994).

Nesse contexto, é possível pensar e analisar um sistema histórico baseado num processo de acumulação de capital que possibilita a instalação de uma sociedade de classes. Para Marx “Contribuição à crítica da economia política” (1973) o processo de hominização é um esforço solidário dos homens entre si, como resultado da ação coletiva dos homens. Só o homem pode provocar mudanças, produzindo as condições materiais e intelectuais de sua existência. Assim,

Marx afirma que ciência, cultura e educação somente estarão a serviço das classes trabalhadoras quando estas detiverem os meios de produção, ou seja, fora da revolução social não haverá solução para a questão da educação das classes trabalhadoras.

A classe economicamente dominante concebe a globalização como motor de um processo multidimensional, constitutivo da interdependência das economias e dos mercados. Para alguns autores, faz parte desse mesmo processo galopante da competitividade internacional, o desemprego massivo e o crescimento das desigualdades sociais e da exclusão (Azevedo, 2007, p. 15). Como ressalta Moacir Gadotti, a hegemonia é ao mesmo tempo ideologia da classe dirigente, concepção do mundo difundida em todas as camadas sociais e direção ideológica da sociedade. A hegemonia da classe dominante supõe que esta classe produza seus intelectuais, cuja função é garantir o consenso da sociedade (GADOTTI, 2012, p. 22).

A ideologia da globalização, em cujo lastro vivifica a já referida ideologia das competências, segundo o sociólogo Antônio Teixeira Fernandes, “reforça o caráter meritocrático das nossas sociedades e acelera o apelo aos mecanismos individuais de mobilidade social” (Fernandes, 1998, p. 28). A “ideologia da sociedade da informação”, do conhecimento” e das “novas competências” não faz parte de um discurso político neutro acerca da educação (AZEVEDO, 2007, p.23).

Para Mourão (2006, p. 188) “A fábrica como espaço educativo”, a empresa desenvolve um processo educacional que tem como objetivo garantir o desenvolvimento das competências do indivíduo de acordo com as necessidades do próprio negócio. Fundamentalmente, a ênfase é dada às dimensões econômicas do processo de formação, pois fomenta uma filosofia educacional centrada nos valores e objetivos da empresa, evidentemente calcados na dinâmica da produção e do consumo (tendo como ponto central o cliente).

É necessário romper com a lógica do capital se almejamos construir uma alternativa educacional significativa, sem esquecer que a natureza da educação, como tantas outras, está diretamente vinculada ao trabalho.

Segundo Ramos (2006, p.26), “A formação do trabalhador sob o capitalismo”, a questão sobre a formação do homem em sua totalidade, perante o modo de produção capitalista, é central para a compreensão das relações sociais e sua possível transformação. À medida que o trabalho industrial foi-se tornando mais complexo, esse tema passou a atravessar os debates sobre educação e o conceito de qualificação adquiriu importância sociológica.

É necessário romper com a lógica do capital se almejamos construir uma alternativa educacional significativa, sem esquecer que a natureza da educação, como tantas outras, está diretamente vinculada ao trabalho.

Para Saviani (1994), a partir da década de 60 com o surgimento da "teoria do capital humano", a educação passa a ser entendida como algo não meramente ornamental, mas decisivo para o desenvolvimento econômico. Postula-se, assim, uma estreita ligação entre educação (escola) e trabalho; isto é, considera-se que a educação potencializa trabalho. Essa perspectiva está presente também nos críticos da "teoria do capital humano", uma vez que consideram que a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideologicamente, mas também economicamente, enquanto qualificadora da mão-de-obra (força de trabalho).

De acordo com as posições apontadas acima, é possível constatar que gestores públicos, educadores e estudantes analisam a educação em termos gerais, desvinculada da formação profissional. No entanto, é possível enxergar que a origem da educação coincide com a origem do próprio homem. Porém, é preciso atentar para os marcadores que envolvem o papel da escola, da educação e do mundo do trabalho, tendo em vista que desde a antiguidade nos deparamos com as diferenças entre escolas que atendem a uma determinada elite e que aperfeiçoam a formação intelectual, em detrimento de escolas que atendem as grandes massas, geralmente limitadas a “capacitações” profissionais. Uma experiência contemporânea a respeito desse processo é a Reforma do Ensino Médio no Brasil, a qual coloca a formação acadêmica, técnica e profissional concomitantemente, mas não no mesmo espaço, um sistema dualista com a formação geral desligada da formação profissional.

Quando se trata das categorias raça e classe na interface com a educação e o trabalho, levando em conta a dinâmica cultural brasileira, urge a necessidade de entender raça e classe na interface com a educação, como eixo importante para a compreensão da sociedade e do seu movimento histórico.

Filice (2011, p.31) alega que:

Tanto a fragilidade da confiança cega na mão invisível do mercado como os limites das políticas públicas de caráter universalista nunca foram tão expostos. Em conformidade, torna-se cada vez mais visível que o desempenho escolar resulta de vários fatores que extrapolam o sentido de competência por mérito individual. Cruzam-se oportunidades com vivência escolar, acesso a meios culturais, pertencimento étnicorracial, orientação sexual e identidade de gênero, situação socioeconômica e condições familiares, além da identificação ou não com o currículo escolar. Situações que se apresentam

como parte de um conjunto que interfere na permanência dos estudantes na escola, na relação ensino-aprendizagem com qualidade, e para sua inserção no conturbado mundo tecnológico com participação cidadã.

Para que mudanças efetivas aconteçam na sociedade, é preciso romper com a visão de mercado com foco no desenvolvimento econômico, como alternativa para o campo educacional e social. A internacionalização da economia, a globalização da comunicação e o desenvolvimento tecnológico afetam diretamente esses campos, a participação cidadã nesse processo é imprescindível, as reivindicações de sujeitos coletivos contra as mais variadas formas de opressão se contrapõem à propagação dos valores dominantes que caminham de acordo com as regras do mercado financeiro, é válido ressaltar o protagonismo dos movimentos sociais.

A vinculação entre a politização combativa da maioria ativa contemporânea mencionada e a iminência dessa política educacional antirracista tem que ver com a configuração política da luta impetrada pelos negros no Brasil. Os negros expressaram ao longo dos anos e de forma diferenciada, seu descontentamento em relação à dominação e às formas de tratamento discriminatórias.

É perceptível a tentativa de romper com o mito da passividade do negro ao longo do processo da escravidão no Brasil, a resistência negra sempre existiu, seja nas lutas armadas, nas revoltas, nos quilombos, no reconhecimento dos valores e símbolos da cultura africana e afro-brasileira e nos últimos anos aparece na expressividade estética, na exigência em ocupar espaços de poder e principalmente na não aceitação dos números que envolvem processos deletérios à toda a humanidade, como o índice de jovens negros nas periferias, o feminicídio de mulheres negras e os impactos no processo de ensino e aprendizagem causados pelo apagamento histórico da memória coletiva, da cultura e da identidade afrodescendente em detrimento ao modelo eurocêntrico (FILICE, 2011).

A entrada desigual dos grupos sociais aos processos educacionais é um tema que há muito tempo, vem ocupando a agenda dos estudiosos do campo da educação. Muitos pontos de vistas têm sido formulados no sentido de buscar justificar a contribuição do sistema de ensino para a reprodução das desigualdades raciais. Não se pode ignorar alguns marcadores sociais, como gênero, raça e classe, que seguramente têm forte participação na equação que exclui parcelas significativas da sociedade.

Segundo Konder (2001, p.106):

Marx analisou a relação entre homens via modo de produção, no universo da luta de classes, mas reconheceu que os homens não se (con)fundem com as classes, mas que são impelidos a atuarem como “membros de uma classe”, pois, para Marx e Engels, “não se trata de saber que objetivos este ou aquele proletário, ou até mesmo o proletariado inteiro, tem momentaneamente. Trata-se de saber o que é o proletariado e o que ele será historicamente obrigado a fazer de acordo com este ser”.

Marx, mostra que as classes estão por trás da luta, mas que as iniciativas políticas não são comandadas mecanicamente pelas classes, e que por trás das classes há indivíduos pensantes que agem como coletivo, como classe, quando “condicionados pelos seus interesses comuns”. Esse é um processo complexo e cheio de mediações e contradições. Os conflitos políticos ocorrem sem que, segundo Marx, jamais, o político seja reduzido ao econômico (KONDER, 2001).

Os estudos iniciados a partir das categorias apresentadas, sinalizam para um aprofundamento teórico sobre a contribuição marxista, na interpretação das relações sociais a partir dos avanços e recuos históricos do capitalismo. É possível sinalizar a priori que o método dialético permite uma compreensão maior do processo da luta de classes em sociedades capitalistas. Por conseguinte, acredita-se que esse método também possibilita uma análise das discrepâncias entre discursos propagados e o que é praticado de fato.

Logo, o racismo é entendido como “um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e de superioridade racial, seja no plano moral, estético, físico ou intelectual” (Guimarães, 2004, p. 17). Estrutura-se em concepções e práticas que se podem apresentar como comportamentos, (re)ações resultantes da aversão em razão de características fenotípicas (cor da pele, textura do cabelo, lábios grossos) e/ou por um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores (GOMES, 2005).

Depreende-se que explorar as interfaces entre educação, trabalho, raça e classe requer uma investigação com base no materialismo histórico e dialético, tendo em vista que a compilação teórica do método em questão possibilita uma análise das visões de mundo, da cultura e das convicções tanto de sujeitos coletivos por meio de seus protestos e lutas, quanto dos princípios adotados por gestores públicos em suas práxis, em especial os da educação.

Ivana Jinkings, na apresentação do livro “A educação para além do capital” de István Mészáros (2008, p.9) elucida:

Mészáros ensina que pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos. Que educar é – citando Gramsci – colocar fim à separação entre *homo faber* e *homo sapiens*, é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias. E recorda que transformar essas ideias e princípios em práticas concretas é uma tarefa a exigir ações que vão muito além dos espaços das salas de aula, dos gabinetes e dos fóruns acadêmicos. Que a educação não pode ser encerrada no terreno restrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas, para os espaços públicos, e se abrir para o mundo.

O processo de escolarização apresenta historicamente conflitos e contradições, à escola, cabe também, o papel de desempenhar estratégias de formação política para o enfrentamento da realidade, tendo em vista que é nesse espaço que desigualdades e diferenças se apresentam nitidamente. Vale (1996, p. 19), enfatiza que “nesse embate, a escola, justamente por ser palco dessas lutas, que são de classes, apresenta-se conflituosa e contraditória, podendo desempenhar um importante papel político na formação das camadas populares”.

As questões raciais e de classes se relacionam e precisam ser estudadas e compreendidas no âmbito da pesquisa em educação, afinal as contradições existem, o mito da democracia racial é um dos cerne que precisam ser problematizados tanto nos espaços públicos como nos privados. As organizações do movimento negro, como já foi dito ao longo do texto, lutam pela preservação dos valores afro-brasileiros e para além disso assumem também, processos de mobilização e formação política por meio de movimentos artísticos e os que valorizam as características físicas dos afrodescendentes. Ou seja, essa movimentação pode e deve utilizar o chão das escolas como espaço de integração e de desenvolvimento social e cognitivo, mas sem dúvida esses grupos e entidades se organizam para que as ruas em seus mais variados espaços se configurem como um lugar educativo e de denúncia.

Gomes (1997, p.21), denuncia que “Enquanto a escola brasileira omitir a resistência negra, realizar equívocos e distorções históricas, veicular a falsa imagem do negro como amorfo e indolente, estará contribuindo para reprodução do racismo”. Portanto, o papel de intervenção do movimento negro no cotidiano educacional brasileiro aponta para além da denúncia do

racismo, da discriminação e do preconceito como fatores estruturantes das desigualdade perpetuadas historicamente em nossa sociedade, para propostas pedagógicas que assumam a relação entre educação, sociedade, raça e classe.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (PIR)

O presente capítulo tem como escopo elencar os avanços que o movimento negro e a sociedade brasileira obtiveram, principalmente ao longo dos últimos quinze anos, no que tange a criação de leis que punam atos discriminatórios e promovam igualdade de oportunidades para a população negra brasileira, além de fazer uma breve análise sobre os desafios impostos pela atual quadra política em que se encontra o país, a qual aponta para impactos negativos no que diz respeito à implantação e implementação de políticas de promoção da igualdade racial.

3.1. PANORAMA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA RELAÇÕES ETNICORACIAIS

É fundamental que o combate ao racismo seja um compromisso de toda a sociedade, mas não se pode negar o papel central do Estado no processo de articulação de ações afirmativas consistentes para o enfrentamento dos desafios impostos pela própria história.

Adotada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um forte instrumento na luta pela igualdade e direito à diversidade. Em seu artigo 7º afirma que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei e que todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (ONU, 1948)

É preciso, portanto, ressignificar as práticas e empreender métodos para essa efetivação. Nessa busca, os documentos normativos de âmbito internacional idealizam na educação um caminho para a superação das desigualdades e construção de uma sociedade equânime, se vê na educação uma porta para o enfoque ao debate e problematização das questões sociais e afirmação da diversidade. Nesse sentido a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 20 de novembro de 1963 por meio da resolução 1904 propõe em seu artigo 8º que: Todas as medidas eficazes devem ser tomadas imediatamente nas áreas de ensino, a educação e informação, com vista a eliminar a discriminação racial e o preconceito e promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais, bem como propagar os

propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais. (ONU, 1963)

Os indicadores que apontam a desigualdade entre brancos e negros no Brasil revelam uma profunda desigualdade racial, reconhecida internacionalmente como uma das mais perversas dimensões do tecido social brasileiro. Esse abismo racial existe, e é comprovado por meio de pesquisas e estatísticas que comparam indicadores socioeconômicos, apresentados sob responsabilidade de organismos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), dentre outros.

Os desafios para superação das desigualdades raciais no Brasil são imensuráveis, por isso existe a necessidade de uma legislação que proteja os direitos humanos, mas essa por si só não basta, pois somente a partir de um processo efetivo de reeducação para a diversidade e a consolidação de políticas eficazes de combate à discriminação racial é que avançaremos na promoção da igualdade racial em nosso país.

No ano de 1988 o Movimento Social Negro e a população negra brasileira conseguiu inserir pela primeira vez, após a instituição da abolição da escravatura, a questão racial de forma positiva na Constituição Brasileira, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Estes são direitos fundamentais estabelecidos pela constituição. Outro marco importante foi “assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Outra grande vitória foi impetrar que na Constituição Brasileira constasse que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Ou seja, se formos analisar o fator tempo, iremos nos deparar com um século pós-abolição, que ocorreu em 1888, para uma primeira consolidação de fato, dos direitos da população negra, incidida na Constituição Brasileira em 1988. Depreende-se a partir desse acontecimento o quão difícil foi para os negros brasileiros terem seus direitos de cidadãos e cidadãs minimamente assegurados.

Existe um outro componente importante na Constituição de 1988, que é o artigo quinto, o qual reza ter o Estado a obrigação de promover a igualdade, ou seja, o Estado precisa garantir

os direitos formais na lei, isto é, promover igualdade. Nesse caso, o artigo quinto assegurou o espaço para adoção das políticas públicas de promoção da igualdade racial.

A partir de então, somente em 2003 principiou um período de avanços nos indicadores socioeconômicos da população negra no Brasil, os quais atestam o impacto positivo das políticas universais implementadas pelos governos de Lula e Dilma, servindo, inclusive, de referência para políticas públicas similares desenvolvidas em outros países.

Nesse sentido, serão destacadas as principais iniciativas que se concretizaram como um passo decisivo para o enfrentamento ao racismo, à superação das desigualdades raciais e principalmente para que as ações afirmativas pudessem se consolidar tanto na sociedade como nos meios institucionais.

Dentre os marcos regulatórios, destaca-se a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), transformada em Ministério em fevereiro de 2008, responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial. A constituição deste órgão pode ser encarada como um gesto inaugural do governo Lula no que diz respeito ao reconhecimento da causa negra. Para Munanga (2006, p. 186)

As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade. Trata-se de uma transformação de caráter político, cultural e pedagógico. Ao implementá-las, o Estado, o campo da educação e os formuladores de políticas públicas saem do lugar de suposta neutralidade na aplicação das políticas sociais e passam a considerar a importância de fatores como sexo, raça e cor nos critérios de seleção existentes na sociedade.

Nessa perspectiva a criação da Seppir sinalizou para o fortalecimento das ações afirmativas e para a construção de um projeto mais organizado de combate ao racismo, à discriminação e às desigualdades raciais. Em parceria com uma grande variedade de instituições governamentais como a Fundação Palmares e entidades do Movimento Negro, a Seppir adotou como missão a promoção e articulação de políticas de igualdade racial para superação do racismo e do mito da democracia racial, até então vigente na ideologia social brasileira.

Ainda em 2003, a Lei 10.639/2003 foi sancionada pelo presidente Lula logo no início de seu mandato. Sua implementação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e incluiu

no currículo oficial o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. A Lei se apresenta como protagonista no tratamento dos conteúdos historicamente silenciados nos currículos de formação.

No ano de 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi), no âmbito do Ministério da Educação, responsável pela execução de programas como “Educação inclusiva: direito à diversidade”, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. Outro marco importante no âmbito da educação das relações étnico raciais foi a efetivação do projeto “A Cor da Cultura”. Iniciado em 2008, o qual tem como objetivos elaborar, ofertar e revisar materiais didáticos audiovisuais sobre a cultura afro-brasileira, além de capacitar professores para o uso em sala de aula.

Munanga (2001, p.17) adverte:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

Então, cabe aqui uma reflexão sobre quão importante é o papel da educação no debate das questões relacionadas à raça, etnia, preconceito e discriminação racial. Os marcos legais citados são extremamente positivos, desde que sejam implementados verdadeiramente no chão das escolas, ações pontuais são pertinentes, mas infelizmente, não conseguem atender as demandas advindas de um processo histórico deformado e silenciado por longas datas.

No Ensino Superior destaca-se a “Lei das Cotas”, que dispõe sobre a reserva de vagas com critérios para estudantes da escola pública, negros e indígenas, definindo em no mínimo 50% o acesso destes às universidades federais e às instituições federais de ensino técnico de nível médio. É também de grande relevância a criação do Programa de Extensão Universitária (Proext) em 2011 e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-AF) em 2009, numa ação conjunta da Seppir e da CNPQ que oferece cerca de 800 bolsas por ano para estudantes cotistas de instituições federais de ensino.

No âmbito das políticas públicas para juventude foi elaborado em 2012, o Plano Juventude Viva, com um conjunto de iniciativas que envolvem oito ministérios, visando reverter as altas taxas de homicídios entre jovens negros.

Uma outra referência significativa dentro do panorama apresentado é o Decreto Presidencial nº 4.887/2003, que estabeleceu os procedimentos para regularização das comunidades de remanescentes de quilombos. Considerando-se Quilombolas os grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Fruto do decreto supracitado, a Seppir lançou em março de 2004 o “Programa Brasil Quilombola”, que objetiva consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas.

Estudos estimam a existência de mais de 3 mil comunidades quilombolas no Brasil, no entanto, dados oficiais apontam para um número menor, de 1.948 comunidades oficialmente reconhecidas pelo Estado brasileiro, das quais oito são no Amazonas e estão localizadas nos municípios de Novo Airão (Quilombo do Tambor), Itacoatiara (Lago de Serpa), Barreirinha (Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Tereza de Mutupuri e Trindade) e Manaus (Comunidade do Barranco, na Praça 14).

Na estrutura básica da Seppir, foi criado o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR), órgão colegiado de caráter consultivo, cuja finalidade é propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra e em outros segmentos étnicos da população brasileira. No Amazonas, o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir) foi aprovado no segundo semestre de 2016, fruto de uma luta incansável do Movimento Negro local, aprovada e rediscutida em todas as versões realizadas da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), convocada por decreto presidencial e com forte mobilização da sociedade civil nas etapas municipais, estaduais e

nacional. Para contemplar as demandas das Conapir's foi constituído o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir).

Em 20 de julho de 2010 foi sancionada a Lei 12.288 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. O Estatuto da Igualdade Racial estabelece em seu capítulo III a criação do Sistema Nacional de Igualdade Racial (Sinapir), aprovado e regulamentado pelo Decreto 8.136/2013, o qual estimula a proliferação de conselhos, ouvidorias e órgãos gestores de promoção da igualdade racial nos Estados e municípios.

O Programa Universidade Para Todos (Prouni) instituído em 2004, é sem dúvida, em termos redistributivos, uma política afirmativa de grande impacto. Ele apresenta uma política de cotas para os que se autodeclararam pretos, pardos ou índios e optem por ser beneficiários deste sistema no ato da inscrição. De acordo com a Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação, o Prouni ofertou 1,27 milhão de bolsas e cerca de 635 mil foram destinadas a negros.

O Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa e Promoção de Políticas Públicas para as Comunidades Tradicionais de Terreiro (PNCT) foi apresentado em 2003 e tem por meta recuperar a autoestima dos adeptos de religiões como o candomblé e a umbanda, além do ensino às crianças da importância das crenças.

Lei 12.990/2014 que estabelece cotas raciais no serviço público, reservando 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais a candidatos pretos e pardos.

Alteração por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), a partir do senso de 2010, no modo de levantamento de dados relacionados ao recorte étnico, medida importante às necessidades de informação das instituições voltadas à definição de políticas para grupos etnicorraciais.

Criação do Programa Bolsa Família, o qual atestou que 93% dos titulares são mulheres e 73% das famílias são negras.

Construção, com incipiente implementação, da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instrumento que tem por objetivo combater a discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no Sistema Único de Saúde, bem como promover a equidade e incentivar a produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra,

na qual a incidência maior está a anemia falciforme, o glaucoma, a hipertensão arterial e o diabetes.

Apesar do panorama positivo que evidenciam conquistas na luta contra o racismo, os dados oficiais reafirmam a necessidade de mais e melhores ações afirmativas de caráter amplo na busca por igualdade racial no Brasil, e apesar dos feitos serem significativos, ainda há falta de sensibilidade por parte do Estado com a pauta da igualdade racial.

A atual conjuntura remete a retrocessos significativos para a garantia de direitos e para a igualdade racial. Um processo não democrático se deu nos últimos dois anos em nosso país. Um “presidente” não eleito democraticamente e um plano de governo com uma proposta extrema de ataque à democracia e aos direitos humanos, estampam os retrocessos incomensuráveis da gestão de Michel Temer no decorrer do segundo semestre de 2016 em nosso país e se estende aos dias atuais com indicadores e propostas cada vez mais exorbitantes e extremas que atacam trabalhadores e trabalhadoras, assim como grande parte da população brasileira.

Ao anunciar a nomeação da equipe de governo, fica evidente a ausência de mulheres e negros, fato que ganhou repercussão internacional e vem sofrendo críticas severas de organismos internacionais. Além disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), divulgou nota, afirmando que “a redução, sem justificativa, de recursos destinados a programas sociais representa violação do princípio da progressividade, previsto em tratado internacional ratificado pelo Brasil em 1996”.

Como afirma Ferraro (2000, p.28), “estamos diante de uma redefinição do Estado em termos classistas, no sentido marxiano, com redução de suas funções de cunho social universalista, e da ampliação do espaço e do poder dos interesses privados, particularistas de acumulação”. A conjuntura nos remete a um profundo processo de exclusão social, ratificado por meio de medidas como cortes em diversos programas como Minha Casa minha Vida, Universidade Para Todos (Prouni), Financiamento Estudantil (Fies), além da nomeação para o Ministério da Educação o deputado Mendonça Filho, que sempre se colocou contra as cotas para negros nas universidades. O cenário aponta um ataque radical à democracia, no qual a população negra será atingida diretamente.

A extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos, órgão vocacionado para o desenvolvimento de políticas afirmativas da identidade histórica e social de

milhões de brasileiras e brasileiros que ficaram silenciados e invisibilizados ao longo de séculos de opressão e dominação capitalista, demonstra que direitos sociais adquiridos com muita luta serão afetados diretamente por essa propensão ao equipamento neoliberal, assumida ilegitimamente pelo atual governo.

Fernandes (2007, p.52), chama atenção para os problemas materiais e morais que envolvem a “população de cor”:

Cabe aos próprios “brancos” um esforço de reeducação para que deixem de falar em “democracia racial” sem nada fazer de concreto a seu favor e fazendo muito no sentido contrário. Será difícil que o governo ou os próprios componentes da “população de cor” consigam êxito diante da indiferença do “branco” nesse assunto. É preciso que se compreenda que uma sociedade nacional não pode ser homogênea e funcionar equilibradamente sob a permanência persistente de fatores de desigualdade que solapam a solidariedade nacional. Além disso, tem de evoluir para noções menos toscas e egoísticas do que vem a ser uma democracia.

Assim, a derrocada imposta por um grupo dá sinais explícitos do retrocesso a um Estado oligárquico preparado para atender aos interesses de uma minoria patrimonialista, formada por representantes exclusivos da burguesia industrial, agrária, comercial, imobiliária e financeira, que preza pela exclusão da maioria da população. Os programas de governo de Lula e Dilma são sem dúvida, passivos de críticas e falhas, mas é indiscutível que fruíram iniciativas com potenciais positivos na construção de políticas públicas voltadas para o impasse social que aflige parte da população, de maioria negra. Prova disso, são os indicadores socioeconômicos que apontam índices descomunais voltados para violência contra mulheres e jovens negros, desemprego, subrepresentatividade nos espaços de decisão política, elemento que pode ser analisado a partir do fenômeno conhecido como racismo institucional, instaurado de forma velada no cotidiano dos mais variados órgãos governamentais, privados e até mesmo em organizações que se autodeclaram progressistas e reconhecedoras do mal causado pelo preconceito e pela discriminação de cor em nossa sociedade.

Depreende-se desse estudo que no decorrer da nossa história, o povo negro foi e continua sendo exemplo de luta e resistência, ainda que as conquistas correspondam de forma tímida a um projeto de nação sem desigualdades sociais e raciais. É possível afirmar que os avanços foram positivos, em especial nos últimos treze anos, mas em contrapartida, o contexto atual

demonstra uma determinada voracidade por parte do governo Michel Temer, em desarticular as políticas de promoção da igualdade racial que resultaram em ações afirmativas imprescindíveis para corrigir as situações de desigualdades, estabelecidas ao longo da nossa história.

Portanto, no momento em que a sociedade vive uma conjuntura de agravamento das contradições e impasses, no âmbito social, político e econômico, cabe iniciativas concretas que envolvam tanto a pesquisa e o empenho em compreender as condições sob as quais as diversidades raciais se revelam, seja na organização do mundo do trabalho, nos movimentos sociais, na expressão religiosa, como a mobilização social efetiva e forte contra o que está acontecendo no Brasil.

3.2 PANORAMA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO AMAZONAS

Com o propósito de ratificar a Lei 10.639/2003 e 11.645/2011, que estabelecem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para inclusão no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, o Conselho Estadual de Educação (CEE/AM) por meio da Resolução 75/2010 de 22 de junho de 2010, dá orientações sobre a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos estabelecimentos de Ensino público e privado que oferecem a Educação Básica.

A Resolução estabelece que, no Projeto Político Pedagógico da escola seja previsto o ensino dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena que serão tratados de forma transversal nos currículos escolares. Versa também sobre o tratamento transversal que deve ser aplicado dentro de todas as disciplinas da Educação Básica pública e privada, tendo como prioridade os componentes curriculares de Língua Portuguesa (Literatura Brasileira), História e Artes. A prática da transversalidade deve valorizar e orientar as atitudes dos alunos em termos de reflexão e análise dos elementos da cultura e dos fatos que ocorrerem no contexto social e ambiental.

Também enfatiza que cabe aos sistemas de ensino, as mantenedoras, a coordenação pedagógica do estabelecimento de ensino e aos professores, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares

e reconhece que para a concretização é necessário qualificar os educadores na temática afro-brasileira, africana e indígena, promovendo cursos, seminários, oficinas, intercâmbios e outras modalidades de estudo e aperfeiçoamento, estimulando e garantindo a sua participação, bem como estabelecer canais de comunicação e integração com o Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros com a finalidade de buscar subsídios, ampliar e fortalecer as bases teóricas para o trabalho pedagógico.

Propõe a interação com organismos governamentais, seja do âmbito municipal, estadual ou federal, no sentido de articular ações e potencializar recursos para a consecução de objetivos comuns na implementação dessa temática e estabelece que a escola enquanto instituição social seja responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão posicionando-se politicamente contra toda e qualquer forma de discriminação.

Reafirma que a luta pela superação do preconceito e da discriminação é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente de seu pertencimento etnicorracial, crença religiosa ou posição política.

Em 2015 o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), criou a Gerência de Igualdade Racial para colher e encaminhar demandas, implementar políticas públicas e fazer um diagnóstico do índice de discriminação e preconceito que a população negra sofre no Amazonas, bem como fortalecer o Plano Estadual da Igualdade Racial. A criação de um órgão de promoção da igualdade racial faz parte do processo que cria mecanismos para o poder público estadual aderir ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o qual possui um conjunto de medidas voltadas às políticas e serviços destinados a superar as desigualdades raciais no Brasil.

Para dar continuidade ao Plano Estadual da Igualdade Racial foi sancionada a Lei 4.367, de 21 de julho de 2016, a qual instituiu no âmbito da Sejusc, o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Amazonas (CEPIR-AM), com a finalidade de propor políticas que promovam a igualdade racial no que concerne aos segmentos étnicos do Estado, com ênfase na população negra, indígena, mestiça e cabocla para combater a discriminação racial, reduzir as desigualdades raciais, sociais, econômicas, financeiras, políticas e culturais e ampliar o processo de participação social. Cabe ao Conselho formular a política de promoção da igualdade racial, em consonância com os programas dos governos estadual e federal, com o objetivo de combater o racismo, o preconceito, a intolerância religiosa e a discriminação racial e de reduzir as desigualdades raciais, inclusive no aspecto econômico e financeiro,

social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas. Do mesmo modo em que deve formular critérios e parâmetros para a implantação e implementação de metas e prioridades que assegurem o acesso à terra, à habitação, à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à assistência social aos negros, mestiços e caboclos e a outros segmentos étnicos da população vulnerabilizada do Estado.

A Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (Seduc/AM) disponibiliza de uma Gerência de Atendimento Educacional à Diversidade (Gaed), a qual executa programas, projetos, ações e atividades relacionadas à modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme normas legais e regulamentares vigentes. Os objetivos desta gerência se dão na garantia de oferta, acesso e permanência da modalidade de ensino para Jovens, Adultos e Idosos, Quilombolas, Populações do Campo, Privados de Liberdade e Indígenas, que não tiveram acessibilidade e nem a conclusão nos devidos níveis de ensino para corrigir a distorção idade/série. A Gaed também assessora as escolas estaduais na elaboração e na execução das atividades previstas no Plano de Ações Articuladas (PAR) anual e plurianual na modalidade de ensino de Jovens e Adultos.

A implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que obrigam o ensino da cultura africana e afro-brasileira teve avanços significativos no Estado do Amazonas. De forma geral foram apresentadas até aqui ações e estratégias designadas a fomentar a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas de âmbito estadual, em especial na educação. Diante disso, conforme dados dos relatórios das Coordenadorias de Educação do Estado, apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 2: Modelo de Plano de Aula – Evento Nacional da Consciência Negra

Modelo de Plano de Aula – Evento Nacional da Consciência Negra	
PLANO DE AULA	
DISCIPLINAS: História, Geografia, Artes e Ensino Religioso	
SERIE: 9.01, 9.02 e Avançar.	
TEMA: Dia Nacional da Consciência Negra	
OBJETIVOS	
GERAL	<ul style="list-style-type: none">Compreender a importância da data na sociedade brasileira, atentando para as possibilidades de debates acerca de temas como racismo, direitos e igualdade.
ESPECIFICOS	<ul style="list-style-type: none">Desenvolver atividades que possibilitem o debate sobre questões da população negra presentes na sociedade;Valorizar a cultura afro-brasileira e sua importância na sociedade.
CONTEUDO	
<ul style="list-style-type: none">A criação do dia da consciência negra;O Dia Nacional da Consciência Negra, sua importância, seus debates.	
METODOLOGIA	
<ul style="list-style-type: none">PesquisasExposiçõesDebatesApresentações	
AVALIAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none">A avaliação será feita com base na participação dos alunos na preparação e no evento, marcado para o dia 17.11.17.	
REFERENCIAS	
<ul style="list-style-type: none">Básica: CAMARA DOS DEPUTADOS, Abolição da escravidão e dia da consciência negra. Brasília. Edições Câmara, 2008 (Série Cadernos do Museu, n.08)Complementar: http://blogueirasnegras.org/	

Fonte: GAED/SEDUC – 2018.

De acordo com os relatórios das escolas da rede estadual de ensino, foram observados planos de aula e projetos que trabalham temáticas relacionadas à história e cultura afro-brasileira, nos documentos cedidos pela Gaed/Seduc, foi possível identificar algumas atividades desenvolvidas por escolas da capital, dentre elas: mostras culturais, pesquisas sobre comunidade remanescentes quilombolas reconhecidas no Amazonas, bairros com tradição negra e muitas outras iniciativas relevantes.

Quadro 3: Atividades desenvolvidas por escolas da Capital.

Escola	Educação das Relações Étnico-Raciais	Mês
Benício Leão	História e Cultura Afro-Brasileira	Nov.
Tiradentes	Povos Africanos	Nov.
Jacimar da Silva	Somos Todos Brasileiros	Nov.
J.G. de Araújo	Semana Comemorativa ao Dia Nacional da Consciência Negra	Nov.
Luiz Vaz de Camões	Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	Nov.
Madre Tereza de Calcutá	Brasil de Todas as Cores	Nov.
Roxane Pereira Bonesse	Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira	Nov.
Isaac Benzecry	Conhecendo a África	Nov.
Senador Cunha Melo	Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	Nov.
Ondina de Paula	As Faces da África	Mar. a Jul, Nov.
Angêlo Ramazzott	Mama África: ação afirmativa para valorização da diversidade etnicorracial na escola	Mar. a Dez.

Fonte: GAED/SEDUC – 2018.

Nota: Elaborado pela pesquisadora.

Pode-se destacar no quadro supracitado as ações do projeto “Mama África: ação afirmativa para valorização da diversidade etnicorracial na escola”, o qual tem como sede a Escola Estadual Angelo Ramazzoti, e possui característica diferenciada, pois desenvolve as atividades interdisciplinares desde 2006, e os processos educativos acontecem no decorrer de todo o ano letivo e envolve todas as disciplinas, tem como objetivos discutir os problemas atuais dos afrodescendentes; estabelecer novas concepções sobre a cultura afro-brasileira e africana, pautadas no respeito aos diferentes modos de ser, viver, pensar e conviver; bem como realizar oficinas temáticas que visem ações afirmativas em relação à cultura africana e afro-brasileira. A escola Ondina de Paula desenvolveu suas atividades durante os meses de março a julho, os alunos do ensino médio

fizeram pesquisas sobre música e literatura de autores negros, a culminância do projeto ocorreu no mês de novembro na semana da Consciência Negra.

Verifica-se a partir do material disponibilizado pela Gaed/Seduc o avanço nas iniciativas para implementação das leis. Entretanto, percebe-se que a maior parte delas ainda acontecem pontualmente no mês de novembro, não que isso não seja relevante, mas, para assegurar o direito de aprender, pressupõe-se fazer da escola um lugar em que todos e todas sintam-se valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade, ou seja, significa incorporar a temática voltada para história e cultura afro-brasileira no Projeto Político Pedagógico da Escola, intervenção que depende de uma série de outras, como, por exemplo o domínio conceitual do que está expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais da educação para as relações étnicorraciais, a regulamentação e fiscalização da lei pelo respectivo Conselho de Educação, as ações de pesquisa, formação de professores, profissionais da educação e equipes pedagógicas, aquisição e produção de material didático pelas Secretarias de Educação, participação social da gestão escolar, dentre outras.

3.3 A MATERIALIZAÇÃO DA LEI 4.887/2003 – O RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO LAGO DE SERPA NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA

De acordo com o diário de campo e a observação participante para recolhimento de dados e compreensão do contexto, que como mostra Patton (1997), é importante que, no seu trabalho, o observador possua suficiente capacidade de concentração, paciência, espírito alerta, sensibilidade e, ainda, bastante energia física para concretizar sua tarefa. Graziano & Raulin (2000) corroboram afirmando que a observação é um processo empírico por intermédio do qual usamos a totalidade dos nossos sentidos para reconhecer e registrar eventos fatuais.

A Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa está localizada a 170 quilômetros de Manaus e oito quilômetros acima da sede de Itacoatiara. O Lago de Serpa tem comunicação com dois rios: Urubu de águas pretas e rio Amazonas de águas barrentas, é considerado Paraná de acordo com o mapa abaixo.

A cidade divide-se em 24 bairros, inclusive o centro histórico. São 19.884 domicílios (IBGE/2015). Possui também 220 comunidades divididas numa extensão territorial de 8.892,038 Km². Segundo a planta topográfica elaborada em 1909 pelo agrimensor Cassiano Secundo, Itacoatiara possui um belo traçado urbano focado em logradouros largos e bem urbanizados, com destaque para a Avenida Parque com 1.800 m de extensão, duas pistas de rolamento e passeio central rodeado de oitizeiros formando um grande túnel verde.

Segundo Maggi (2018):

Itacoatiara está entre os agrupamentos urbanos fundados no século XVII pela colonização portuguesa. Inicialmente uma aldeia itinerante do médio Rio Madeira administrada pelos padres jesuítas, o núcleo foi trasladado em 1758 para a beira do Rio Amazonas, onde no ano seguinte recebeu os fôros municipais com o título de Vila de Serpa e, finalmente, a 25 de abril de 1874, ganhou a categoria de cidade com a atual denominação. Devido à sua excelente posição geográfica, possui um relevante papel no contexto de ocupação da Amazônia Ocidental.

A cidade possui um importante porto fluvial, responsável por uma grande quantidade de transporte de cargas, sendo o segundo maior porto fluvial escoador do país, pois chegam diariamente cargas vindas de cidades como Belém, Cuiabá, Manaus e Santarém.

No período de queda da Monarquia em meados de 1850 e início das atividades industriais no Brasil e com as negociações firmadas com a Inglaterra, ficou evidenciada a presença do Barão de Mauá² que conseguiu a concessão para navegar as águas no Amazonas e

²No ano de 1830 empregou-se em uma firma de importação de propriedade de Ricardo Carruther. Após realizar uma viagem à Inglaterra, em 1840, concluiu que o Brasil precisava de capital para investir na industrialização. Irineu decidiu sozinho avançar em direção ao progresso, edificou os estaleiros da Companhia Ponta da Areia, construiu, no ano de 1846 a indústria náutica brasileira, que se estabeleceu no Rio de Janeiro, mais precisamente em Niterói.

Em questão de um ano já possuía a maior indústria do país, contribuindo para colocar no mercado de trabalho mais de mil operários, fabricando caldeiras para máquinas a vapor, investindo em engenhos de açúcar, guindastes, prensas, armas e tubos para encanamento de água.

Deste momento em diante, Irineu Evangelista resolveu se dedicar a duas atividades em potencial – dividiu-se entre a profissão de industrial e a de banqueiro.

Foi precursor na área dos serviços públicos, entre várias de suas atuações podemos citar:

1851 – Rio de Janeiro – Construiu uma companhia de gás voltada para a iluminação pública do Rio de Janeiro.

1852 - Colocou em ordem as corporações de navegação a vapor no Rio Grande do Sul e no Amazonas.

1854 – Introduziu a primeira estrada ferroviária, que ia da Raiz da Serra à cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

1854 – Irineu Evangelista de Souza – dono do Banco Mauá, hoje Banco do Brasil, contribuiu com a fase inicial da União e Indústria, a primeira estrada ladrilhada do país, que compreendia o trecho de Petrópolis a Juiz de Fora.

desenvolver o comércio de madeira, couro de animais e olarias na região, de acordo com o diário de campo é a partir desse período que se registra a presença de mão de obra escrava, pois segundo as histórias e alguns registros vieram com o Barão de Mauá em torno de 34 escravos para trabalharem na Colônia de Serpa, informações que podem ser encontradas nos museus, na Academia Itacoatiarense de Letras, na Prelazia o que demonstra uma população a qual resulta da mistura de indígenas, africanos e europeus, povos do passado e do presente, migrados de várias partes do mundo e da maioria dos estados brasileiros que têm contribuído para constituir e reinventar a identidade dos itacoatiarenses. Nesse contexto identifica-se a presença de negros na Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, certificada pela Fundação Cultural Palmares em 05 de dezembro de 2014.

A pesquisa de campo permitiu coletar dados que comprovam a existência de Negros escravizados na região, revelando que o território das águas e das florestas Amazônicas foram e ainda são cenários de exploração dos Donos do Grande Capital sobre a Classe Trabalhadora, a imagem abaixo comprova a ousadia daqueles que por interesses individualistas tratam os seres humanos, como mero objeto desprezado de todo e qualquer direito – observar a figura do anexo I.

Através de uma sociedade firmada com capitalistas da Inglaterra e cafeicultores de São Paulo, tomou parte na construção da Recife and São Francisco Railway Company, da estrada de ferro dom Pedro II – hoje a Central do Brasil -, e da São Paulo Railway – atual Santos-Jundiaí.

Deu início à edificação do canal do mangue, no Rio de Janeiro, e respondeu pela implantação dos primeiros cabos telegráficos e submarinos, conectando o Brasil à Europa.

No final do ano de 1850, o então visconde inaugurou o Banco Mauá, MaC Gregor & Cia, com várias filiais espalhadas pelas capitais brasileiras, e também no exterior, como em Londres, Nova Iorque, Buenos Aires e Montevidéu.

Era considerado um liberal, abolicionista e peremptoriamente antagônico à Guerra do Paraguai. Com suas atitudes contra o governo, acabou por se transformar em uma pessoa não bem vista pelo Império.

Suas fábricas foram sabotadas, ações criminosas aconteceram, sem a menor cautela, e suas transações comerciais foram atingidas pela lei, que passou a cobrar taxas exorbitantes sobre as importações.

Na carreira política foi deputado pelo Rio Grande do Sul em vários mandatos, porém, em 1873, renunciou ao seu encargo para poder se dedicar a seus negócios que se encontravam em risco desde a crise bancária de 1864.

Em 1875, Irineu sofreu um duro golpe, amargou a falência do Banco Mauá, em vista disso ele foi obrigado a vender a maior parte de suas empresas a capitalistas do exterior.

Durante o período em que esteve na ativa, foi merecedor de vários títulos: em 1854 conquistou o de Barão e em 1874 o de Visconde de Mauá. <https://www.infoescola.com/historia/barao-de-maua/>

descendentes dos últimos escravos africanos chegados no Brasil conseguiu resistir ao tempo, ao preconceito, e fez sobreviver por mais de um século a cultura e as tradições. Hoje formado por 500 pessoas, o antigo quilombo ocupa 2.525.814 hectares de terra, a comunidade possui 43 famílias beneficiadas com o programa Bolsa Família

Foi possível observar também que não está bem definida a diferença entre quilombos e comunidades quilombolas, tendo em vista que o primeiro termo vem do período da escravidão e define grupos formados por escravos fugidos. O segundo representa reuniões de descendentes daqueles negros, mas outras pessoas que chegaram no decorrer do tempo, foi necessário mais de um século para que as terras de pretos começassem a ser reconhecidas. Uma área quilombola parte de um princípio comunitário, diferente do conceito de propriedade privada, e isso, algumas vezes dificulta o processo de reconhecimento e titulação.

Na Comunidade Sagrado Coração de Jesus existe a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, a história sobre a Santa Negra é de que a imagem foi achada no Lago de Serpa, por conta disso a alvorada acontece no período de 14 a 22 de setembro com procissão nas águas do lago, com canoas, barcos e rabetas e nove noites de novena, a maioria dos moradores são católicos

Uma das características observadas em relação à constituição das famílias, é de que eles casam-se entre primos, então é comum verificar os cumprimentos e bênçãos entre a maioria dos moradores.

No que tange a educação, a política de promoção da igualdade racial aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, por meio da Resolução Nº 08 de 20 de novembro de 2012, no entanto, a unidade escolar que lá existe a pouco tempo, é na modalidade Educação de Jovens e Adultos, uma parceria entre Seduc/AM e Prefeitura de Itacoatiara. Fomos até à escola para verificar o PPP, porém a escola ainda não possui o documento norteador para as ações educativas desenvolvidas, e ao observarmos alguns conflitos na comunidade, inclusive no que diz respeito a própria questão identitária, pôde-se depreender que naquela realidade falta um trabalho sério de sensibilização e conscientização política e organizativa, este poderia acontecer se a lentidão governamental aliada a outros fatores fossem suprimidos do processo de reconhecimento, que deve vir, antes de tudo, dos próprios interessados, mas sem educação digna, o direito à cidadania de uma comunidade quilombola fica extremamente prejudicado.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A pesquisa sobre educação, movimentos negros e ações afirmativas no Amazonas, propôs a construção de uma produção acadêmica que possa ajudar professores, acadêmicos, militantes e toda e qualquer pessoa que tenha interesse pela temática, para isso coube a responsabilidade de utilizar uma linguagem de fácil acesso, com capítulos não tão longos e a partir de um referencial bibliográfico que valoriza intelectuais amazonenses, bem como atores negros africanos e brasileiros.

Não se tratou de uma pesquisa feita por uma historiadora, mas por uma professora formada em Letras, que bebe na fonte da Pedagogia com grande entusiasmo, que se interessa pela História e cultura africana e afro-brasileira e que tem o Movimento Negro Brasileiro como referência no combate ao racismo. A tarefa foi laboriosa, mas sem dúvida muito gratificante, e, se seu resultado não for exatamente o que se espera, peço desculpas e afirmo que não foi por falta de vontade de acertar.

Foram delimitadas categorias que pudessem servir de ancoragem na fundamentação teórica, dentre elas destacamos a história e cultura africana e afro-brasileira, como fonte de compreensão da realidade brasileira tão permeada de africanidades, porém, ainda muito pouco estudada, divulgada e conhecida entre nós. A discriminação racial, que motivada pelo preconceito, diferencia e exclui pessoas com base na sua raça, cor, etnia ou religião. O direito à diversidade étnica e cultural, tendo em vista a miscigenação racial marcada pela união de vários povos e a multiplicidade de elementos como costumes, organização familiar, linguagem, política, educação e tradições, intrínsecas à constituição e formação do povo brasileiro.

Nos fundamentamos no materialismo histórico dialético para investigarmos os fenômenos sociais propostos, obedecendo as leis da dialética. Na unidade e luta dos contrários, verifica-se a concepção que se tem do processo de luta, as possíveis contradições entre os projetos políticos e as perspectivas fomentadas pela população negra.

As políticas afirmativas para reparação das desigualdades raciais conquistadas nos dias de hoje, demonstram que os elementos quantitativos acrescidos e retirados historicamente, fruto da luta e da resistência do povo negro brasileiro foram fundamentais para promover a mudança qualitativa, evidenciando um dos princípios da dialética, que é a lei da transformação da quantidade em qualidade.

As entidades tendem a negar-se, a fim de antecipar ou reproduzir uma maior quantidade. Isto significa que a natureza da oposição que gera conflitos, em cada elemento e lhes dá movimento tende também a negar a coisa em si. Este processo dinâmico de nascimento e destruição é o que provoca às entidades evoluir. Esta é a lei da negação da negação simplificada como o ciclo de tese, antítese, e síntese. A opressão, o racismo e a degradação são elementos de revolta, fatores essenciais para que a luta e a resistência negra comece a se organizar e se unir cada vez mais, construindo ao longo da história estratégias para superação das mazelas impostas pelo sistema capitalista. As conquistas surgem, lentamente, no contexto atual temos avanços nas políticas públicas para igualdade racial, entretanto, o panorama das conquistas entrou numa conjuntura de desconstrução e retrocessos, sinalizando para a continuidade do movimento.

Com estes estudos é possível afirmar que estamos principiando um longo caminho para uma compreensão mais aprofundada sobre o continente africano e sua vasta contribuição a construção da sociedade e da identidade brasileira. No primeiro capítulo, a pesquisa traz informações gerais sobre civilizações antigas que surgiram na África, ainda assim, frequentemente o continente africano é considerado isolado e estático. São 200 mil anos de história de um continente consolidado por diferentes grupos humanos, com sistemas econômicos, políticos, linguísticos, crenças religiosas, arquitetura e arte de beleza incomparável. Tudo isso foi realizado por africanos, que criaram, prosperaram e sofreram com sua rica história, por vezes trágica, porém, infinitamente fascinante.

O Brasil está estreitamente ligado ao continente africano, alguns dos diversos elementos da tradição africana povoam o cotidiano brasileiro, dentre eles podemos destacar: sons, movimentos, cores, religiosidade, código de comunicação etc. As expressões artísticas, visões de mundo, formas de organização familiar, bem como as estruturas políticas e econômicas das sociedades africanas acompanhadas da tradição oral, nos ajudam a compreender o quanto de África geográfica e culturalmente existe no Brasil.

No segundo capítulo, apresentamos em linhas gerais a trajetória do Movimento Social Negro e sua relação com a educação brasileira. Um percurso que exigiu da população negra a utilização de múltiplos saberes para salvaguardar sua humanidade e sua cultura. Foi na ação política, nas rodas de candomblé, no samba, na capoeira, nos grêmios e entidades, que se constituiu a trajetória do movimento negro. Esses sustentáculos lançaram mão a um projeto nacional de superação ao racismo e oportunidade de expressar a diversidade cultural afro-

brasileira. Nesse capítulo, apresentamos também o papel de intervenção do movimento negro no cotidiano educacional brasileiro que aponta para além da denúncia do racismo, da discriminação e do preconceito como fatores estruturantes das desigualdade perpetuadas historicamente em nossa sociedade, para propostas pedagógicas que assumem a relação entre educação, sociedade, raça e classe. Além disso, falamos sobre a contribuição dos movimentos negros no Amazonas, ressaltamos a carência de pesquisas sobre a temática racial e exemplificamos por meio de um quadro as dimensões político-ideológicas de duas entidades, o Fopaam e a Unegro.

O terceiro capítulo tem como escopo elencar os avanços que o movimento negro e a sociedade brasileira obtiveram, principalmente ao longo dos últimos quinze anos, no que tange a criação de leis que punam atos discriminatórios e promovam igualdade de oportunidades para a população negra brasileira, além de fazer uma breve análise sobre os desafios impostos pela atual quadra política em que se encontra o país, a qual aponta para impactos negativos no que diz respeito à implantação e implementação de políticas de promoção da igualdade racial.

Conferimos a partir das leituras, análises, interpretações, observações, que não se pode negar os avanços obtidos, por meio da intervenção do movimento negro na sociedade. Verificamos que as pautas que permeiam a luta antirracista são em sua maioria convergentes, suas dimensões político-ideológicas apresentam níveis relevantes de organicidade, mobilização, capacidade de articulação, proposição e formação política, porém, nos deparamos com situações em que as trajetórias individuais, apresentam-se acima da luta coletiva e alguns segmentos quebram a unidade quando entendem que suas bandeiras são mais legítimas que as demais. Mas, partimos da premissa de que o entrecruzamento das lutas é sem dúvida o respeito às diferenças, este sim, tem que ser considerado o ponto comum e fecundo para uma emancipação humana.

O mito da democracia racial ainda exerce influência sobre uma parcela significativa da sociedade que acredita num país “de todas as raças” e “todas as cores”, um verdadeiro paraíso racial, e isso sem dúvida dificulta o processo de implantação e implementação das políticas de promoção da igualdade racial.

As questões raciais e de classes também precisam ser mais aprofundadas no âmbito da pesquisa em educação, os movimentos negros lutam pela preservação dos valores africanos e afro-brasileiros, então nada mais justo do que levar essa movimentação para o chão das escolas, pois este deve ser reconhecido como um espaço de denúncia. Mas, ainda há resistência de

gestores, professores, pedagogos e pessoas das comunidades em aceitar as metodologias desenvolvidas pelo movimento e principalmente sua participação no cotidiano escolar.

Quanto aos relatórios da rede estadual de ensino, foram observados planos de aula e projetos que trabalham temáticas relacionadas à história e cultura afro-brasileira, nos documentos cedidos pela Gaed/Seduc, foi possível identificar algumas atividades desenvolvidas por escolas da capital, dentre elas: mostras culturais, pesquisas sobre comunidade remanescentes quilombolas reconhecidas no Amazonas, bairros com tradição negra e muitas outras iniciativas relevantes. O avanço no cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 é nítido, no entanto, foi verificado por meio dos documentos disponibilizados que as ações ainda acontecem pontualmente no mês de novembro, isso é importante, mas, é preciso compreender a necessidade de incorporar a temática nos projetos políticos pedagógicos, nos currículos escolares, nos materiais didáticos, e principalmente na formação de professores e demais profissionais da educação.

Na Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, observamos que não está bem definida a diferença entre quilombos e comunidades quilombolas, assim como há conflitos relacionados à questão identitária dos quilombolas. Quanto à educação a comunidade possui uma unidade escolar, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a mesma ainda não dispõe de Projeto Político Pedagógico para nortear suas ações educativas.

Em suma, constatamos a necessidade de uma implementação real das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, assim como o aprofundamento das políticas afirmativas para as comunidades quilombolas, de combate ao racismo institucional, de enfrentamento do genocídio da juventude negra e do feminicídio, de implementação das ações afirmativas nas universidades, acompanhadas de efetivas políticas de permanência e transformações curriculares. Dessa forma, entendemos que é imprescindível intensificar a formulação de propostas para superação do racismo e da lógica desumana do modo de produção vigente, segundo Mészáros (2008, p.15), o objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

_____. [1850] Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850. Buenos Aires, Luxemburg, 2005.

_____. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas.** São Paulo, Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

_____. **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX /** coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa. – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

_____; R. B; Borges, Heloisa. Trabalho como princípio educativo na escola. In: Mourão, Arminda; Borges Heloísa (Orgs). Trabalho e Educação do/no Campo: Agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica. Manaus, EDUA, 2014.

_____. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, (28), 5663. <http://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>. Acesso em 22/10/2018.

_____. Suggested citation: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017), World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition. www.compassion.com/multimedia/world-population-prospects.pdf. Acesso em janeiro de 2018.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2006.

AMAZONAS. Conselho Estadual de Educação, **Resolução N° 75** de 22 de junho de 2010.

AMAZONAS. **Lei 4.367**, de 21 de julho de 2016. D.O.U. de 21 de julho de 2016.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira.** Melhoramentos, São Paulo, 1990.

BARBOSA, Walmir; MIKI, Pérsida. **Metodologia da Pesquisa.** Manaus, Edições UEA, 2014.

BAUMAN, Zigmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

BONVINI, Emilio. “L’Afriqué au Brésil”, Recherche, Pédagogie et Culture. V. 52, 1981.

BORGES, H da Silva. Tese de doutorado: Formação Continua de Professores (as) da Educação do Campo no Amazonas. 2015.

BRASI, 2001. Projeto de Decreto Legislativo n° 13/2001. Disponível em: http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/consultas/2001/con_01_013.htm. Acesso em: março de 2018.

BRASIL, 2011. Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.: il. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista>. Acesso em novembro de 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Lei 10.639** de 09 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei 11.645** de 09 de janeiro de 2008. D.O.U. de 10 de março de 2008.

BRASIL. **Lei 12.288** (Estatuto da Igualdade Racial) de 20 de julho de 2010. D.O.U. de 21 de julho de 2010.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2005.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**, 2012.

CARNEIRO, Souza. **Os mitos africanos no Brasil**. São Paulo, Editora Nacional (Brasiliana 103), 1937.

CAVALCANTE, Ygor. **Uma viva e permanente ameaça: resistências, rebeldias e fugas escravas**. Jundiá, Paco Editorial, 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, Cortez, 2002.

CUNHA, Henrique. **Africanidade, Afrodescendência e Educação**. Texto do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Piauí, em 1996.

DAVIS, ANGELA. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Disponível em <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em maio de 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

Diversidades series, pp. 181-194. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

FRANÇA, Edson; RUY, José; VIEIRA, Manoel. **Um olhar negro sobre o Brasil**: dezoito anos de Unegro. São Paulo, Anita Garibaldi, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo, Cortez, 2012.

GOES, Fernanda; SILVA, Tatiana, (Orgs). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília, Ipea, 2013.

GOMES, Nilma. **Educação e Relações Raciais**: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Munanga, Kabengele (org.). Superando o Racismo na Escola. MEC. Brasília, 2005.

GONÇALVES, Luiz. **Negros e educação no Brasil**. In LOPES, Eliane (et al). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

GRAZIANO, Anthony. RAULIN, Michael. **Research Methods**: a process of inquiry. Boston, Allyn and Bacon, 2000.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**. São Paulo, Selo Negro, 2008.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2004.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro,

LEFEBVRE, Georges. **A Revolução Francesa**. São Paulo, Ibrasa, 1989.

LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I., orgs. O português afro-brasileiro [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 576 p. ISBN 978-85-232-0596-6. Available from SciELO Books

MAGGI, Belisa. Projeto Cultura na Escola. Disponível em http://fundacaoandreeluciamaggi.org.br/wp-content/uploads/2017/05/falm_-_projeto_cultura_na_escola_-_apostila_visualizacao-VERSAO-INTERNET.pdf.

MARCOS, André; SILVA, Paula. História e Cultura Afro-Brasileiras. Atualizações Adriano Sachweh. – Curitiba, Expoente, 2008.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia de direito de Hegel**. São Paulo, Boitempo, 2005.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2004). Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: _____. Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro. São Paulo: Parábola. p. 91-108.

MATTOS, Regiane. **História e cultura afro-brasileira**. 2. Ed. São Paulo, Contexto, 2012.

MENESES, Adriana. História do Semba. Disponível em: Meneses%20Criado%20em%2007-10-2013%20Escrito. Acesso em: julho de 2018.

MINAYO, Souza; GOMES, Suely. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2013.

MONTANO, Carlos e DURIGUETTO, Maria. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo, Cortez, 2011.

MORIN, Edgar. **Ensinar a Condição Humana**. In: Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo, Cortez, UNESCO, 2000.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo, Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURÃO, Arminda; BEZERRA, Aldenice. **A pesquisa no cotidiano escolar na perspectiva marxista**. In: Brito, Rosa (org.). Caminhos Metodológicos do Processo de Pesquisa e de Construção de Conhecimento, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2º ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PAIXÃO, Marcelo. **A dialética do bom aluno**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PATTON, Michael. *How to Use Qualitative Methods in Evaluation*. Newbury-London, Sage Publications, 1997.

PEREIRA, Amauri. **Trajetórias e Perspectivas do Movimento Negro no Brasileiro**. Belo Horizonte, Nandyala, 2008.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. Os cadeados não se abriram de primeira: processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá (Município de Barreirinha – Amazonas). 2016. 235 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

RODRIGUES, Lucas. "Conceito de alteridade"; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/conceito-alteridade.htm>. Acesso em 04 de maio de 2018.

RODRIGUES, Tatiane. **Movimento negro no cenário brasileiro: embate e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990**. 2005 114f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ROMÃO, Jeruse. **O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva no educando negro**. In: CAVLLEIRO, E. (Org.) **Racismo e antirracismo na educação**. São Paulo: Sammus, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.

Saberes e fazeres, v.1 e v. 2: **modos de ver** / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 116p.: il. color. - (A cor da cultura)

SAMPAIO, Patrícia (Org.). **O fim do silêncio: Presença Negra na Amazônia**. Belém, Açai, 2011.

SANTOS, JÁ. **Diáspora africana**: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Contribuições da filosofia para a educação**. Em Aberto. Brasília, ano 9. nº 45 jan mar 1990. Capturado do sitio <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/715/638> , em 09 de março de 2009.

SÉRIE **Pensamento Negro em Educação**, (org.) Ivan Costa Lima e Jeruse Romão (org.). Núcleo de Estudos Negros - NEN Rua João Pinto, 30, Ed. Joana de Gusmão, São Paulo, 2005.

SILVA, Juarez. **A Presença Negra no Amazonas**. Conferências de Promoção da Igualdade Racial e participação na 1ª Conferência Nacional. SEPPIR – SECRETARIA ESPECIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL Brasília - 2006

SILVA, André. **História e Cultura Afro-Brasileiras**. Curitiba, Expoente, 2008.

SILVA, Maria. **Formação de Educadores/as para o combate ao racismo**: mais uma tarefa essencial: in: Eliane Cavalheiro. Racismo e Antirracista na Educação: repensando nossa escola. São Paulo, 2001.

SILVÉRIO, Valter. **Síntese da coleção História Geral da África**: Pré-História ao século XVI / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha, Mariana Blanco Rincón, Muryatan Santana Barbosa. – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SIMSON, Olga. **Carnaval em branco e negro**. Porto Alegre, Edusp, 2007.

SOARES, Eugênio. **A Capoeira Escrava**. São Paulo, Unicamp, 2004.

TCKESKISS, L.A. **O materialismo Histórico em 14 lições**. São Paulo, Raízes da América, 2017.

VALE, Ana. **Educação popular na escola pública**. São Paulo, Cortez, 1996.

VANSINA, J. **A tradição oral e sua metodologia**. In: História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 139-166

VELHO, G. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

VIANA, Janaina. **Uma possível arte afro-brasileira**: corporeidade e ancestralidade em quatro poéticas. 2008. 140 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2008.

VIANA, Marelím. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília. Liber Livro, 2007. Zahar, 2006.

ANEXO

COMPROVANTE DE CERTIDÃO DE BATISMO

PRELAZIA DE ITACOATIARA
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 251 – CENTRO
TELEFONE: (92) 3521-4913/3299
EMAIL: PRELAZIADEITACOATIARA@HOTMAIL.COM Cx. POSTAL 25
CEP 69.100-045 – ITACOATIARA (AM)



Certidão de Batismo

Aos **vinte (20)** dias do mês de **novembro** do ano de **mil oitocentos e cinquenta e cinco (1855)**, Em casa de Seu Senhor Doutor Antonio de Aguiar e Silva, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, o Revmo. Frei João da Santa Cruz, batizou solenemente **CORA**, nascida (não consta), Filho (a) de **Julia Maria** (escrava).

Foram padrinhos: **Agostinho Domingues de Carvalho** e **Thereza de Jesus Maria**.

E, para constar, foi lavrado o presente termo que assino, o qual fielmente copiou do original ao livro 4 fts 4-v nº. de ordem 38.

Certidão para fins de comprovação da existência de escravos na região.

Itacoatiara (AM), 9 de novembro de 2018

Dom José Jonilton Lisboa de Oliveira, SDV
Dom José Jonilton Lisboa de Oliveira, SDV
Bispo da Prelazia de Itacoatiara

PRELAZIA DE ITACOATIARA
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 251 – CENTRO
TELEFONE: (92) 3521-4913/3299
EMAIL: PRELAZIADEITACOATIARA@HOTMAIL.COM Cx. POSTAL 25
CEP 69.100-045 – ITACOATIARA (AM)



Certidão de Batismo

Aos **cinco (05)** dias do mês de **junho** do ano de **mil oitocentos e cinquenta e cinco (1855)**, na Igreja Matriz, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Villa de Serpa, o Revmo. Frei José Gaspar Bonfim, batizou solenemente **SEMIÃO**, nascido (não consta), Filho (a) de **Quitéria** (escrava do seu senhor José dos Reis Gonzaga).

Foram padrinhos: **Francisco** e **Vitória Fernandes**.

E, para constar, foi lavrado o presente termo que assino, o qual fielmente copiou do original ao livro 4 fts 58 nº. de ordem 661.

Certidão para fins de comprovação da existência de escravos na região

Itacoatiara (AM), 13 de novembro de 2018

Dom José Jonilton Lisboa de Oliveira, SDV
Dom José Jonilton Lisboa de Oliveira, SDV
Bispo da Prelazia de Itacoatiara